

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA

Renata Siviero Martins

**O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO: a experiência dos
catadores de recicláveis do projeto Novo Ciclo**

BELO HORIZONTE

2017

RENATA SIVIERO MARTINS

**O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO: a experiência dos
catadores de recicláveis do projeto Novo Ciclo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Mestrado em Educação e Formação Humana da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. José Pereira Peixoto Filho

Linha de Pesquisa: Trabalho, História da Educação e Políticas Educacionais.

BELO HORIZONTE

2017

M379t Martins, Renata Siviero.

O trabalho como princípio educativo: a experiência dos catadores de recicláveis do projeto Novo Ciclo / Renata Siviero Martins. – 2017.

124 f. : il. color. ; 31 cm.

Orientador: José Pereira Peixoto Filho.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Minas Gerais. Curso de Pós Graduação em Educação e Formação Humana.

Bibliografia: f. 105-113

Inclui Apêndice

1. Educação popular. 2. Economia solidária. 3. Trabalho.

I. Universidade do Estado de Minas Gerais. Curso de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana. II. Título. CDD 370.115

Bibliotecária Inês Gonçalves CRB-7 5995

Dissertação defendida e aprovada em 05 de junho de 2017, no Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Faculdade de Educação – Universidade do Estado de Minas Gerais – FaE/CBH/UEMG, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. Doutor José Pereira Peixoto Filho – UEMG (Orientador)

Profa. Doutora Carlúcia Maria Silva –UEMG - FaPP

Profa. Doutora Fabiana Goulart de Oliveira – UNA

Profa. Doutora Vera Brito – UEMG (Suplente)

Prof. Wander Silva – UFMG (Suplente)

DEDICATÓRIA

Às catadoras e aos catadores do Projeto Novo Ciclo, que confiaram em meu trabalho e juntos demos alguns passos na utopia da construção de outro mundo possível sob os princípios da Economia Solidária.

À Thaires, Leda, Marília e Eveline, companheiras de luta e estrada.

Aos amigos Toninho, Luênia, Evaldo e Rogério, com vocês aprendi o que é resiliência.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Deuslinda e ao meu pai Quinzinho, que tão bem me educaram. Minha mãe, pelas muitas vitaminas para que eu crescesse forte. Cresci!

Aos meus irmãos, Juciane e Efigênio, que, na luta da vida, cuidam tão bem dos seus filhos. Amo vocês!

Aos sobrinhos, Pedro, João e Joaquim, vocês são luz em minha estrada. A tia é coruja!

Ao meu companheiro Osvaldo, que o mestrado me presenteou. Fui para Cuba no Congresso Universidade 2016 e lá nos encontramos, os olhares se cruzaram e o amor nos uniu. Obrigada pelos cuidados diários e pela paciência com as “trombas”.

Às amigas Algas, Patrícia, Bianca e Eliete, companheiras na alegria e na tristeza, com quem eu posso contar sempre. Amo vocês.

À querida amiga Rosane, que compreendeu que eu não mais seria sua companhia nas baladas, pois precisava dedicar-me aos estudos.

Às minhas vizinhas, Neide, Luciana e Aline que entenderam que eu não conseguiria mais estar em todas as confraternizações em suas casas.

Ao amigo Alexandre, grande incentivador para que eu iniciasse o mestrado. Valeu pela dica. Embarquei e o resultado foi muito positivo!

Às catadoras e aos catadores do Novo Ciclo, um agradecimento especial. Valeu à pena ter conhecido e trabalhado com vocês. As estradas percorridas semanalmente para o Sul de Minas ampliaram minha leitura de mundo. Vocês são guerreiras e guerreiros mantendo a fé na vida mesmo nas adversidades.

Ao Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA), que me proporcionou estar na equipe do Novo Ciclo. Cresci profissionalmente e aprendi muito do mundo das catadoras e dos catadores. Valeu pela acolhida e pela confiança de vocês em meu trabalho.

Ao Toninho, catador mobilizador, companheiro de estrada, de risadas e também de choros. Agradeço imensamente por seus ensinamentos.

Luênia, Evaldo e Rogério, a coragem e a determinação de vocês me fizeram querer ser melhor.

A companheira de equipe Thaires, um brinde aos grandes momentos que vivemos no “Sul”! Obrigada, Curica, pelas partilhas!

À dona Leda, querida coordenadora, você é uma grande profissional. Sua forma de coordenar me fez ver que o poder pode ser compartilhado.

A você, Marília, obrigada, em especial. Valeu, Tucura, pelo vinho compartilhado no copo de plástico, na Praça de Poços de Caldas, comemorando a aprovação no mestrado. Com você, aprendi a ter outras percepções a respeito da vida.

O Novo Ciclo me concedeu a oportunidade de conhecer e fazer muitos amigos. Agradeço especialmente por ter conhecido a Eveline. Você é “fera”. Obrigada, pelas boas risadas compartilhadas.

À querida Carlúcia, que sempre tão prontamente está disponível aos meus pedidos. Obrigada pela atenção de sempre. Você é muito especial, minha segunda mãe.

Agradeço ao meu orientador Professor Peixoto, pela confiança nos meus passos, pelo carinho e paciência que sempre me acolheu e orientou.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Universidade Estadual de Minas Gerias (UEMG), pelas contribuições à minha formação intelectual

Aos colegas do mestrado, Eduardo, Emeli, Franceline, Edgar e Márcio, valeram a pena ter conhecido vocês!

E, por fim, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa a mim concedida, fundamental para o desenvolvimento e conclusão desta pesquisa.

Muito obrigada a todas/os!

Não basta ler que 'Eva viu a uva'. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho.

Paulo Freire.

RESUMO

MARTINS, S. Renata, O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO: a experiência dos catadores de recicláveis do projeto Novo Ciclo

Esta pesquisa se propôs a analisar os impactos gerados associados à concepção da dimensão educativa do Projeto Novo Ciclo, na região do sul e sudoeste de Minas Gerais, na perspectiva da economia solidária e da educação popular — que têm como conceito as práticas libertadoras de emancipação e estimulam a construção de um outro mundo possível, para a vivência dos princípios da solidariedade e do cuidado com o cosmos, como casa comum. Partiu-se da hipótese que esse projeto propiciou aos catadores mudanças: na execução do trabalho; com o poder público; com a sociedade civil; em seus lares; e no compartilhamento de experiências e de buscas de estratégias planejadas coletivamente para enfrentamento das dificuldades que esses trabalhadores sofrem no cotidiano de seus afazeres. O referencial teórico que subsidiou a pesquisa foi a Educação Popular, a Economia Solidária e o trabalho como princípio educativo, sempre considerando a perspectiva da formação humana para a autonomia. A abordagem metodológica foi qualitativa por meio da Observação Participante. Estudou-se o Trabalho Associado como princípio educativo, espaço e tempo de troca de conhecimentos, que propicia uma cultura cidadã e influencia nas concepções e nos comportamentos propositivos de libertação e de conscientização, ampliando a leitura de mundo. Os resultados apontaram o quão formativo foi a participação das catadoras e dos catadores em todas as atividades executadas pelo Novo Ciclo e que o trabalho associado pode produzir um processo de emancipação social — que possibilita desenvolver novos sentidos, maneiras de pensar e ver a vida e de se relacionar com o mundo.

Palavras-chave: Educação Popular, Economia Solidária, Trabalho associado como princípio educativo.

ABSTRACT

MARTINS, S. Renata, THE WORK AS EDUCATIONAL PRINCIPLE: experience of recyclable collectors from Novo Ciclo project.

This research aimed to analyze the impacts generated, associated to the conception of the educational dimension of the Novo Ciclo Project, in the south and southwestern region of Minas Gerais, from the perspective of solidary economy and popular education - that they have the liberating practices of emancipation and stimulate the construction of another possible world, for living the principles of solidarity and care of the Earth planet, as a common house. It was based on the hypothesis that this project allowed the collectors to experience some transformations: in the execution of the work, with the public power, with the civil society and in their homes, sharing experiences and searching strategies collectively planned to face the difficulties that the collectors suffer in the daily life of their work. The theoretical reference that subsidized the research was Popular Education, Solidary Economy and work as an educational principle, always considering the perspective of human formation for autonomy. The methodological approach of this research was qualitative by mean of Participant Observation. It was studied the associated work as an educational principle, space and time of knowledge exchange, able to create a citizen culture influencing conceptions and propositional behaviors of liberation, a space of awareness that can broaden the reading of the world. The results pointed out how formative the participation of the women and men collectors in all the activities carried out by the Novo Ciclo project was and that the associated work can produce a process of social emancipation that allows to develop new senses, ways of thinking and seeing life and to relate with the world.

Keywords: Popular Education, Solidary Economy, Associated work as educational principle.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ACs** – Associações de Catadores de Materiais Recicláveis
- ACAMAR** – Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Lavras
- ACAMPA** – Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Pouso Alegre
- ACAMTC** – Associação dos Catadores de Materiais de Três Corações
- ANPED** – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
- ASMARE** – Associação dos Catadores de papel e papelão e material reaproveitável de Belo Horizonte
- ATREMAR** – Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Três Pontas
- BB** – Banco do Brasil
- CATANORTE** – Cooperativa dos Catadores do Norte de Minas Gerais
- CATAUNIDOS** – Cooperativa de reciclagem dos Catadores da Rede de Economia Solidária
- CATAVALES** – Cooperativa dos Catadores do Vale do Mucuri do Aço e do Rio Doce
- CBO** – Código Brasileiro de Ocupações
- CFES** – Centros de Formação em Economia Solidária
- CPC** – Centro Popular de Cultura
- CEPLAR** – Campanha de Educação Popular da Paraíba
- CIISC** – Secretaria Interministerial de Inclusão Social
- CNBB** – Conferência Nacional dos Bispos
- CORI** – Comitê Orientador para a Implantação de Sistemas de Logística Reversa
- EAF** – Entidade de Apoio e Fomento
- EES** – Empreendimentos Econômicos Solidários
- FBB** – Fundação Banco do Brasil
- FBES** – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
- FACAPA** – Faculdade Católica de Pouso Alegre
- FSM** – Fórum Social Mundial
- FUNASA** – Fundação Nacional de Saúde
- INSEA** – Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável
- IPEA** – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
- LIF (Prêmio)** – Liberdade, Igualdade e Fraternidade
- MCP** – Movimento de Cultura Popular
- MNCR** – Movimento Nacional dos catadores de Catadores de Recicláveis
- MP** – Medida Provisória

PACs – Projetos Alternativos Comunitários

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

PPES – Políticas Públicas de Economia Solidária

MEB – Movimento de Educação de Base

TEM – Ministério do Trabalho e Emprego

ONG – Organização Não Governamental

ORIS – Observatório da Reciclagem Inclusiva

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PBA – Programa Brasil Alfabetizado

PNAC – Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SIES – Sistema de informações em economia solidária

REDESOLMG – Central Cooperativa Rede Solidária de Trabalhadores de Materiais Recicláveis de MG

RBSSES – Rede Brasileira de Sócio Economia Solidária

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Estrutura organizativa da economia solidária no Brasil	47
Figura 2 –	Resultados alcançados dos KPI's	80
Figura 3 –	Símbolos para a identificação de alumínio reciclável, papel reciclável, papel reciclado, vidro reciclável e aço	88
Mapa1 –	Regiões de localização das ACs do Sul e Sudoeste de Minas	70
Quadro 1 –	Síntese do Plano de Rede Sul – Milestones do Programa Cataforte	71
Quadro 2–	Quantitativo de catadores quanto ao sexo	73
Quadro 3–	Quantitativo de catadores quanto ao grau de escolaridade	75
Quadro 4–	Quantitativo de catadores que estudam	77
Quadro 5–	Quantitativo de catadores que têm vontade de voltar a estudar	78
Foto 1–	Representantes da Danone Brasil, Prefeitura de Poços de Caldas, Governo Federal, INSEA e MNCR no Seminário de Lançamento do Projeto Novo Ciclo em Poços de Caldas/MG	68
Foto 2 –	Participantes do Seminário de Lançamento do Projeto Novo Ciclo em Poços de Caldas/MG	69
Foto 3 –	Reunião de Formação planejamento Rede Sul Sudoeste de Minas Gerais – Três Pontas (MG)	121
Foto 4 –	Reunião de formação catadores da Associação ATREMAR – Três Pontas (MG)	121
Foto 5 –	Formação de classificação por tipos de materiais	122
Foto 6 –	Almoço com representantes das ACs em dia de reunião Rede Sul e Sudoeste de Minas Gerais	122
Foto 7 –	Confraternização de Natal	123
Foto 8 –	Venda de carga pela Rede Sul e Sudoeste de Minas Gerais	123
Foto 9 –	Reunião Secretaria de Obras para conhecer a rota da coleta seletiva	124
Foto 10 –	Mapa da rota da coleta seletiva	124
Foto 11 –	Material da coleta seletiva da ACAMTC – Associação de Catadores de Três Corações (MG)	125

Foto 12 –	Catadoras da ACAMPA – Associação de catadores de Pouso Alegre (MG)	125
Foto 13 –	Reunião com os catadores da cidade de Campanha(MG)	126
Foto 14 –	Catadores ACAMAR – Lavras (MG)	126
Foto 15 –	Lançamento do Programa de Coleta Seletiva nas cidades mineiras Cambuquira e Itajubá	127
Foto 16 –	Capacitação para constituição da Rede Sul Sudoeste de Minas Gerais	127
Foto 17 –	Bandeira que simboliza os catadores de matérias recicláveis	128
Foto 18 –	Primeira Edição do <i>Jornal Novo Ciclo</i>	128

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Justificativa: a autora e a motivação para a pesquisa	23
Proposta da pesquisa e sua hipótese	25
A observação participante	27
1 EDUCAÇÃO PARA QUE E PARA QUEM?	28
1.1 Educação como direito de todos	29
1.2 Educação popular, outra dimensão educativa	34
2 ECONOMIA SOLIDÁRIA	42
2.1 Economia solidária: utopia de uma gente que possui a estranha mania de ter fé na vida?	42
2.2 Educação em economia solidária: autogestão x empreendedorismo	49
3 O TRABALHO EM VISTAS DE OUTRO MUNDO POSSÍVEL	55
3.1 As transformações do mundo do trabalho	55
3.2 A pedagogia do trabalho associado: “aprendeu a notar coisas, a que não dava atenção”	58
4 O MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES	60
4.1 O movimento da história	60
4.2 A resistência histórica	64
5 NOVO CICLO E OS CATADORES DO SUL E SUDOESTE DE MINAS GERAIS	67
5.1 Antes e depois: possibilidades de Novos ciclos	82
5.2 A final, o que tem de educativo no projeto Novo Ciclo?	86
6 CONCLUSÕES	101
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICES	114

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo analisar os impactos gerados, associados à concepção da dimensão educativa no Projeto Novo Ciclo, na perspectiva da Educação Popular e da Economia Solidária. Nesse sentido, será feito um relato de um estudo de caso do Projeto Novo Ciclo, que aconteceu na região do sul e sudoeste de Minas Gerais e que assessorou associações e cooperativas de catadoras e catadores de materiais recicláveis dessas regiões. A pesquisadora considera, com esta pesquisa, que a luta pela sobrevivência, por meio do trabalho associado na economia solidária, contém em seus interstícios relações pedagógicas que podem educar, e a militância social e a inserção na realidade contribuem na apropriação do conhecimento para a construção de possibilidades de outro mundo possível.

O objeto de pesquisa desta dissertação são as associações e as cooperativas¹ de catadoras e catadores da região Sul e Sudoeste de Minas Gerais que fizeram parte do projeto Novo Ciclo. Esse projeto foi uma parceria entre o Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA), o Movimento Nacional dos Catadores (MNCR) e a empresa Danone Brasil. O Novo Ciclo teve um período de quatro anos, com o início no ano de 2012 e o término em julho de 2016. A partir dessa data, a execução do projeto continuou, entretanto, em outro formato, pois deixou de ser um projeto e passou a ser um programa da empresa Danone Brasil (2017). A execução do projeto foi planejada para cumprimento de cinco metas, são elas: 1) Aumento da geração de recicláveis; 2) Aumento do número de catadores nas associações e cooperativas; 3) Eficiência dos catadores; 4) Aumento da Renda/faturamento; 5) Aumento do índice de recuperação. O nome dado à essas metas é KPI's, sigla para o termo em inglês *Key Performance Indicator*, que significa indicador-chave de Desempenho. Esse indicador é utilizado para medir o desempenho dos processos de uma empresa e, com essas informações, colaborar para que alcance seus objetivos. Por meio dos resultados apontados nos KPIs, é possível **quantificar** o desempenho da empresa e permite que os trabalhadores entendam o quanto suas atividades colaboram para o sucesso desses números (SAIBA..., 2017).

A escolha do objeto desta pesquisa se deu porque a pesquisadora, em sua trajetória profissional, esteve sempre trabalhando com Organizações de trabalhadoras e trabalhadores da economia solidária. A preocupação com a problemática social no mundo do trabalho

¹A sigla ACs será utilizada em todo o texto, para denominar as Associações e cooperativas de catadores de matérias recicláveis.

sempre esteve presente em sua atuação com um olhar, especificamente, mais voltado para a dimensão da autogestão como processo educativo.

Ao mesmo tempo, em que há desafios para que as Organizações econômicas solidárias sobrevivam e se constituam como espaços economicamente viáveis, o local do trabalho associado tem uma dimensão educativa que contribui imensamente na vida dos sujeitos que desenvolvem essas atividades. A partilha de saberes, de escuta e o companheirismo são muito visíveis nesses espaços, mesmo em meio a conflitos.

A experiência da pesquisadora com o Novo Ciclo ocorreu a partir de seu trabalho no projeto por um período de três anos. Durante o seu tempo de trabalho no projeto, a pesquisadora elaborou questionamentos acerca da dimensão e da atuação educativa desse projeto na vida dos catadores e também o aspecto do trabalho associado como um princípio educativo. Assim, a pesquisadora buscou: 1) Verificar quais foram as mudanças propiciadas as catadoras e catadores a partir da participação no projeto Novo Ciclo; 2) Observar se a autogestão, a cooperação e a solidariedade no trabalho associado, princípios da economia solidária, são realidades no cotidiano da gestão das organizações de catadores; e 3) Analisar como se deu o processo formativo, ao se levar em conta a dimensão formativa da economia solidária e da educação popular, desses trabalhadores em um cenário de luta por reconhecimento de seus direitos.

Considerou-se a dimensão educativa proposta por Paulo Freire em suas bibliografias (1976; 1980; 1996; 2000; 2005; 2014), ou seja, a educação enquanto emancipação, libertação individual, coletiva e ampliação da leitura de mundo, e ainda a proposta bibliográfica de Paul Singer (2002), no que diz respeito à autogestão. O referencial teórico que subsidiou a pesquisa foi a Educação Popular, a Economia Solidária e o trabalho como princípio educativo, sempre considerando a perspectiva da formação humana para a autonomia, orientada pelos autores mencionados acima.

Ao longo da dissertação será possível perceber, por meio do referencial teórico, que a Educação Popular e a Economia Solidária têm como base conceitual a práxis libertadora, em que o sujeito, por meio de um processo formativo, apropria-se de sua realidade social e, de um modo geral, posiciona-se de forma a lutar por uma mudança da realidade de exploração em que vive, propondo vivências dos valores e dos princípios da autogestão, da solidariedade, do cuidado com o Cosmos e a proposição de construção de outro mundo possível.

A metodologia utilizada neste estudo foi a pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas e a observação participante. A metodologia é uma ferramenta basilar para o processo de pesquisa, pois ela contribui na análise dos dados. Portanto, é

necessário estar consciente de qual ou quais serão as ferramentas utilizadas na pesquisa. Caso isso não esteja estabelecido, é possível que o (a) pesquisador (a) se perca de seu objetivo e torne complicado desenvolver a dinâmica de trabalho. Para a educação popular, o ato de pesquisar é também um ato de aprender, ao se ter em vista isso, com a definição da metodologia, o (a) pesquisador (a) deverá demonstrar sua maturidade no caminho que será percorrido e como se quer alcançar o objetivo pretendido no estudo.

Freire (1982) afirma a importância de saber realmente em que consiste a realidade concreta em que educadores e cientistas estão atuando. Por vezes, essa pode ser um conjunto de dados e fatos, mas que para ele é muito mais que isso, pois, além de dados e fatos, há a percepção do que a população está fazendo desse conjunto: o que veem, como veem e como se sentem em relação ao meio no qual estão inseridos. É muito importante entender o significado dessa afirmação, pois a compreensão dessa é o que define a serviço de quem está a pesquisa. Compreender a realidade é conseguir ouvir quem vive e o saber de quem vive nela. E ainda, não só compreender, mas respeitar, pois,

fora desta compreensão e deste respeito à sabedoria popular, à maneira como os grupos populares se compreendem em suas relações com o seu mundo, a minha pesquisa só tem sentido se a minha opção política é pela dominação e não pela libertação dos grupos e das classes sociais oprimidas. (FREIRE, 1981, p.35).

Assim, ao se levar em conta a importância dessas afirmações, a pesquisadora buscou elaborar qual seria a melhor forma de realizar sua pesquisa. Em um primeiro momento, pensou que a pesquisa poderia acontecer com todas as ACs que fizeram parte do projeto, as instituições: INSEA, MNCR, Danone e também com os técnicos das prefeituras. Após avaliação, considerou que não teria tempo hábil para tal e talvez isso poderia ser realizado em outro momento, pois seria importante estender a pesquisa a todos os empreendimentos e aos outros atores participantes do projeto. Visto que isso poderá vir a ser um bom instrumento na avaliação das parcerias realizadas entre Sociedade Civil, poder público e empresas privadas. Dessa forma, optou por delimitar o número das ACs que fariam parte da pesquisa, uma vez que as três escolhidas representam a realidade vivida por todas as outras.

As ACs pesquisadas estão localizadas nos seguintes municípios do Estado de Minas Gerais: 1) Associação dos Catadores de Materiais de Três Corações (ACAMTC), na cidade de Três Corações; 2) Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Pouso Alegre (ACAMPA), em Pouso Alegre; e 3) Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Três Pontas (ATREMAR) no município de Três Pontas. Também foram

entrevistados três catadores mobilizadores. O INSEA tem como metodologia de trabalho envolver os catadores nos trabalhos juntamente com os técnicos sociais que trabalham nos projetos assessorados por essa instituição e estes são contratados pela Instituição como Catadores Mobilizadores. Esses três trabalharam no projeto acompanhando os técnicos em todos os municípios de atuação do Novo Ciclo. Portanto a escolha se deu porque eles têm uma visão geral de todas as ACs participantes do projeto.

Os perfis das três ACs que participaram da entrevista são: ACAMPA, localizada no município de Pouso Alegre, constituída de 11 associados; desses, 10 mulheres e 01 homem, idade média de 48 anos. Essa associação, no início do projeto, não conseguia ter uma boa relação com o poder público. Inclusive foi constituída outra associação de catadores pelo poder público local e essa competia com a ACAMPA e era gerenciada por técnicos da prefeitura. A Associação, sem a possibilidade de apoio, começou a realizar seu trabalho de forma independente, utilizando uma Kombi, que foi doada pela instituição Faculdade Católica de Pouso Alegre (FACAPA) para realizar o serviço da coleta. Os catadores faziam a coleta do material na cidade, de forma precária, sem nenhum tipo de mobilização social. Contavam apenas com o ânimo de cada um e da Dona Maria, liderança da Associação, e alguns parceiros, como a FACAPA e a Organização Não Governamental Sapucaí (ONG Sapucaí). Quando teve início o Novo Ciclo, houve muitos desencontros na cidade, pois não era possível acessar os técnicos da prefeitura, o diálogo com o poder público era praticamente impossível. Por várias vezes, cogitou-se que o projeto não poderia continuar no município pelas inúmeras dificuldades que havia. Depois de muita luta, insistência, perseverança, busca de parceiros, todas as ações mediadas pelo técnico do INSEA, juntamente com o catador mobilizador e os catadores da ACAMPA, conseguiram uma forma de diálogo e a outra associação que foi constituída pelo poder público foi extinta por uma série de irregularidades. Então, foi possível dar início à parceria para que a ACAMPA fizesse a coleta seletiva na cidade com apoio do Poder Público. Com isso, aumentou o número de catadores, aumentou a sua renda e também a sua estima.

A outra associação pesquisada foi ACAMTC, localizada na cidade de Três Corações, constituída de 14 associados, 05 homens e 09 mulheres, idade média 35 anos. Essa associação, no início do projeto, era formada por 07 sócios e havia uma grande rotatividade. Tinha parceria com a prefeitura, programa de coleta seletiva na cidade. A parceria dispunha de um repasse mensal para manutenção do caminhão, diesel, aquisição de fitilhos para amarrar os fardos e outras despesas. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente tinha um programa de mobilização social e de coleta seletiva bem estruturado. A ACAMTC tinha, em

sua composição, 01 casal e 01 neta que eram os donos do negócio, administravam toda a Associação sem contar com a participação das outras catadoras e dos outros catadores. Não havia transparência, os catadores tinham medo da coordenadora que os ameaçava, revistava a bolsa quando terminavam o trabalho e não permitia que participassem das atividades de formação que acontecia em outros municípios. A renda girava em torno de R\$200,00/mês. Os técnicos da prefeitura não conseguiam intervir e achavam que o problema era dos catadores que não faziam o “enfretamento”. Ao iniciar o projeto, foi desafiador conseguir realizar reuniões, momento em que os catadores podiam falar sobre os problemas, e também atividades formativas que pudessem despertá-los para o que estava acontecendo no espaço de trabalho. Depois de dois anos de projeto, de atividades formativas, de momentos de intervenção e muitas reuniões, aconteceram mudanças significativas. A família teve de deixar a Associação por questões que iam desde o autoritarismo, falta de transparência na gestão a atos ilícitos em relação a prestação de contas. As catadoras e os catadores que ficaram, associaram novas pessoas, assumiram a gestão coletivamente e a realidade passou a ser outra, melhor renda e transparência na administração. A entrevista mostra o quanto as catadoras e os catadores da ACAMTC passaram a se sentir com mais liberdade para se expressarem sobre o dia a dia da Associação.

A terceira associação pesquisada foi a ATREMAR, localizada no município de Três Pontas. Constituída de 13 sócios, 05 homens e 08 mulheres. Idade média, 50 anos. Antes do projeto, havia 07 associados. Os catadores estavam em um galpão pequeno, com capacidade para pouco material. Realizavam a coleta em 20 bairros da cidade, utilizavam carrinhos. Por várias vezes, não conseguiam almoçar, pois tinham de terminar a coleta antes de retornarem ao galpão. Em vários momentos, o pneu dos carrinhos furava e tinham de colocar um carrinho dentro de outro para retornar à Associação. A renda era em torno de R\$200,00/mês e a prefeitura oferecia uma cesta básica e leite para complementar a renda. Quem gerenciava a associação era uma técnica cedida pela prefeitura municipal. Os catadores não tinham nenhuma autonomia na gestão. Não sabiam a quantidade de material que era vendida e nem o valor. Não podiam participar das atividades formativas, pois a técnica alegava que eles não sabiam ler, portanto quem participava das atividades formativas era ela. O início do projeto coincidiu com a mudança de gestão municipal pelo motivo das eleições que aconteceram naquele ano. Isso foi um grande ganho para os catadores, porque a técnica da prefeitura foi substituída por outra pessoa mais acessível, com uma visão mais aberta, disposta a contribuir com a formação das catadoras e dos catadores para a autogestão. Dessa forma, foi possível realizar atividades formativas para que eles assumissem a gestão da

associação e pudessem sentir-se donas e donos daquele espaço. Atualmente os catadores estão em um galpão maior, que foi construído com verba do projeto da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Por meio desse projeto adquiriram também um caminhão e alguns equipamentos. A coleta seletiva foi expandida para 60% da cidade. Aumentou o número de catadores. Aumentou também a renda para uma média de um salário mínimo e as catadoras e os catadores, com mais autonomia no processo de administração, conseguiam opinar e saber do resultado do trabalho realizado por eles e podiam escolher quem iria participar das atividades formativas que aconteciam em outros municípios e passaram a comprar a cesta básica contendo os produtos alimentícios que eles queriam

Assim, definido o público da pesquisa, pensou-se como essa seria executada. Uma vez que a pesquisa é participante, procurou-se levar em conta sua metodologia. A importância do sentido político e didático da Pesquisa Participante é estar direcionada à reflexão e à transformação da sociedade. Para Argumedo (1985), há três dimensões essenciais que caracterizaram esta pesquisa: a produção de conhecimento, a educação e a orientação para ação. Na enquete operária realizada por Marx, citado por Thiollent (1982, Anexo), nota-se a intenção de fazer com que os operários ao responderem as questões pudessem pensar a realidade por eles vivida. E essa ação, segundo Silva (1991), representou uma ruptura histórica com o estilo burguês de conhecimento. Ou seja, todos podem fazer pesquisa e contribuir nas mudanças de mudanças, conforme é a proposta da pesquisa participante.

Dessa forma, primeiramente se elaborou um roteiro para as entrevistas, de modo que as perguntas contribuíssem também com os catadores para reflexão da realidade vivida por eles e das mudanças acontecidas, por meio do Projeto Novo Ciclo. O que os levaria a pensar nos processos transformadores vividos, como ações que devem ser apropriadas para as vivências cotidianas do trabalho.

Depois de elaboradas as indagações, a pesquisadora foi a campo. É importante destacar novamente que a pesquisadora tinha muitos elementos observados devido a sua atuação como técnica, durante o tempo em que trabalhou com as ACs. A metodologia utilizada para aplicar as questões foi a Linha do Tempo. Essa é uma técnica que pode ser utilizada com o objetivo de resgatar a história numa ordem cronológica de acontecimentos, que proporcione momentos de socialização das histórias, vivências e sentimentos individuais e coletivos. Com ela, reconstruiu-se a narrativa do início do projeto e os fatos que aconteceram durante os quatro anos de execução do Novo Ciclo.

Com os catadores mobilizadores, a entrevista aconteceu com cada um de maneira individual, porém, foram realizadas as perguntas de maneira que eles puderam fazer um

resgate histórico do início do projeto até o momento final do mesmo. Por fim, é importante considerar sobre a análise dos dados, conforme Verdejo (2003), que não se trata de elaborar um simples documento, mas de fazer uma interpretação que possibilite melhorar o conhecimento do que se pesquisa e quais são suas opções para o futuro.

Além desta introdução, das referências e dos apêndices, a presente dissertação está estruturada em cinco capítulos. Nas referências, constam todas as bibliografias utilizadas na pesquisa, a parte documental que subsidiou o estudo com os conceitos importantes sobre economia solidária, educação popular e o trabalho como princípio educativo. Foram utilizados documentos, relatórios, publicações, leis, boletins informativos, entre outros. No Apêndice A, consta o Termo de Consentimento Livre Esclarecido; no Apêndice B, o Termo de Assentimento; no Apêndice C, o Termo de Anuência; no Apêndice D, o Roteiro semiestruturado das entrevistas para Associações de catadores; no Apêndice E, o Roteiro semiestruturado das entrevistas com os catadores mobilizadores; e, no Apêndice E, as Fotografias das associações e cooperativas do Novo Ciclo e atividades realizadas nas ACs pesquisadas.

O primeiro capítulo, “Educação para quem e para quê?”, reflete sobre a importância da educação na promoção da cidadania e autonomia das pessoas e que não há saber mais ou saber menos, todos são dotados de saberes e juntos, trocamos, compartilhamos e podemos construir novos saberes.

O segundo capítulo, “Economia solidária”, busca discutir, acerca da Economia Solidária, outro modo de conceber a ciência econômica e contrapor-la ao conceito e à abordagem dada pelos economistas ortodoxos. Observa-se que a expressão Economia solidária deriva do grego e significa “administração de um lar ou família” (ECONOMIA..., 2017), cuidado da casa.

A economia solidária tem como premissa relações econômicas em que o ser humano é tido como sujeito principal da história e não como instrumento. Essa teoria considera que todos os homens e mulheres são responsáveis pelo desenvolvimento humano, social e econômico da sociedade e que as pessoas são, na medida que os outros também podem ser e na medida que o desenvolvimento local é pensado ao se levar em conta o bem comum. Trata-se de uma experiência tecida por mulheres e homens do povo, ONGs, Igrejas, Universidades, teóricos, gestores públicos, todos empenhados conjuntamente em busca de viabilizar políticas públicas que façam esta outra economia acontecer na prática.

Essa experiência, no Brasil vem se fortalecendo desde as décadas de 1980 e 1990, em um período de crise econômica que atingiu duramente o mundo do trabalho. Por meio do

trabalho associado, pessoas têm se unido e gerado trabalho e renda para desempregados, para homens e mulheres que não conseguem mais se inserir no mercado formal de trabalho por causa da idade e ou “deficiências”, que os tornam inaptos ao sistema de produção, e outros que não querem mais vender sua força de trabalho ao modo de produção capitalista.

O capítulo três abordará “O trabalho em vistas de outro mundo possível”, nesse se pretende refletir sobre as consequências das transformações do mundo do trabalho. Esse que antes era lugar de formação, aprendizado, espaço e tempo educativo, troca com a natureza, foi capturado pelo capitalismo. As mudanças ocasionadas por este sistema sequestraram das mulheres e dos homens a capacidade de interrelação com a natureza.

Em um primeiro momento, serão discutidas as transformações e as exigências do mundo do trabalho no neoliberalismo. Em seguida, a questão do trabalho associado será abordada por meio das experiências das organizações econômicas solidárias que tem feito esse regaste do sentido do trabalho, construindo, junto com as trabalhadoras e os trabalhadores, outras relações no ato de produzir e consumir por meio da autogestão, eles têm aprendido na prática como construir outras relações possíveis: ação e reflexão partilhadas e compartilhadas no dia a dia da luta pela subsistência.

No capítulo quatro, “O movimento nacional dos catadores de materiais recicláveis”, será abordada a luta histórica dos catadores por reconhecimento de direitos.

É indispensável manter os olhos na história humana, para compreender cada momento vivido. Cada fase dessa marca um tempo e um momento, porém é inegável dizer que a luta por reconhecimento dos direitos humanos está no processo da linha histórica dos pobres.

O movimento histórico de luta dos movimentos sociais no Brasil no período da ditadura militar é marcante. Um tempo marcado por sofrimento e muitas mortes: “o povo brasileiro pagou, historicamente, um preço terrivelmente alto em lutas das mais cruentas de que se tem registro na história.” (RIBEIRO, 1995, p.25).

O momento atual do Brasil não é dos melhores, pois, depois da obtenção de uma democracia, ainda jovem, o país vive um momento político crítico que ficará registrado na história. Um novo “golpe”, no ano de 2016, que acaba com as pequenas conquistas sociais que foram conseguidas nos últimos anos com o governo do Partido dos trabalhadores (PT).

Diante disso, é importante registrar, como disse Darcy Ribeiro, que “estamos nos construindo na luta para florescer amanhã como uma nova civilização, mestiça e tropical, orgulhosa de si mesma.” (RIBEIRO, 1995, p.455). E por isso é necessário conhecer a

realidade e sua história para fazer movimentos de resistência e de transformações para a construção de um outro mundo possível.

Por fim, o capítulo cinco, “Projeto novo ciclo e os catadores do sul e sudoeste de Minas Gerais”, trará a experiência do projeto, será relatado o processo da parceria que deu início ao projeto Novo Ciclo e o desenvolvimento do mesmo, a metodologia e as atividades para execução das metas planejadas. Esse capítulo abordará também o resultado da pesquisa e serão demonstradas as experiências vividas pelas ACs na região do Sul e Sudoeste de Minas Gerais, onde se poderá constatar quais foram as mudanças e os aprendizados significativos que aconteceram na vida e no espaço de trabalho dos catadores.

Justificativa: a autora e a motivação para a pesquisa

A necessidade de realizar esta pesquisa nasceu da experiência da pesquisadora desta dissertação, a partir da reflexão do seu processo histórico. No ano de 2015, depois de vinte anos de trabalho junto aos movimentos sociais e ONGs, a autora quis buscar a teoria para iluminar a sua prática, buscou, na fonte da Educação Popular e da vivência da Economia Solidária, elementos que permitissem colocar luz em sua militância e que também pudessem contribuir com sua formação para melhorar sua forma de trabalho e ainda ofertara outras Instituições (Universidades, ONGs, grupos sociais) subsídios a partir de sua reflexão, que contribuam no processo formativo dos grupos e das organizações populares da economia solidária.

Para contextualizar o que foi dito acima em relação ao histórico da pesquisadora e suas buscas no desejo de aprender, recorreu-se a Gramsci, citado por Rumemert (2007), e a Freire (1976; 1980; 2000; 2005; 2014), a respeito de sua reflexão sobre o Homem. Para Freire, há diferentes dimensões de homem, o “homem massa” e o homem consciente. Para Gramsci, a concepção de mundo do homem massa está imposta pela classe que detém o poder, o que o impede de agir de modo crítico e coerente, mas esse homem massa, apesar de não ter a consciência crítica, é capaz de perceber. Ainda que de modo difuso, sua ligação com os outros que compartilham o mesmo modo de vida, um lugar definido na sociedade que integra lugar, que possui uma origem e sentido histórico,

o homem massa não possui clara consciência do significado de sua própria ação e não avalia criticamente sua forma de participação no processo histórico; pensa de modo desagregado e assistemático, assumindo como sua uma concepção de mundo em que predominam elementos da concepção de mundo imposta pela classe que detém o poder, o que o impede de agir de modo crítico e coerente. (RUMMERT, 2007, p. 15).

Segundo Freire, o homem, ao se perguntar, quem ele é? de onde vem? e onde pode estar?, coloca-se na condição de busca constante de ser mais, sujeitos da própria educação e não objeto dela. Freire (2014) observa que,

o homem pergunta-se: Quem sou eu? De onde venho? Onde posso estar? O homem pode refletir sobre si mesmo e colocar-se num determinado momento, numa certa realidade: é um ser na busca constante de ser mais e, como um ser inacabado, que está em constante busca. Eis aqui a raiz da educação. A educação é uma resposta da finitude da infinitude. (FREIRE, 2014, p.34).

Conforme Rummert (2007), Gramsci no processo educativo diz que é preciso ter clara a concepção do que é o Homem e que compreendê-lo significa entender que o homem é um processo, precisamente o processo de seus atos. A autora relata que, para Gramsci, o homem vivencia, de formas múltiplas, um amplo complexo de relações pedagógicas que estão presentes em todas as relações sociais,

por estar o homem sempre vinculado a diferentes grupos sociais, sua própria concepção de mundo expressa as relações sociais nas quais está envolvido e que podem ser vivenciadas com maior ou menor grau de participação ativa e consciência crítica. É exatamente este grau de consciência crítica que determina as diferentes dimensões do homem. (RUMMERT, 2007, p.15).

Ao se levar em conta esses elementos, justifica-se a necessidade de pensar intervenções pedagógicas que contribuam com uma formação humana que possibilite realizar intervenções formativas capazes de contribuir com a formação de pessoas mais críticas e com capacidade de avaliar e refletir o seu modo de atuar no mundo. Uma vez que, para Gramsci, as pessoas são seres históricos, ao se levar em consideração que, para a pesquisadora, sua formação, seu saber, seus aprendizados e seu conhecimento da realidade só foram possíveis a partir do momento em que se inseriu na luta da vida do povo e que isso foi formativo para suas ações, ensinou-lhe que, para buscar transformar a realidade que o sistema capitalista impõe e propor outro mundo possível, não basta ensinar a ler que “a Eva viu a uva”. Conforme diz Freire (1980),

verdadeiramente, só uma paciência muito grande é capaz de suportar, depois das dificuldades de uma jornada de trabalho, as lições que citam a ‘asa’: ‘Pedro viu a asa’; ‘A asa é do pássaro’, ou as que falam de ‘Eva e as uvas’ a homens que, com frequência, sabem pouquíssimo sobre Eva e jamais comeram uvas. (FREIRE, 1980, p. 41).

Observa-se que é preciso contribuir na compreensão de qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, de quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho e essa é uma ação que demanda coragem, persistência, fé, perseverança e, sobretudo, conhecimento, aprendizado, estudo e confronto com a realidade histórica.

Nesse sentido, pesquisar a história dos trabalhadores catadores de recicláveis na luta pelo trabalho, pelo reconhecimento de sua trajetória, pode permitir investigar como se dá o importante movimento de formação humana na transformação individual e coletiva desses sujeitos, pois o que se parece é que suas vidas não são mais as mesmas e, provavelmente, a trajetória é ressignificada e conseqüentemente reciclada. Ainda ao apontar o trabalho associado como princípio educativo, considera-se que o Trabalho é visto como o espaço e o tempo de troca de experiência, definidor da essência humana, ação sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas (SAVIANI, 2007, p.154). Processo esse que passa pela “leitura” do trabalho como local de transformação da natureza e também transformação pessoal, espaço e tempo de libertação.

Enfim, a análise dos dados obtidos no trabalho de campo consistirá em um documento que poderá contribuir não só com o conhecimento dos catadores e de quem se propõe a pesquisar, mas avaliar como se dão os processos de parcerias e como essas refletem no dia a dia dos beneficiários dessas.

Proposta da pesquisa e sua hipótese

O mundo do trabalho no sistema capitalista é marcado pela exploração e pela exclusão. Os catadores, de certa forma, estão excluídos do sistema formal de trabalho, seja por idade, por falta de “capacidade” técnica ou por outras condições sociais que não lhes permitem se adequar às exigências imposta por esse modelo de sistema econômico vigente.

Com o aumento do desemprego, para sobreviver, muitas pessoas excluídas do mercado de trabalho e outras com o intuito de complementar a renda familiar buscam criar novos modos de trabalhar e ganhar a vida de maneira informal. Reúnem-se e constituem associações e cooperativas com o objetivo de gerar trabalho e renda e, dessa forma, podem enfrentar suas dificuldades econômicas e financeiras, geradas pelo modelo econômico neoliberal. Conforme McChesney (2002), a democracia neoliberal, “em vez de cidadãos, [...] produz consumidores. Em vez de comunidades, produz *shopping centers*. O que sobra é uma sociedade atomizada, de pessoas sem compromisso, desmoralizadas e socialmente impotentes.” (MCHESNEY, 2002, p.12), competidores em vez de colaboradores. McChesney (2002) afirma ainda que

uma cultura política vibrante precisa de grupos comunitários, bibliotecas, escolas públicas, associações de moradores, cooperativas, locais para reuniões públicas, associações voluntárias e sindicatos que propiciem formas de comunicação, encontro e interação entre os concidadãos. (MCCHESENEY, 2002, p.11).

Essas associações e cooperativas surgem como uma forma de driblar tal exclusão e a pobreza crescente e possibilitar ainda uma resposta aos desafios do desemprego. Têm como desafio a inserção em uma economia excludente e competitiva, ou seja, em um mercado que exclui os pequenos e que os levam a se sucumbirem e a viverem da mendicância. Também são desafiados quanto às técnicas, pois, com os avanços tecnológicos, fica difícil acompanhar as novas exigências.

Grande maioria das ACs não conseguem planejar, organizar, controlar, fazer uma análise de mercado e não dispõem de capital suficiente para investir no desenvolvimento do empreendimento. Diante dessa dura realidade, muitas se sucumbem. Em outras, há uma rotatividade enorme de pessoal, pois o retorno financeiro é em longo prazo, e várias delas precisam de um retorno financeiro imediato. O que lhes possibilita sobreviver diante de suas necessidades. Aquelas que sobrevivem, muitas vezes têm sido por teimosia, outras porque têm uma instituição que pode acompanhá-los financeiramente para o seu fortalecimento. Essas associações e cooperativas são orientadas pelos princípios da economia solidária e há uma diversidade de segmentos: artesanato, alimentação, agricultura familiar, cooperativas de crédito, catadores de materiais recicláveis, entres outros.

Compreende-se que, para que um negócio tenha viabilidade, é preciso gerar renda, é preciso criar metas e planejar ações que vão ao encontro desse objetivo e da viabilidade econômica. Ao executar um projeto que tem como princípio a economia solidária, como medir indicadores que não são mensuráveis, uma vez que os Kpi's têm como objetivo quantificar o desempenho? De um modo geral, nos projetos que tradicionalmente se tem desenvolvido, os saberes aprendidos e compartilhados estão inclusos dentro das atividades formativas que serão executadas pelos projetos, entretanto não se tem em conta o estudo dos impactos gerados associados à concepção da dimensão educativa. Os objetivos do Projeto Novo Ciclo seguem na linha de mensurar as quantidades: número de catadores; renda; aumento de material coletado na coleta seletiva, não há uma meta em que se analisa os impactos sociais. Logo, a hipótese que orientou este estudo foi a experiência vivenciada pelas catadoras e pelos catadores do Projeto Novo Ciclo, que propiciou uma mudança nas formas de relações no trabalho, com o poder público, com a sociedade civil e também na relação entre

seus pares de trabalho, na troca de experiências e de buscas de estratégias planejadas coletivamente para enfrentamento das dificuldades que eles sofrem no cotidiano.

A observação participante

A observação participante foi realizada no decorrer das atividades de trabalho realizado pela pesquisadora durante o tempo de trabalho no projeto Novo Ciclo, mas antes mesmo desse trabalho nesse projeto, a pesquisadora já vinha trabalhando com os catadores, ou seja, a pesquisa já existia, vinha sendo gestada antes mesmo do Novo Ciclo ser iniciado. Os diferentes espaços de organização e mobilização do movimento de catadores em Minas Gerais, tais como reuniões locais junto ao poder público, os fóruns Lixo e Cidadania, seminários e encontros. Ao iniciar o trabalho no projeto Novo Ciclo, a pesquisadora levou consigo um caderno de bordo, onde anotava suas impressões, acontecimentos importantes, falas das catadoras e catadores e isso foi um importante instrumento depois na elaboração da pesquisa e também na análise da mesma. Ou seja, nesses espaços, foi possível compreender as principais discussões, conversar, entender trajetórias e conflitos. Foram momentos importantes para iluminar alguns dados coletados nas entrevistas e poder analisá-los melhor.

Nos próximos capítulos, serão abordados os aspectos teóricos que têm como pretensão responder às questões levantadas a partir do objeto principal da pesquisa e da hipótese levantada.

1 EDUCAÇÃO PARA QUE E PARA QUEM?

No Brasil, mesmo assegurada pela Constituição Federativa do Brasil de 1988(CF/88) como direito de todos, se tem ainda um déficit no cumprimento do direito à educação, pois, trata-se de um país com grande número de analfabetos, com crianças que estão fora das escolas e outras que, por inúmeros motivos, não permanecem nelas. O analfabetismo tem relação com a condição social e econômica em que as pessoas vivem, pois muitas precisam deixar de ir à escola para trabalhar ou, outras vezes, o trabalho dificulta o rendimento escolar de muitos jovens e adultos e até mesmo de crianças, que precisam trabalhar para contribuir com a renda familiar.

Nesse país, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios, divulgada no ano de 2016 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são 12,9 milhões de analfabetos. Segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), há 300 milhões de analfabetos no mundo e o Brasil é o 8º país do mundo com maior taxa de analfabetismo entre adultos, segundo o 11º Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos.

Ao fazer o resgate histórico do sistema educacional no país, entende-se que, ao colocar o olhar sobre esse contexto, o (a) pesquisador (a) é impulsionado (a) a contribuir e a reivindicar a elaboração de políticas públicas, isso para que realmente se tenham como meta acabar com o analfabetismo. Esse é um problema social que está ligado a outro da ordem econômica, a imensa desigualdade existente no Brasil. Segundo dados do IBGE, o 1% dos mais ricos, no ano de 2014, ganhava em média R\$14.548,00 por mês, ante R\$155,00, no caso dos 10% mais pobres. Quase cem vezes menos.

Educar é um ato político e vai mais além de apenas aprender a ler palavras, como disse Freire, é aprender a ler o mundo. As políticas educacionais no sistema brasileiro, de um modo geral, foram e continuam excludentes e contêm muitas deficiências, pois, a educação no Brasil sempre esteve a serviço da classe dominante.

1.1 Educação como direito de todos

Na década de 1980, o Brasil, no marco da passagem da ditadura para a democracia, teve promulgada a Constituição Federal (CF/88), que assegurou acesso a direitos sociais. O Art. 6º da CF/88 aponta como direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma dessa Constituição.

Segundo De Sousa (2012), a educação até o século XX era um privilégio para poucos e incluía vantagens para filhos de altas classes sociais próximas aos reis ou imperadores, e isso não foi diferente no Brasil.

No processo de colonização, de acordo com Paiva (2010), os Jesuítas, ao chegarem ao Brasil, estabeleceram escolas e

começaram a ensinar a ler, a escrever e a contar e cantar. Nóbrega, em sua primeira carta do Brasil, o atesta: ‘O Irmão Vicente Rijo **ensina a doutrina aos meninos** cada dia e também tem escola de ler e escrever’. O colégio, contudo, era o grande objetivo, porque com ele preparavam novos missionários. Apesar de, inicialmente, o colégio ter sido pensado para os índios —‘Os que hão de estar no Colégio hão de ser filhos de todo este gentio.’ (PAIVA, 2010, p. 45 apud SOUSA, 2012, p.2 – grifo da pesquisadora).

Os alfabetizados, conforme Sousa (2012),

não foram todos os indígenas que eram atendidos pela educação dos jesuítas, a prioridade eram as crianças (pertencentes ao sexo masculino) e extintos os adultos, meninas e idosos. Segundo os meninos índios aprendendo a doutrina poderiam ser futuros missionários da Igreja nas terras brasileiras. (SOUSA, 2012, p.2).

Mulheres, adultos e idosos estavam fora desse sistema educativo e somente os meninos jovens eram alfabetizados e, posteriormente, seriam novos missionários. No caso das mulheres, Ribeiro (2010, p.81 apud DE SOUSA, 2012, p.3) diz que, “no século XVI, na própria metrópole não havia escolas para meninas. Educava-se em casa. As portuguesas eram em sua maioria, analfabetas.”. Já para as pessoas escravizadas, a possibilidade de aprenderem a ler era praticamente nula, pois as funções dessas eram o trabalho duro nas lavouras e os afazeres da casa-grande.

Gonçalves, 2010, relata sobre a situação que envolveu a educação para os negros,

A gravidade da situação educacional aparece de forma gritante, não quando comparamos negros e brancos, mas quando comparamos negros pertencentes a gerações mais jovens (entre 20 e 40 anos) com outros negros de mais idosos (entre 60 e 80 anos ou mais). Estes, cuja infância e juventude estão mais próximas do século XX, padeceram de altíssimos índices de analfabetismo. Por exemplo, em um total de 3 milhões, o percentual de 70%. Entre as mulheres a situação é por: quase 90% (GONÇALVES, 2010, p.325 apud SOUSA, 2012, p.3).

De acordo com Kreutz (2010, p.353), citado por Souza (2012, p. 4), “na década de 1890, o Brasil tinha um sistema escolar altamente deficitário, com uma população de mais de 80% de analfabetos.”

Esse tema sobre o início do processo educacional no Brasil não será aprofundado nesta dissertação, pois a história é vasta com muitas e diferenciadas iniciativas e limitações diante da organização do sistema público de ensino no país. O que se quer abordar e trazer à tona é a origem já meritocrática: a exclusão na educação, pois a política educacional envolve um longo e complexo percurso e que repercute diretamente na vida do povo pobre desse país, que luta por sobrevivência na precariedade. Entende-se que “a alfabetização é um ato político, mas acrescentamos que é um ato de amor, de humanismo que exige a participação de toda a sociedade. Como ato político, entendemos que a alfabetização e a educação devem ser para todos e todas.” (DIAZ; SOUZA, 2008, p. 85).

Segundo Goldemberg (1993), o Brasil, de forma agravada, apresenta enorme desigualdade na distribuição da renda e imensas deficiências no sistema educacional e essas duas questões estão associadas. Isto é, renda e educação têm uma relação entre si, pois, uma pessoa com baixa escolaridade dificilmente conseguirá se colocar no mercado de trabalho. O autor afirma que, ao se traçar uma política educacional, é preciso “evitar a posição simplista de que se pode resolver o problema da pobreza apenas abrindo escolas. Pobreza e ausência de escolarização são deficiências que somente poderão ser superadas se enfrentadas simultaneamente, cada uma em seu lugar próprio.” (GOLDEMBERG, 1993, p.65).

As pessoas precisam ter assegurados seus direitos fundamentais, há, portanto, aqui uma questão que é de ordem política, social e econômica. Para Gadotti (2008, p.11 apud BRAGA, 2014, p.16),

[...] é preciso reconhecer que as nossas altas taxas de analfabetismo são decorrentes da nossa pobreza. O analfabetismo representa a negação de um direito fundamental, decorrente de um conjunto de problemas sociais: falta de moradia, alimentação, transporte, escola, saúde, emprego... Isso significa que, quando as políticas sociais vão bem, quando há emprego, escola, moradia, transporte, saúde, alimentação... não há analfabetismo. Quando

tudo isso vai bem, a educação vai bem. Isso significa ainda que o problema do analfabetismo não será totalmente resolvido apenas por meio de programas educacionais. Eles precisam vir acompanhados de outras políticas sociais. (GADOTTI, 2008, p.11apud BRAGA, 2014, p.16).

E uma vez que a educação é um direito assegurado pela CF/88, cabe aos três poderes (legislativo, Executivo e Judiciário) zelarem para que esse direito seja efetivado. No entanto, no Brasil, ainda se encontra crianças com idade maior ou igual aos sete anos fora da escola, vivendo nas ruas, catando lixo, vendendo balas no trânsito, prostituindo-se, fazendo o uso de drogas, presentes no tráfico, exploradas em trabalhos forçados para garantia do sustento.

Saviani (2008) destaca que

o Brasil chegou ao final do século XX sem resolver um problema que os principais países, inclusive nossos vizinhos Argentina, Chile e Uruguai, resolveram na virada do século XIX para o XX a universalização do ensino fundamental, com a conseqüente erradicação do analfabetismo. (SAVIANI, 2008, p. 222-223).

O autor ressalta ainda que, para sanar esse problema, na CF/1988, previu-se disposições transitórias para que a União, estados e municípios pelos dez anos seguintes destinassem 50% do orçamento educacional para essa dupla finalidade, mas não o fizeram.

Segundo Goldemberg (1993), a alteração do processo produtivo associada ao desenvolvimento tecnológico exige mão de obra cada vez mais qualificada e, portanto, é hoje essencial, ao desenvolvimento econômico, um sistema de educação básica que atenda ao conjunto da população. Concorda-se com o autor no que diz respeito ao desenvolvimento tecnológico e que para isso é preciso mão de obra qualificada. Apesar disso não se pode deixar de questionar o atual sistema educacional, que, de um modo geral, tem pensado em uma educação para o empreendedorismo, ou seja, formar pessoas que simplesmente atendam ao mercado de trabalho. Portanto, além de formar para conseguir acompanhar os avanços tecnológicos, é necessária uma educação básica que forme para a cidadania, tendo como princípio a cultura da solidariedade, do cuidado e do *bem viver*. Mance (2001) observa que:

O *bem viver*, por sua vez, é o exercício humano de dispor das mediações materiais, políticas, educativas e informacionais não apenas para satisfazer eticamente necessidades biológicas e culturais de cada um, mas para garantir eticamente, a realização de tudo que possa ser concebido e desejado pela liberdade pessoal que não negue a liberdade pública. (MANCCE, 2001, p.17 – grifo da pesquisadora).

Para Frigotto (2004), a educação ainda não contempla uma educação para todos de modo que possa viabilizar posicionamentos críticos diante da realidade e da história. Ao contrário, é uma educação que atende às demandas da produção capitalista: formar mão de obra para o capital.

O modo de produção capitalista, desde sua gênese, subordinou os processos formativos do sistema escolar e do conjunto das relações sociais, à reprodução de seu metabolismo, embora proclamasse uma educação pública, laical e universal. Trata-se de uma educação cada vez mais instrumentalista e fetichizada cujo objetivo é adequar o trabalhador às necessidades da produção ampliada. Um cidadão produtivo que faz bem feito que se lhes pede e que ‘não se mete’ no que não lhe cabe: discutir os rumos da economia, a política e seus interesses. Um cidadão mínimo. (FRIGOTTO, 2004, p.15).

Um sistema educacional, que tem em conta a formação humana, precisa tomar outros rumos, precisa ser coerente com o ato de formar pessoas,

a educação precisa ir aonde vai a vida. É insensato que a educação ocupe o único tempo de preparação que tem o homem em não prepará-lo. A educação precisa dar os meios de resolver os problemas que a vida venha a apresentar. Os grandes problemas humanos são: a conservação da existência e a conquista dos meios de fazê-la grata e pacífica. (MARTÍ, 2001, p. 308, apud STRECK, 2008, p.13).

Tozoni-Reis (2010) destaca que pode haver dois tipos de educação, uma como instrumento de reprodução da sociedade e a outra como transformação da sociedade. Para a autora, uma diz respeito à educação não crítica, cuja finalidade principal é adaptar o sujeito à sociedade tal qual ela se apresenta, ou seja, aceitar os fatos sem interferir em mudanças possíveis, estar de acordo com tudo que acontece, “se considerarmos que vivemos em uma sociedade desigual, temos que a educação concebida como um processo de adaptação a essa sociedade, como um instrumento de reprodução dessa sociedade, tem como objetivo manter essa sociedade desigual.” (TOZONI-REIS, 2010, p. 111). Segundo a autora, pode-se encontrar essa concepção, na prática, em muitos espaços educativos, inclusive nos escolares. A outra educação a qual Tozoni-Reis (2010) menciona é a educação como mecanismo de mudança da sociedade, que contribua para o discernimento dos sujeitos, em que a finalidade principal seja fornecer instrumentos para que se propicie uma prática social crítica e transformadora,

a educação como instrumento de transformação da sociedade refere-se à educação crítica, àquela que tem como finalidade principal a instrumentalização dos sujeitos para que esses tenham uma prática social crítica e transformadora. Isso significa que, em uma sociedade desigual, os sujeitos precisam se apropriar de conhecimentos, ideias, atitudes, valores, comportamentos etc., de forma crítica e reflexiva para que tenham condições de atuar nessa sociedade visando a sua transformação. (TOZONI-REIS, 2010, p. 111).

A história do ensino público no Brasil, de um modo geral, é a história da negação do povo e de sua cultura, elitista, excludente e seletiva. Segundo Gadotti (1979, p.15), se a educação, notadamente a brasileira, sempre ignorou a política, essa nunca ignorou a educação, pois ela sempre foi política e sempre esteve a serviço das classes dominantes. A educação é uma arma poderosa que pode mudar o mundo.

Depois de Paulo Freire ninguém mais pode ignorar que a educação é sempre um ato político. Aqueles que tentam argumentar em contrário, afirmando que o educador não pode ‘fazer política’, estão defendendo uma certa política, a política da despolitização. Pelo contrário, se a educação, notadamente a brasileira, sempre ignorou a política, a política nunca ignorou a educação. Não estamos politizando a educação. Ela sempre foi política. Ela sempre esteve a serviço das classes dominantes. (GADOTTI, 2014, p.15).

Cuba, com todas as restrições vividas por causa do bloqueio, é um país livre do analfabetismo desde a década de 1960. Souza (2009) relata que, para a criadora do método de Alfabetização “Yo, sípuedo”², o motivo para criar um método que objetivasse erradicar o analfabetismo no país foi

[...] a ânsia de viver em um mundo culto e alfabetizado. Os desejos de contribuir com órgãos e organizações nacionais, regionais e mundiais para eliminar da face da terra esse mal tão daninho para pessoas iletradas e também as letradas. A vontade de tornar realidade o sonho de muitos educadores cubanos e universais como o querido Paulo Freire. (DIAZ; SOUZA, 2009, p.83).

A sociedade brasileira, em pleno século XXI, acabou de sofrer um golpe civil no ano de 2016, pois uma das primeiras metas do governo Michel Temer, presidente sem voto popular, foi enviar ao Congresso Nacional uma Emenda à Constituição — PEC 241, que

² Método de alfabetização baseado na filosofia de José Martí, resumida na seguinte frase: “Todo homem tem direito a se educar e, como recompensa, contribuir com a educação dos demais”, o Instituto Pedagógico Latino-americano e Caribenho de Cuba lançou o programa “Yo, sípuedo”, em 2003, destinado a alfabetizar os adultos iletrados. Yo, sípuedo, que quer dizer em Português: Sim eu posso. Este programa permitiu que mais de cinco milhões de pessoas aprendessem a ler, escrever e somar (LAMRANI, 2013).

estabeleceu o congelamento dos gastos sociais por vinte anos, e a Medida Provisória (MP) nº 746, de 22 de setembro de 2016. Essa MP confirma a afirmação de que a educação no Brasil é excludente e não é prioritária para os menos favorecidos. Em nota, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) se posicionou e afirmou que a MP fragiliza o princípio do Ensino Médio como direito de todo cidadão a uma formação plena para a cidadania e o trabalho, abrindo canais para a mercantilização da escola pública.

No ano de 2015, 160 países se reuniram na Coreia do Sul no Fórum Mundial de Educação, o objetivo foi discutir e planejar formas de assegurar uma educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida até 2030.

No relatório dessa reunião, publicado pela UNESCO, três mensagens resumem o prioritário: i) a necessidade urgente de novas abordagens, pois, apenas 70% das crianças em países de baixa renda completarão a educação primária em 2030. “Nós precisamos de vontade política, políticas, inovação e recursos para romper com essa tendência”. ii) se forem levados a sério os objetivos de desenvolvimento social, será necessário agir com senso de urgência e compromisso, caso contrário, não somente a educação será negativamente afetada. E, por fim, iii) é preciso mudar a maneira como se concebe a educação e seu papel no bem-estar humano e no desenvolvimento global. A educação tem a responsabilidade de fomentar os tipos certos de habilidades, atitudes e comportamento que nos levarão ao crescimento sustentável e inclusivo (UNESCO, Resumo do Relatório 2016, p. 5).

Esse conjunto de ideias apresentadas mostra que a Educação no Brasil, enquanto política pública não tem sido levada a sério no que se refere à educação para todos. Ela é elitizada, a serviço do capitalismo contemporâneo e não considera a formação humana dos sujeitos, pois privilegia o ter, fortalece o individualismo e a competição.

Assim, diante desse contexto, é preciso buscar estratégias que contribuam e propiciem outros formatos educacionais, ainda que informais, mas que seja sinal de construção e possibilidade de criação de outro mundo possível. O próximo subcapítulo tem a pretensão de ressaltar que a Educação Popular é uma forma de pensar outro mundo por meio de um viés político, tem como premissa outra dimensão educativa, sua gênese é a de formar pessoas críticas à realidade, que argumentem baseados em fatos, e não em repetições de palavras sem saber o seu sentido.

1.2 Educação popular, outra dimensão educativa

Nos anos de 1960, o país viveu o auge de uma conjuntura política e econômica populista desenvolvimentista. Esse cenário trazia consigo a ideologia da promessa de “um futuro melhor uma vez que o progresso da nação se estenderia a todos com abundância de oportunidades e a geração de riquezas.” (BEZERRA, 1977, p.18 apud PEIXOTO FILHO, 2003, p18). O progresso de desenvolvimento do país, a urbanização acompanhada da expansão comercial e industrial exigiam mão de obra qualificada do povo brasileiro. O desenvolvimentismo prometia o progresso do país e “supunha-se que a industrialização era suficiente para resolver todos os males da nação; em decorrência sacrificava a solução dos problemas estruturais, causas profundas da miséria de amplas camadas da população, principalmente no nordeste” (FÁVERO, 2004, p.5) e resolveria o atraso que esta vivia em comparação aos países mais desenvolvidos.

Para Fávero (2004), essa ideia de resolver o atraso que vivia o país era conservadora, setorial e regional, pois, privilegiava apenas algumas áreas,

[...] setorial porque, privilegiando apenas algumas áreas consideradas dinâmicas, não pretendia nem conseguia equacionar e resolver os problemas que se manifestam em outras, em especial na agricultura. Era regional, porque polarizava o crescimento econômico em alguns estados do Centro-Sul, intervindo em outros estados apenas para minorar situações de emergência. (FÁVERO, 2004, p.5).

Segundo Peixoto Filho, a lógica predominante no sistema capitalista é formar mão de obra para produzir riquezas.

[...] na maioria das vezes, as ideologias das classes dominantes e dos grupos que detêm o poder atuam de formas tão poderosas, e as difundem de maneira tal que passam a exprimir todas as orientações importantes desses grupos e classes, alienando ou substituindo as ideologias dos grupos e classes populares. (PEIXOTO FILHO, p.19, 2003).

Dessa forma, diante desse cenário de progresso e desenvolvimento que se vivia, era importante ter pessoas com qualificações adequadas ao que o progresso exigia. Era preciso formar pessoas, portanto a educação tinha de cooperar com essa situação de desenvolvimento pelo qual o país passava, ou seja, era necessário qualificar pessoas. Com isso, é possível verificar que não se objetivava o desenvolvimento e bem-estar das camadas populares, dos setores urbanos, rurais e de todas as regiões do país. O que se queria era formar massas.

[...] a formação da consciência das massas pode apresentar os sintomas de uma perigosa estratégia de subversão. É incrível comprovar, nas forças associadas à mobilização popular, uma incapacidade total para perceber e para assumir as consequências implicadas na formação das consciências com vistas à ação. (FREIRE, 1980, p.18).

Ao se ter em vista esses aspectos abordados, é nessa realidade complexa e permeada de contradições, em 1961, que surgiu o Movimento de Educação Base (MEB), que teve como precursora a Igreja Católica e a colaboração do Governo Federal. Para Freire (1980), o movimento de Educação Popular foi uma das numerosas formas de mobilização de massas adotadas no Brasil. O MEB esteve presente no estado de Minas Gerais, nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste do país; bem como nos movimentos mais expressivos de educação e cultura popular: Movimento de Cultura Popular (MCP), em Recife, no Estado de Pernambuco; Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, Natal, no Rio Grande do Norte. Centro Popular de Cultura (CPC), criado pela União Nacional dos Estudantes (UNE); Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR) e Sistema Paulo Freire. Para Peixoto Filho (2003), esses movimentos,

tiveram forte expressão no início da década de 1960. A conjuntura econômica que marca o período de formulação e existência da maioria desses movimentos caracteriza-se pelo desenvolvimentismo. Esta faz com que surjam necessidades de maior participação de toda a sociedade civil, seja no aspecto da produção, seja em nível de decisões. (PEIXOTO FILHO, 2003, p.17).

O surgimento desses movimentos foi de suma importância, pois convocava a pensar uma educação com outros propósitos que contrariavam a lógica dominante. A bandeira de luta desses movimentos, como se pode verificar na história, era a alfabetização de adultos pobres, com tomada de consciência, sobretudo a respeito da situação econômica e social que se dava naquele momento. Esses fatores impulsionavam Freire a empreender o projeto de alfabetização, pois,

[...] a conjuntura do início dos anos 60, certamente o primeiro desses fatores era a consciência da gravidade do problema do analfabetismo no Brasil: estimava-se que mais de 50% da população maior de 14 anos era analfabeta. Por sua vez, havia-se tornado aguda a importância política da alfabetização: os analfabetos estavam constitucionalmente impedidos de votar e acreditava-se que a incorporação de grande número de recém-alfabetizados como eleitores poderia mudar a composição dos órgãos de representação político-partidária e sobretudo alterar significativamente a relação de forças no cenário político nacional. Em segundo lugar, o ‘impulso’ ideológico de toda uma geração, através do movimento estudantil e de profissionais, que se

lançaram no plano sociocultural, através de ações educativas com forte conteúdo político-ideológico. Esta geração tomava como ponto de partida o desafio de um novo projeto histórico para o Brasil, o que supunha uma nova visão de mundo e a descoberta de uma nova dimensão da consciência, entendida como consciência histórica. (FÁVERO, p.8).

Dessa forma, era necessário e urgente mudar essa realidade, não só para que as pessoas aprendessem a ler, mas o contexto e a necessidade de um povo mais esclarecido faziam-se necessários. Conforme Peixoto Filho (2003, p. 19), “a educação é um processo que passa por uma prática que é também política, portanto integrante de todo o processo histórico da sociedade.” Para o autor, o processo vivenciado pela educação de adultos na década de 1960, por meio das experiências do MEB, envolveu

[...] a recuperação e o incentivo que trouxeram à cultura em todos os seus aspectos; a rapidez com que os camponeses e proletários conscientizaram-se e criticaram as mistificações ideológicas em que se encontravam envolvidos; certos matizes e elementos criativos das ideologias dominadas que passaram a exprimir formas inesperadas; e a capacidade organizativa para a solução de problemas próprios. Consequentemente, novos modos de educar e de formar foram criados e experimentados. (PEIXOTO FILHO, 2003, p.20).

Peixoto Filho afirma ainda que só foi possível criar novas formas de educar, “porque os saberes foram questionados e confrontados numa reflexão conjunta entre educadores e educandos.” (PEIXOTO FILHO, 2003, p.102).

De acordo com Fávero (2005), o proposto e o executado foi qualitativamente diferente de ações anteriores, sobretudo pelo compromisso assumido em favor das classes populares, urbanas e rurais e foi “um capítulo especial da história da educação brasileira — quando a “luta contra o analfabetismo” da população adulta foi liderada por amplos setores da sociedade civil que passaram a promover ações educativas bastante originais.” (FÁVERO, 2004, p.2).

É importante frisar que os métodos utilizados tinham em conta a cultura do povo. Peixoto Filho (2003) ressalta que a prática da educação popular buscou caracterizar os componentes ideológicos das classes populares,

[...] buscaram caracterizar os componentes ideológicos das classes populares e organizar em suas elaborações, com graus variáveis de manipulação, as ideologias dominadas em suas múltiplas formas de manifestação, empregando técnicas, métodos e recursos, muitas vezes simples e artesanais, mas bastante criativos quanto à comunicação com o povo. (PEIXOTO FILHO, 2003, p.21).

Vale destacar, portanto, a importância de se ter um olhar ampliado em relação ao contexto em que as atividades educacionais acontecem. É fundamental ter uma leitura ampliada de mundo para não reproduzir a ideologia dominante e, por meio da criatividade e de elementos do povo, contribuir na análise política do que esses sujeitos vivenciam, formando consciências críticas e não um povo massa, que apenas reproduzem o aprendido pelo sistema hegemônico.

Com estabelecimento do governo Militar no ano de 1964, esses movimentos em prol de uma melhor educação no Brasil foram extintos, pois eram vistos como subversivos, comunistas e revolucionários.

No contexto capitalista,

[...] não podemos menosprezar o fato de que as ideologias dominantes são voltadas, fundamentalmente, para a conciliação de interesses opostos e estruturalmente antagônicos, apresentando a ordem socioeconômica existente como a única possível, por ser justa e natural. (RUMMERT, 2007, p.20).

Portanto, com o golpe de 1964, não era possível e nem permitido dar continuidade a um programa de educação que tinha como objetivo não apenas ensinar a ler palavras, mas ler o mundo. Dar voz àqueles que não “tinham” voz. O MEB tinha como crença as possibilidades culturais e políticas das camadas populares e a certeza de que a revolução brasileira viria da organização consciente do povo (PEIXOTO FILHO, 2003, p.111).

O regime militar, por não aceitar mais essa pedagogia de ensino, criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Este apresentou-se como continuidade das campanhas de alfabetização e tinha o objetivo de “erradicar” rapidamente o analfabetismo no Brasil. A proposta procurava apresentar palavras e conteúdos descontextualizados e desvinculados de debates críticos sobre a realidade. Em 1985, juntamente com o governo militar, o programa encerrou-se.

O país teve vários programas educacionais na tentativa de combater o analfabetismo, o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), o Decreto nº 99.519/1990; o Programa Alfabetização Solidária, criado em 1997; o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) criado em 2003 e, além desses, outros programas de alfabetização de jovens e adultos foram implantados com o objetivo de eliminar o analfabetismo, mas não conseguiram atingir tal meta.

Diante desse cenário, nota-se a importância de repensar a forma de educar. Não é possível querer somente atender às demandas de uma mão de obra especializada sem mudar o

contexto social e econômico que vive o país. A educação, segundo Costa (1977), tem de estar a serviço das camadas populares e é importante conhecer a realidade em que essa está inserida, quais são as suas principais demandas, a situação social em que vivem. Para a autora, não é possível pensar uma prática educativa sem saber qual o contexto em que vivem os sujeitos que serão beneficiários dessa ação. É extremamente importante conhecer a realidade e, junto aos grupos populares, construir instrumentos de compreensão dessa e “encaminhar uma atuação” que se identifique sempre mais com os interesses do coletivo. A autora afirma ainda que “a educação popular é educação no sentido de que sua atribuição social diz respeito à apropriação, pelas camadas populares, de um saber-instrumento”, e esse saber torna-se uma ferramenta política nas ações cotidianas de suas lutas. Compreende-se, aqui, que essa ferramenta não é uma ação alienada, mas uma ação acompanhada de uma prática libertadora, que, como dizia Freire (2014 p.18; 22), “a primeira condição para que um ser humano possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir” e que “o compromisso próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade”.

Conforme Stotz (2005, p.25), citado por Torrezan (2012, p.29), entende-se a educação popular

[...] como educação realizada nos movimentos populares, por meio da participação nas lutas nos mais variados espaços e na dinâmica interna das organizações populares. Trata-se de uma educação política que não se dissocia da vida cotidiana, a qual é base para a compreensão dos problemas no bairro e ponto de partida da reflexão sobre as estratificações sociais e de poder que refletem, no nível local, a estrutura social e política mais ampla. As pessoas educam-se na ação desenvolvida, descobrem a solidariedade e a opressão e, pela organização, a esperança de transformar a situação encontrada. A vida cotidiana se amplia, adquirindo sentido político que dela não se dissocia.

Não cabe à Educação Popular mudar a realidade, mas contribuir para que essa seja um instrumento importante para possíveis mudanças. Possibilitar que os sujeitos tomem conhecimento da realidade em que vivem que possam fazer uma “leitura” da situação social em que estão inseridos e realizar ações de transformação dessa opressão numa “práxis” libertadora.

De acordo com Freire (2005), ninguém melhor que os oprimidos para entender o significado terrível de uma sociedade opressora. Eles sabem e vivem os efeitos da opressão e, por isso, compreendem perfeitamente a necessidade de libertação, “que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela.” (FREIRE, 2005, p.34).

É importante uma prática educadora que seja construtora e propositora de mudanças reais, libertadora, em que os sujeitos se sintam também protagonistas do processo de libertação. A educação popular contribui para sair da condição de oprimido e ter a convicção de que é um sujeito de direito.

[...] de acordo com a pedagogia da liberdade, preparar para a democracia não pode significar somente converter o analfabeto em eleitor, condicionando-o às alternativas de um esquema de poder já existente. Uma educação deve preparar, ao mesmo tempo, para um juízo crítico das alternativas propostas pela elite, e dar a possibilidade de escolher o próprio caminho. (FREIRE, 1980, p. 20).

Nessa proposta de educação para um juízo crítico para a liberdade, de entendimento da realidade, Freire vai nos alertar para a necessidade de manter essa posição crítica frente às mudanças do mundo, pois essa atitude é uma constante e é um processo, não é algo estagnado na história. Ela se apresenta como um processo em um determinado momento e deve continuar sendo processo no momento seguinte. O juízo crítico nos convida a assumir uma posição utópica frente ao mundo. Para Freire (1980), a utopia não é algo irrealizável e nem idealismo é a “dialeitização dos atos de anunciar e denunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante. Por isso a utopia é um compromisso histórico.” (FREIRE, 1980, p.27) e exige conhecimento crítico. É preciso conhecer para mudar a realidade. Além desse processo de contínua posição de conhecer para mudar, ou seja, de não estagnação, todo processo de mudança se dá na práxis e não apenas nas belas e idealizadas palavras.

Quanto mais entendedores da realidade, quanto mais refletimos o que vive o mundo, mais capacitados estamos para ser anunciadores e denunciadores, graças ao compromisso de transformação que assumimos. Importante ressaltar que Freire (1980) nos alerta para não nos tornarmos burocratas, pois se deixarmos de ser utópicos, corremos o risco de burocratizarmos. Temos de nos comprometer com a denúncia da realidade desumanizante que anunciamos.

Por fim, estar em atitude de juízo crítico, consciente da realidade que vivemos, temos condições de contribuir numa nova perspectiva de educação, outra educação possível. Segundo Freire (1980), tomar posse da realidade; os opressores jamais poderão propor um povo libertado, ao contrário, como observamos no contexto percorrido neste capítulo, a educação não foi e não é prioritária. O opressor tende a mitificar a realidade em que os oprimidos não podem e não conseguem se desvencilhar do lugar de submissão em que estão colocados. “O trabalho humanizante não poderá ser outro senão o trabalho de desmitificação.”

(FREIRE, 1980, p.29). É preciso “des-velar” para tornar claro, conhecer os mitos que enganam e que tornam possível conhecer a realidade da estrutura dominante. Para pensar uma educação transformadora da realidade alienante, é preciso também pensar outras formas de desenvolvimento que tenha em conta o desenvolvimento local; Repensar as relações tanto em nível humano como em nível de cuidados com o planeta, com o meio ambiente; Repensar o sistema econômico, no qual o centro do desenvolvimento não seja as grandes corporações, mas o cuidado com a casa comum, o planeta; e Desenvolver uma economia que seja solidária, justa, com princípios pautados pela ética e o bem comum.

No próximo capítulo será abordada a reflexão teórica acerca da Economia Solidária, que tem como princípios a autogestão, a democracia, a solidariedade, a cooperação, o respeito à natureza, o comércio justo e o consumo solidário.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária tem como proposição a vivência de valores como o cuidado da casa comum, o planeta e os que nele vivem, com as relações cotidianas e com a cultura popular, com as formas de educar e de trabalhar. Trata-se de experiências de um modo de produção associada que tem como princípio a reprodução ampliada da vida, ou seja, um projeto de sociedade que alimenta a possibilidade de transformação da mesma a partir da construção de outra economia, em que o ser humano, e não o capital, seja sujeito e finalidade da atividade produtiva. Neste capítulo, será abordado o conceito dessa temática e o que esse conceito tem como proposta de mudanças no cenário de uma economia que é capitalista e que visa o lucro em detrimento das pessoas e do planeta.

2.1 Economia solidária: utopia de uma gente que possui a estranha mania de ter fé na vida?

O modelo neoliberal que o sistema capitalista nos impõe já está tão arraigado em nossa história que a desigualdade se tornou normal ou natural (SINGER, 2002, p.7). E, portanto, talvez nos faça crer que esse modo operante existiu desde sempre e que as relações entre as pessoas sempre foram de dominação e exploração, uma vez que esse sistema coloca as pessoas em situação de desigualdade e competição.

Para Saviani (2007, p. 158), a sociedade capitalista, ao constituir a economia de mercado, a produção para a troca, mudou os termos próprios da sociedade feudal, em que a economia que dominava era a de subsistência e só existia a troca quando a produção era maior que a quantidade consumida. Com isso, foi se intensificando o desenvolvimento da economia medieval, o que provocou a geração sistemática de excedentes, ativando o comércio, o que deu origem à sociedade capitalista. Contrário ao que acontecia à sociedade feudal, a troca determinava o consumo — e isso passou a se chamar sociedade de mercado — e a estrutura da sociedade deixou de fundar-se em laços naturais para tornar-se sociedade contratual — cuja base passou a ser o direito positivo e não mais o direito natural de acordo com os costumes.

Isso leva a concluir que a desigualdade e a competição não podem ser normais ou naturais, pois foram construídas e institucionalizadas e, no entanto, são resultados da forma como as atividades econômicas foram organizadas (SINGER, 2002, p.10). Para Singer (2002), a economia capitalista divide as pessoas entre os ganhadores e os perdedores

(melhores e piores). Os primeiros acumulam vantagens sobre os segundos e estes sempre estão em busca de grandes conquistas, mas é muito difícil ter êxito, pois o que esse modelo de sistema produz são sociedades profundamente divididas entre pobres e ricos. Para Lima e Oliveira (2008), “a competitividade e a concorrência capitalistas, ao mesmo tempo em que geram eficiência e riqueza econômica, e apenas nessa medida, também produzem miséria social e depredam a natureza” (LIMA; OLIVEIRA, 2008, p. 225). E para que exista uma sociedade em que predomine a igualdade entre todos os membros, é preciso que a economia seja solidária em vez de competitiva (SINGER, 2002, p. 9).

O modo de produção capitalista se fundamenta no “princípio” do direito à propriedade privada e divide a sociedade em classes. De um lado, estão os que possuem o capital e do outro, os que ganham a vida mediante à venda de sua força de trabalho. Para Segundo (2006), citado por Arroyo e Schuch (2006, p.16), o modelo que esse sistema impõe tem as pernas curtas, não chega aos mais pobres, também tem o coração egoísta para aceitar dividir as riquezas.

Saviani (2007) explica que,

[...] o desenvolvimento da produção conduziu à divisão do trabalho e, daí, à apropriação privada da terra, provocando a ruptura da unidade vigente nas comunidades primitivas. A apropriação privada da terra, então o principal meio de produção, gerou a divisão dos homens em classes. Configuram-se em consequência, duas classes sociais fundamentais: a classe dos proprietários e a dos não proprietários. Esse acontecimento é de suma importância na história da humanidade, tendo claros efeitos na própria compreensão ontológica do homem. (SAVIANI, 2007, p.155).

Uma vez que as relações, a partir disso, começam a se basear em atitudes de divisão entre os seres humanos, o princípio da solidariedade que antes fazia parte da cultura das comunidades é substituído pelos princípios que a sociedade de mercado começa a impor. O ser humano começa a valer pelo que produz e também passa a entender que essa é a forma de relacionar-se, naturalizando o individualismo e a competição. O mercado para se sustentar precisa do lucro e esse é alcançado à custa do trabalho de mulheres e homens que não mais podem ter uma relação cuidadosa e respeitosa com a terra.

Posto isso, diante de um sistema que, ao invés de incluir, exclui, fez-se necessário criar alternativas e formas de reinventar “novos” jeitos de viver e de produzir, que vão na contramão desse modelo econômico excludente. Ao longo da história, o povo pobre tem buscado alternativas de sobrevivência. Em “tempos de trovoadas”, como diz Segundo (2006 apud ARROYO; SCHUCH, 2006, p.14),

[...] podemos ver uma economia que é vivida cotidianamente pelo povo simples dos bairros, pelos desempregados, trabalhadores informais, biscateiros, camelôs, pequenos empreendedores [...] que hoje ficam à “margem” do mercado formal e são tratados como secundários e perniciosos... Essa multidão que caminha muitas vezes no anonimato, mas que representa relevante fatia da economia. (SEGUNDO, 2006 apud ARROYO; SCHUCH, 2006, p.14).

O capital não se estrutura ao redor dessa outra economia, que também gera riquezas e desenvolvimento social, e cujo os resultados não são mensuráveis. Essa outra economia é invisível e também invisibilizada. Sobrevive-se com luta e muita paciência ao recomeçar todos os dias, pois os “excluídos do mercado formal de trabalho veem-se compelidos a irem à luta pela sobrevivência” diariamente (FRIGOTTO, 2001, p.19). Ou seja, é todo dia começar novamente, com fé e coragem, acreditando que dias melhores virão. Essa realidade também está naturalizada e o capital precisa dessa “coragem” diária do povo trabalhador para continuar existindo.

Esse jeito de produzir e de viver busca gerar trabalho e renda, uma vez que o mercado de trabalho exclui, é pautado por outros valores e há várias nomenclaturas, como economia solidária; economia popular solidária; economia dos setores populares; socioeconomia solidária, entre outras, todas têm, em sua gênese, a mesma proposta, *outra economia possível*, que garanta a circulação de riquezas e justiça social, portadora dos sonhos e utopias de uma geração que insiste em não desistir. A importância da economia solidária, como um contraponto à economia capitalista tem sido alvo de pesquisa de inúmeros intelectuais. O seu conceito, segundo Gaiger (2000), é ainda processo em construção, mas já tem gerado novos olhares, mudanças de rotas nos modos de conceber o jeito de consumir e desenvolvimento local em muitas comunidades do Brasil e no mundo, é um fenômeno importante, que interessa cada vez mais ao conjunto da sociedade.

Para Segundo (2006 apud ARROYO; SCHUCH, 2006, p.15), ao fazer opção por esse novo modo de conceber a economia, é preciso um compromisso político. Esse compromisso tem desdobramentos no cotidiano de todos. Ou seja, passa pelo reconhecimento da: 1) força e da necessidade do mercado informal para a sobrevivência de milhões de pessoas; 2) pela indignação com a concentração de renda nas mãos de uns poucos; 3) pelo apoio às várias manifestações da economia solidária; e 4) um compromisso com a ética. Assim, optar pela disseminação dessa economia é levantar uma bandeira de luta em punhos para que se crie políticas públicas que viabilizem esse modo de produzir que vai à contramão

da história. Pois a lógica da economia capitalista é “um monstro grande e pisa forte” toda a sorte do povo e precisa de lucro para continuar sobrevivendo. É preciso pensar políticas públicas que sejam sustentáveis e que não caiam com as mudanças de gestores, assim, tem de recomeçar a cada novo início de mandato político.

As primeiras ideias sobre a economia solidária surgiram no início do século XIX na Europa, com os chamados socialistas utópicos. O processo da Revolução Industrial se fortalecia e o modelo ideológico liberal de exploração criava misérias ao proletariado, com exploração da mão de obra, condições de trabalho insalubres e um grande número de desempregados. Nesse contexto, apareceram várias experiências solidárias por meio de cooperativas e associações, com o intuito de minimizar os efeitos produzidos pelo sistema liberal capitalista. Com a crise de 1929, houve outro momento em que ressurgiu o pensamento econômico solidário. Na década de 1970, o capitalismo novamente passou por uma crise e cresceu o número de desempregados com o fechamento de muitas empresas. Na Europa, surgiram as primeiras cooperativas com trabalhadores que começaram a gerir as empresas que estavam sendo fechadas por causa da crise.

O capitalismo não existe desde sempre. “Nas comunidades primitivas, não havia a divisão em classes e tudo era feito em comum. A apropriação da terra era coletiva, os homens produziam sua existência em comum e se educavam nesse mesmo processo.” (SAVIANI, 2007, p. 154). Ao falar das possibilidades de reinvenção de outra economia, por meio da economia solidária, faz-se um resgate do que já existiu, bebe-se da fonte de uma proposta cujo objetivo era a distribuição coletiva dos bens e o cuidado para que esses não ficassem escassos, logo um sistema econômico que era organizado de modo a pensar no planeta e nos seres vivos que nele habitavam.

No Brasil, nas décadas de 1980 e 1990, a Economia Solidária ressurgiu por obra da Cáritas Brasileira³, que acudiu as vítimas da crise mediante aos chamados Projetos Alternativos Comunitários (PACs), que consistiam em tentativas de organizar os desempregados em associações de trabalhadores. Segundo Arroyo e Schuch (2006, p.34), nos governos dos presidentes Fernando Collor de Mello, no mandato de 1990 a 1992, e de

³A Cáritas Brasileira, fundada em 1956, é uma das 164 organizações-membros da Rede Cáritas Internacional presentes no mundo. Nacionalmente, é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Atua em 450 municípios, sendo presença solidária junto às pessoas mais empobrecidas. No fomento às iniciativas de Economia Solidária, Segurança Alimentar e Nutricional, Fundos Solidários, envolvendo jovens, mulheres, catadores(as) de materiais recicláveis, pequenos(as) agricultores(as), acampados(as) e assentados(as) de reforma agrária, ribeirinhos, quilombolas e indígenas, comunidades em situação de riscos e afetadas por desastres socioambientais, a Cáritas valoriza e aposta em ações locais, comunitárias e territoriais, em relações solidárias em que a luta por direitos e a construção de um desenvolvimento local, solidário e sustentável caminham juntas.(CÁRITAS, 2017).

Fernando Henrique Cardoso, no mandato de 1995 a 2002, o país viveu uma pobreza de proporções jamais vistas e, nessa conjuntura, muitos segmentos das classes trabalhadoras assalariadas ficaram desempregados.

A economia solidária se organiza no sentido oposto ao do sistema neoliberal, pois ela ocorre da base para o topo da sociedade e tem o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população, além de reavivar o ideal da cooperação e da solidariedade entre as pessoas e sua cultura é a da subsistência com base na inclusão, no bem-estar da coletividade e do desenvolvimento local. Tem “um projeto de socialismo, que engloba a discussão sobre a luta dos trabalhadores na posse coletiva, democrática e solidária dos meios de produção” (COSTA, 2013, p.23). Observa-se que os empreendimentos de Economia Solidária são as diversas formas concretas de manifestação da Economia Solidária, ou seja, grupos de pessoas que produzem e comercializam seus produtos com base nos princípios da Economia Solidária (ECONOMIA..., 2015).

No ano de 2001, no Brasil, no primeiro Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre, foi criado o Grupo de Trabalho (GT) Brasileiro de Economia Solidária, formado por um conjunto de entidades que se propunha a coordenar as ações de estímulo e fomento das atividades do já assumido como um segmento ou setor produtivo. No governo Lula, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), conforme o Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, sob a coordenação do Professor Paul Singer, reconhecido como principal teórico e defensor no Brasil, do fortalecimento do cooperativismo e demais empreendimentos de autogestão. A partir daí a economia solidária ficou mais fortalecida. O coletivo, formado pela SENAES, Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), Fóruns Regionais e Estaduais, entidades de assessoria e fomento, gestores públicos, várias universidades com as incubadoras de cooperativas populares e empreendimentos econômicos solidários, organizou-se com a finalidade de lutar pela construção de políticas públicas que pudessem atender à demanda do Movimento da Economia Solidária, com isso, “o surgimento e o fortalecimento desse movimento reforçam o poder de luta de todos os trabalhadores.” (COSTA, 2013, p.52).

Através da instituição da SENAES, realizou-se um mapeamento da economia solidária no Brasil com um intuito de conhecer a sua realidade e isso já era uma demanda do Movimento, visto que poderia possibilitar e facilitar medidas de políticas públicas, além de um melhor conhecimento do perfil desse novo modo de geração de trabalho e renda; quais as regiões do Brasil com maior ou menor envolvimento; as políticas públicas desenvolvidas em todos os estados brasileiros, entre outros. O primeiro mapeamento aconteceu no ano de 2005 e o segundo, de 2010 a 2013. Neste, foi possível ampliar mais o levantamento, que abrangeu

popular solidária, pois esses são capazes de assegurar outro modelo de desenvolvimento que garanta a sustentabilidade da vida humana.

A economia solidária se expressa em organização e conscientização sobre o consumo responsável, fortalecendo relações entre campo e cidade, entre produtores e consumidores, permitindo uma ação mais crítica e pró-ativa dos consumidores sobre qualidade de vida, de alimentação e interesse sobre os rumos do desenvolvimento relacionados à atividade econômica. Essa outra economia vem fomentando a elaboração de políticas públicas para geração de renda e garantido a sobrevivência de muitos grupos de trabalhadoras e trabalhadores, sempre de modo organizado e sustentável, marcados pelo desenvolvimento local, distribuição de recursos e pela luta contra a pobreza. Ela propicia, além das trocas materiais, outras trocas que não são mensuradas e nem postas em gráficos, em que se possa ver o aumento da autoestima; conhecimento da realidade política; reconhecimento dos direitos e deveres; relações mais altruístas; questões de gênero, entre outros. Ela viabiliza um resgate daquilo que o sistema capitalista toma das pessoas, que é o mais precioso, o sentido da vida, a vida no coletivo, a cultura popular, o *bemviver*, sua dinâmica busca a horizontalidade, a democratização dos direitos.

Nesse sentido, entender e aceitar a proposta da Economia Solidária é ir além das formas tradicionais as quais reduzem essa área do conhecimento apenas como produção e distribuição de riquezas. Sua proposta política, econômica, social e ideológica é a garantia e a promoção de direitos para todos. Uma economia pautada por um modelo de ética social, fundada na igualdade, na solidariedade, na justiça, na partilha de bens, no desenvolvimento sustentável, sob o princípio do reconhecimento e respeito da dignidade de todo homem e mulher como causa maior, configurada como uma forma de sobrevivência que contribui para a construção de uma organização democrática, solidária, capaz de colaborar para que o indivíduo se torne sujeito do seu processo histórico.

2.2 Educação em economia solidária: autogestão x empreendedorismo

Para Saviani (2007, p. 154), “a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade”. Nas comunidades primitivas, a produção da existência era aprendida no ato de produzi-la e aprendiam “trabalhar trabalhando”, em contato com a natureza, no relacionamento de uns para com os outros, se educavam e educavam também as novas gerações. A educação tinha uma relação com a vida, daí a expressão “educação é vida” e não “preparação para a vida”. Com o advento do capitalismo, trabalho e educação perdem a dimensão subjetiva de transformação da natureza por meio da troca de conhecimento e de construção do mesmo. A educação ganha status de transferência de saber e se passa a ter a educação para os “homens livres” — a classe proprietária — e outra para os não proprietários — “a educação dos escravos e serviçais”. O trabalho vale pelo seu valor produtivo e não mais concebido como parte intrínseca do homem, parte de sua identidade. Conforme Saviani (2007), essa divisão foi processada ao longo da história entre o trabalho manual e o trabalho intelectual e as pessoas passaram a ter uma educação destinada para o trabalho intelectual e somente os que pertenciam à classe dos proprietários, “os homens livres”, teriam acesso a ela e “as funções manuais não exigiam preparo escolar” e, nesse contexto, é tecida a sociedade de dominadores e dominados.

O capitalismo cria, a todo tempo, formas de manter as pessoas reféns de suas artimanhas e, para isso, precisa da alienação humana para sobreviver. Freire (2014, p.43) alerta que “não cabe à sociedade dominada decidir” e, onde há sociedade dominada, não tem povo: tem a massa e a massa é manipulada. Um povo massa, de um modo geral, não consegue ter perspectivas e nem lutar por um modo de vida adequado às suas necessidades que é viver com dignidade.

[...] as relações pedagógicas, norteadas por determinada ideologia, integram a vida social, possibilitando ao homem a compreensão de sua importância e de sua função histórica, permitindo-lhe abandonar a condição de “homem-massa”, ou, ao contrário, podem estabelecer limites e impedimentos à formação da consciência crítica, tornando restrita a liberdade do homem e negando-lhe as condições para conhecer a totalidade e o sentido real das relações sociais em que está envolvido. (RUMMERT, 2007, p.23).

A dominação ideológica da sociedade capitalista tem como principal instrumento a capacidade de convencimento. A burguesia tenta, por exemplo, convencer a classe trabalhadora que a sociedade capitalista é a melhor forma de organização social. Isso, apesar da fome, da miséria, do desemprego e de uma série de outros problemas sociais provocados

pela exploração de poucos sobre muitos. Portanto, vê-se o quanto é perversa a ideologia dominante e o quão sua lógica é desumanizadora. A formação de indivíduos alienados contribui para manter sua base de dominação.

Acredita-se que cabe à educação contribuir no debate de um sistema educacional que reflita a perversidade desse sistema. Sabe-se que é uma árdua luta, pois o tema é frágil e se depara com a força da ideologia capitalista. Para Mészáros (2008, p.27), “é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente.”

Um dos grandes motes desse sistema tem sido a “pedagogia” para o empreendedorismo. Muitos espaços formativos têm aderido a essa “nova” moda. Faz parte das reinvenções do sistema neoliberal, para continuar se mantendo vivo por meio da manipulação e alienação das pessoas. Essa ideologia apregoa que pessoas empreendedoras são capazes de conseguir alcançar seus sonhos, como se isso se desse de uma maneira isolada e que as condições externas não exercessem nenhuma influência na realidade vivida. Para a pedagogia empreendedora, o empreendedor é aquele que é capaz de concretizar seus sonhos.

Segundo Coan (2012), no Brasil,

o discurso da necessidade de se educar para o empreendedorismo ganhou relevo nos anos de 1990 quando várias propostas foram apresentadas para combater os problemas decorrentes do desemprego que atingiu sobremaneira os jovens. O diploma não é mais garantia de colocação profissional; com ele se deve haver também habilidades e competências empreendedoras. (COAN, 2012, p.2).

Segundo Cêa e Luz (2006), a “Pedagogia Empreendedora” não se limita apenas a adesões de educadores individualmente. Algumas secretarias municipais de educação de diferentes estados (Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo) têm servido de espaço para experiências piloto dessa proposta e ressaltam que essa “teoria” coloca nas mãos dos sujeitos toda a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso do seu sonho e não leva em conta os conflitos de classe. O fracasso significa desistir do sonho. Enquanto isso não acontecer, não há fracasso. A “pedagogia” empreendedora não considera a realidade das classes, uma vez que suas conquistas estão fundamentadas no seu mérito, em sua força de vontade, em seu esforço, portanto, parte do princípio que “todos” podem ser empreendedores de sucesso.

Sader (2008), citado por Mészáros (2008, p.15), analisa que a educação “tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que

torna possível a reprodução do injusto sistema de classes. Em lugar de instrumento da emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema.” A educação como possibilidade de mudança se torna uma realidade utópica, pois, para esse sistema, o que importa é formar pessoas cada vez com menos consciência de classe, e não uma educação como luta emancipatória, com visão de construção de uma sociedade para todos, os caminhos que têm se desenhado são de um sistema educacional que, ao invés de lutar contra alienação, é parceiro nesse ato e quanto mais pessoas competindo entre si melhor.

Segundo Mészáros,

[...] a educação institucionalizada nos últimos 150 anos, serviu — no seu todo — ao propósito de não só fornecer conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade. (MÉSZÁROS, 2008, p.35).

Com isso, “romper com a lógica do capital na área da educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta abrangente.” (MÉSZÁROS, 2008, p.47). Refletir a respeito disso pode parecer, em uma sociedade capitalista, utópico, visto que parece impossível enfrentar esse sistema que contribui para que seja internalizado nas pessoas o mito de aprendizados que não são reais, que fazem naturalizar o não naturalizado: a sociedade dividida em classes. Por isso, faz-se necessário criar meios que possibilitem uma alternativa concreta e abrangente à universalização do trabalho e educação como atividade humana autorrealizadora, não há motivo para esperar a chegada de um período favorável, num futuro indefinido (MÉSZÁROS, 2008, p.67).

A economia solidária talvez seja essa alternativa possível de desconstruir e desmistificar o modo de operação que esse sistema impõe ao povo, pois “assume a educação popular como estratégia de um projeto para outra sociedade por meio da criação coletiva de uma nova cultura do trabalho para viabilizar novas relações econômico-sociais que validem os conhecimentos dos trabalhadores e trabalhadoras” (TIRIBA, 2008 apud ADAMS, 2013, p.8). A economia solidária possui como base estrutural quatro princípios fundamentais, são eles. Autogestão, Cooperação, Solidariedade e a Democracia.

Com o processo de institucionalização das políticas de economia solidária no governo Luiz Inácio Lula da Silva, no ano de 2003, por meio da criação da SENAES, Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, sob a coordenação do Professor Paulo Singer, colocou-se a

importância da formação e educação em Economia Solidária e, com isso, a criação de instrumentos para consolidar as ações em curso para implementação de uma política de formação voltada ao atendimento adequada das demandas. Dessa forma, foi possível a consolidação de um programa de educação pensado para o Movimento da economia solidária, com a criação dos Centros de Formação em Economia Solidária (CFES) ⁴, atendendo ao objetivo de formar formadores(as), educadores(as) e gestores(as) públicos que atuassem com economia solidária, que contribuíssem fortalecer seu potencial de inclusão social e de sustentabilidade econômica, bem como, sua dimensão emancipatória. Suas diretrizes metodológicas de formação foram assim elaboradas:

a) Reconhecimento das experiências e dos saberes das (os) trabalhadoras (es) envolvidos nos atos formativos autogestionários: valorização das(os) trabalhadoras (es) da economia solidária como pessoas dotadas de saberes e identidades socialmente construídas, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural, étnica, social, regional e de gênero;

b) Valorização dos acúmulos, da diversidade e da pluralidade de iniciativas de formação em ES: reconhecimento das diversas experiências formativas construídas com e sob os princípios da economia solidária e da educação popular, favorecendo a articulação e o intercâmbio dessas iniciativas de organizações da sociedade civil, das universidades, dos empreendimentos econômicos solidários e dos órgãos públicos;

c) Gestão participativa: participação ativa e consciente de representantes da economia solidária (empreendimentos econômicos solidários, entidades de fomento e assessoria e de rede de gestores públicos) na coordenação e na concepção político pedagógica dos CFES;

d) Educação Popular: o processo de formação em economia solidária deve ser orientado pelos fundamentos, princípios, práticas e metodologias da educação popular, o que requer intercâmbio com organizações e redes que se constituem a partir dessa perspectiva educativa;

e) Pedagogia da alternância: deverão ser resgatados e valorizados os acúmulos da “pedagogia da alternância” que combina momentos formativos presenciais com momentos de vivência e prática, favorecendo que os aprendizados sejam constantemente experimentados, ampliados e aprimorados. Essa estratégia amplia a abrangência dos processos formativos alcançando uma quantidade cada vez maior de trabalhadoras (es) da economia solidária. As experimentações e vivências possibilitam questionamentos e o enriquecimento dos debates coletivos nos momentos formativos presenciais;

⁴ Informações (objetivo, diretrizes e distribuição Nacional dos CFES) retiradas do Termo de referência do Centro de formação em economia solidária (BRASIL, 2017).

f) Intersetorialidade e complementaridade: articulação com outras ações e políticas de fomento e apoio à economia solidária, tais como: assessoria, incubação, assistência técnica, promoção do desenvolvimento local, desenvolvimento de estudos, pesquisas e tecnologias aplicadas à ES, crédito e finanças solidárias, etc. As ações dos CFES deverão ser realizadas a partir de uma compreensão de complementaridade entre órgãos governamentais e de organizações da sociedade civil.

Para execução do CFES, a SENAES/Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) implantou Centros Regionais de Formação em Economia Solidária. Os centros regionais ficaram distribuídos da seguinte forma: a) CFES Regional Norte (atuação em 07 estados da Região Norte); b) CFES Regional Nordeste (atuação em 09 estados da Região Nordeste); c) CFES Regional Sul (atuação em 03 estados da Região Sul); d) CFES Regional Sudeste (atuação em 04 estados da Região Sudeste); e) CFES Regional Centro Oeste (atuação no Distrito Federal e nos 03 estados da Região); e f) CFES Nacional (com sede em Brasília/DF, responsável pelas ações nacionais e pela articulação dos CFES Regionais).

Posto isso, ao falar de outra economia, também se diz de outra educação, a educação popular que já em outros tempos assumiu, no contexto de combate ao capitalismo, a tarefa de articular a formação política com a construção de alternativas concretas em âmbito local, na relação com uma proposta ampla de transformação social. Para Adams (2013), desde a década de 1990, as práticas de educação popular foram se multiplicando em novos espaços, com alargamento da consciência política para outras dimensões como a ecológica, com respeito à diversidade cultural, geracional, religiosa, étnica, de gênero, fortalecendo o ingrediente ético e estético,

[...] além da retomada da dimensão política da educação e organização do povo, aparecem outras centralidades como a dimensão cultural (resgate da cultura, construção da identidade, leitura crítica da realidade, respeito à diversidade e vivência da interculturalidade[...]; a dimensão ética destacando a vivência dos valores, diálogo e da participação; a dimensão psicoafetiva que reforça a vivência amorosa, da alegria e da espiritualidade; a dimensão corporal que valoriza os cuidados com a vida saudável e com o bem-estar do corpo; e por fim, a dimensão produtiva que (re)valoriza o trabalho como princípio educativo. (PALUDO, 2006 apud ADAMS, 2013, p.5).

Paludo (2006), citada por Adams (2013, p. 6), afirma ainda que essa dimensão tem sido uma identidade da economia solidária marcada pela especificidade de articular educação popular e economia, destaca-se, como estratégia, a mediação entre formação política e a econômica. O projeto político-pedagógico gestado pelo movimento de economia solidária

ênfatisa a consciência de que, na maneira de aprender os saberes da experiência acumulados, deve articular dimensões técnicas, políticas, culturais e econômicas, essenciais na autogestão.

O projeto político pedagógico da economia solidária fundamenta-se na ação educativa, não na perspectiva do empreendedorismo, cuja pretensão é transformar os “antigos assalariados e os trabalhadores informais da economia popular em micro e pequenos empresários visando a sua inserção pela renda e o consumo no modelo econômico” (DUBEUX et al., 2012, p.18), mas na perspectiva da autogestão. O princípio da autogestão possui grande potencial educativo, em virtude das experiências que dela se extrai (SINGER, 2002).

3 O TRABALHO EM VISTAS DE OUTRO MUNDO POSSÍVEL

Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. (Paulo Freire, 1987, p.78).

Neste capítulo, pretende-se refletir sobre as consequências das transformações do mundo do trabalho. Esse, que antes era lugar de formação, aprendizado, espaço e tempo educativo, troca com a natureza, foi capturado pelo capitalismo. As mudanças ocasionadas por esse sistema sequestraram das mulheres e dos homens a capacidade de interrelação com a natureza. Serão abordadas as transformações pelas quais vêm passando o mundo do trabalho e as propostas do trabalho associado. Uma vez que este pode permitir aos trabalhadores possibilidades de transformação por meio dos aprendizados do dia a dia, que o trabalho associado permite, por ser um espaço de troca de saberes e construção de novos.

3.1 As transformações do mundo do trabalho

O mundo do trabalho tem sofrido muitas mudanças. A revolução tecnológica, com a introdução, em escala crescente, da informática, da robótica, das experimentações genéticas, das telecomunicações, tem mudado bastante a vida das pessoas e os processos de produção. Com isso, abrem-se horizontes e tudo tem novos significados, o trabalhador precisa ser polivalente e é “levado a ajustar-se às novas exigências da produção de mercadoria e excedente, lucro ou mais-valia.” (IANNI, 1994, p.5). Para Antunes (2009), não se questiona o efetivo avanço tecnocientífico, quando esse é pautado pelos reais valores humanos, não os descartando, mas o que está em pauta é um sistema que converte em descartável, supérfluo e desperdiçado aquilo que deveria ser preservado e evitar uma destruição incontrolável e degradante da natureza, da relação metabólica entre homem e natureza (ANTUNES, 2009, p.54).

Para Marx (1867), o trabalho é,

[...] um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põem em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de

trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho. Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho. E isto é tanto mais necessário quanto menos se sinta o trabalhador atraído pelo conteúdo e pelo método de execução de sua tarefa, que lhe oferece por isso menos possibilidade de fruir da aplicação das suas próprias forças físicas e espirituais. (MARX, 1867, s/p).

As “novas” formas do processo produtivo, imposto pelo sistema capitalista, apropriam-se do saber humano roubando-lhe a capacidade criativa. O homem, que antes podia imprimir ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, já não pode mais, agora tem de agir mecanicamente, por imposição do modo de produção capitalista, portanto, torna-se escravizado por esse modo de produção. O capitalismo, então, desumaniza, sequestra valores, exclui, seleciona, coloca mulheres e homens contra seus pares e ainda precariza as formas de trabalhar. Fragmenta-se trabalho e trabalhador.

Para Rummert (2007),

[...] no contexto do modo de produção capitalista, não podemos menosprezar o fato de que as ideologias dominantes são voltadas, fundamentalmente, para a conciliação de interesses opostos e estruturalmente antagônicos, apresentando a ordem socioeconômica existente como a única possível, por ser justa e natural. Nesse sentido, um aspecto essencial da ideologia hegemônica no modo de produção capitalista reside em obscurecer a percepção dos conflitos inerentes às sociedades fundadas na exploração da força de trabalho de uma classe por outra que detém os meios de produção. (RUMMERT, 2007, p.20).

Logo, para a autora, não é possível achar que haverá conciliação. Está evidente que os interesses são opostos. O objetivo da produção capitalista é a obtenção do lucro. O comando dos processos produtivos e a coordenação da atividade humana no manuseio das máquinas passam a ser vistos como itens importantes para aumentar a eficiência e a eficácia na produção de bens. A meta, de um modo geral, é produzir mais com menos. Esse sistema cria nas pessoas a ideia de que a ordem estabelecida é que todos podem conquistar um “bom”

lugar no mundo do trabalho, pois depende quase sempre da força de vontade dos sujeitos, daí surge a ideia da meritocracia, outro “princípio” muito utilizado nesse sistema. Como bem disse Rummert (2007), um aspecto essencial da ideologia hegemônica no modo de produção capitalista reside em obscurecer a percepção dos conflitos. Esconder as ranhuras.

Outra questão que esse sistema cria nas “novas” formas da relação no mundo do trabalho é que o trabalhador adquire o status de “colaborador”, uma roupagem que faz com que o sujeito/trabalhador se sinta parte do crescimento da empresa em que trabalha, pois são “treinados” para que saibam que podem aperfeiçoar o processo de trabalho por seu próprio esforço e desenvolver a partir disso sentimentos de participação e colaboração (IANNI, 1994). Daí surge o trabalhador empreendedor, lógica também alimentada por esse sistema. Os sujeitos são chamados a descobrirem o seu potencial empreendedor. Tomam conhecimento de suas características e essas podem torná-lo uma pessoa de sucesso. Para Dolabela (2014), a definição de empreendedor é alguém que sonha e busca transformar o seu sonho em realidade. O que significa isso? Alguém que concebe o futuro e gera caminhos, formas, metodologias para criá-lo. Na verdade, no empreendedorismo, o que importa é o processo e não a chegada. Mas ao definir esse conceito, o autor não concebe que há uma concentração de renda e que a questão da distribuição é um dos grandes problemas no sistema capitalista. Ele parte do princípio que empreender é planejar e a partir daí todas as conquistas de “sucesso”, de um grande homem e mulher de negócio, serão possíveis. Visão equivocada diante da “grandeza” e da astúcia desse sistema, que, aliás, vale-se dos empreendedores para continuar se mantendo, pois, enquanto as pessoas estão alienadas, com a visão obscurecida, crendo que podem ser empreendedoras, não estão se fortalecendo na luta contra as artimanhas do capital. Por meio da ideologia empreendedora, é “escondido” o significado da mais-valia, com a falsa máxima que diz que quem empreende obtém sucesso e “sobe na vida”. Grande parte da massa trabalhadora tem trabalhado ao longo de suas vidas e “não conseguem sair do lugar”. Portanto, um dos motivos de não obter sucesso com seu trabalho (“se dar bem na vida”, popularmente falando) se ocorre por causa da exploração do trabalho, uma vez que o lucro fica nas mãos da burguesia, dos proprietários.

Diante disso, vê-se a forte estrutura do sistema capitalista e que é preciso muita luta para driblar suas mazelas. Desde sua origem, muitas ações e revoluções têm acontecido em todo o mundo como forma de enfrentamento desse modelo excludente. Também muitos novos modos de produzir têm sido planejados, ao se levar em conta os valores inerentes à subsistência humana. Um dos grandes adversários nessa luta são os aparelhos de estado que tão bem servem aos interesses do capital, o que torna a mesma desleal e injusta.

Com toda essa realidade posta, é preciso força para resistir e não desistir, acreditar sempre que “outro mundo é possível”. Há muitas experiências que têm sido gestadas em muitos rincões deste mundo, e essas são as que dão sentido de não desanimar. Afinal, conforme um provérbio africano (s/d), muita gente pequena em lugares pequenos, fazendo coisas pequenas podem mudar a face da terra. E isso tem sido vivenciado no modo de produção associada da economia solidária. Uma proposta que está a favor da vida, da emancipação das pessoas. O trabalho associado como pedagogia de novos modos de produzir e de construir solidariedade.

3.2 A pedagogia do trabalho associado: “aprendeu a notar coisas, a que não dava atenção”⁵.

O trabalho associado, como proposta da economia solidária, vai ao contrário do que o sistema capitalista induz e impõe. Ele pode produzir um processo de emancipação social, que possibilita desenvolver novos sentidos, maneiras de pensar e ver a vida e de se relacionar com o mundo. Há uma disposição para o diálogo e para as trocas de saberes, construída no dia a dia do trabalho, de modo que as experiências vão oferecendo condições de fortalecimento do trabalho coletivo e da luta política.

A economia solidária resgata o sentido da formação humana do trabalho, da relação do ser humano com a natureza. Bogo (2015), ao definir o sentido do trabalho e a formação humana, lembra Marx, que define o trabalho como todo esforço humano empregado na transformação da natureza. É, portanto, uma relação entre homem e natureza, o trabalho é a categoria fundante do ser humano; ou seja, ao mesmo tempo em que o homem transforma a natureza para suprir suas necessidades, transforma a si e se diferencia dos animais, passa a ser um ser histórico e social. É preciso pensar o projeto histórico que se quer construir, recordando de que o ser humano não nasce pronto e acabado, forma-se ao longo da vida e a formação humana não acontece de forma linear: ela é construída no processo de produção da existência da vida através do trabalho e nas relações sociais determinadas por ele. O ser humano é um ser social, que se constrói historicamente, é então a formação humana produto da ação humana (BOGO, 2015, p. 20). Em síntese, acontece a cada dia, em cada movimento, nas relações sociais. Ao se apropriar do sentido da nossa vida, toma-se consciência de missão de transformação social. E essa missão, a economia solidária, tem buscado resgatar por meio

⁵Verso retirado do poema de Vinícius de Moraes, “O operário em construção”.

do trabalho associado. Ao se levar em conta essa reflexão, é importante perguntar: Por que o trabalho pode ser visto como um lugar onde se aprende?

Para Tiriba e Fischer (2009),

O que se vivencia deixa marcas éticas, políticas culturais e existenciais, além de inúmeros saberes. Coletivamente também se vivenciam modos de ser, produzir e de se reproduzir material, social e culturalmente. Nessas vivências, vão se criando saberes e tradições de um grupo, instituição, povo ou classe social. (FISCHER; TIRIBA, 2009, p.3).

Conforme Picanço e Tiriba (2004), o trabalho é princípio educativo, quando se reconhece que é no próprio processo, na práxis, que os seres humanos criam e recriam a realidade social e é nesse mesmo processo que se educam ou se formam como seres humanos. Freire (1985) diz que é trabalhando que homens e mulheres transformam o mundo e, dessa forma, transformam-se também. Tiriba e Fischer (2009) fazem a reflexão de que se as situações de trabalho se constituem em espaço de aprendizagem de novas formas de relações sociais, a cultura do trabalho é tecida no cotidiano do processo autogestionário. E, dessa forma, é possível se desenvolver novos sentidos, maneiras de pensar e ver a vida, de se relacionar com o mundo, possibilitando ainda um compromisso com a construção de uma sociedade em que prevaleça a hegemonia do trabalho sobre o capital.

O trabalho associado ajuda a compreender a importância do processo denso de educação popular, em que as dimensões educativas e a organização política vão se desenvolvendo de forma orgânica e complementar. Os aspectos derivados da organização econômica solidária auxiliam no pensamento de um conhecimento grupal, que é acumulado de modo sistemático e é indispensável para o processo de resistência coletiva, mas, principalmente, de construção coletiva.

Tudo leva a crer que a potência presente nas práticas do trabalho associado convida a pensar na importância de compreender a economia solidária e a educação popular, como possibilitadores de uma mobilização e organização popular para o exercício do poder, que necessariamente se vai conquistando, e ainda na contribuição de levar os sujeitos a repensarem sua forma de estar no mundo. E também, que as pessoas vão se apropriando e tomando parte no processo de protagonismo nas mudanças importantes na transformação da história. A seguir, no próximo capítulo, será abordado isso na prática. As catadoras e os catadores anunciando na prática essa forma de organização e mobilização por meio do trabalho associado e o como esse é propiciador de mudanças significativas em suas vidas e na vida da sociedade.

4 O MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES

Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam.
(Paulo Freire, 2005, p.23)

Este capítulo traz o histórico de luta das catadoras e dos catadores de material reciclável. A importância da luta desses sujeitos e como esta os colocou em um lugar importante de reconhecimento e, mesmo com todos os entraves e as dificuldades, atualmente, eles são reconhecidos e protagonistas importante na regulamentação da Política Nacional de Resíduos sólidos, Lei nº 12.305/2010.

4.1 O Movimento da história

Para falar das catadoras e dos catadores de recicláveis, é importante situá-los no tempo e na história. Entre os anos de 1970 e 1980, vivia-se no Brasil uma situação social e política complexa por causa da ditadura militar, um momento intenso de repressão política. Os Movimentos de lutas, nesse período da história, intensificaram-se e buscava-se garantir os direitos sociais e o desenvolvimento integral das pessoas.

Conforme Patrus (2008),

na luta contra a ditadura, os movimentos sociais tiveram um papel muito importante na redemocratização do País e no combate contra as repressões acontecidas no período. Os movimentos populares também tiveram papel fundamental na defesa dos direitos que foram integradas à Constituição Federal de 5 de outubro de 1988. (PATRUS, 2008, p.9).

A Teologia da Libertação e os movimentos Eclesiais de Base, setores da Igreja Católica, foram atores políticos que contribuíram muito para que o país não ficasse totalmente nas mãos dos militares e, conseqüentemente, reféns do sistema político imposto nessa ocasião. Para auxiliar no combate à pobreza e a exclusão social, formaram as Pastorais Sociais: da terra, operária, da criança, do menor, da saúde, carcerária, do povo da rua, dos pescadores, dos migrantes, da mulher marginalizada e dos nômades.

A Pastoral de Rua foi constituída em 1980 e com a missão de atuar junto aos moradores em situação de rua. As Irmãs Oblatas de São Bento foram as responsáveis em Belo Horizonte (MG) pela criação dessa pastoral. Elas tinham uma metodologia socioeducativa que contribuía na mudança para o olhar deste sujeito social, os moradores de rua.

No final dos anos de 1980, início dos anos de 1990, “já era, então, evidente a existência de dois grandes grupos: os catadores de papel histórico”, que tinham no trabalho o motivo central de sua permanência na rua, o os “outros” segmentos, denominados moradores em situação de rua” (ANDRADE; FIGUEIREDO; FARIA, 2008, p.58).

A pastoral auxiliou esses catadores a se associarem e se organizarem. Em 1990, constituíram a Associação dos Catadores de papel e papelão e material reaproveitável de Belo Horizonte (ASMARE), uma das primeiras associações de catadores do Brasil. O trabalho na ASMARE foi um sucesso e se tornou referência para outras associações do Estado. Em 2001, visando qualificar a assistência técnica junto aos catadores de papel e moradores de rua, a pastoral juntamente com técnicos comprometidos criou o Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA).

O INSEA é uma organização não governamental de âmbito nacional, sem fins lucrativos, voltada para a assessoria técnica e parceria junto a grupos comunitários, empresas, ONGs e à Administração Pública, na criação e no desenvolvimento de modelos de gestão ambiental e tem como pressuposto básico a inclusão social.

O nome foi uma homenagem a Griselda Marina Castelvechi, a “Nenuca”, ela era Uruguaí, sua profissão economista e deixou sua terra natal e vida profissional para vir trabalhar na periferia de São Paulo, junto aos moradores de rua e catadores de papel, criou formas alternativas de organização e defesa dos seus direitos.

Atualmente o INSEA apóia 84 associações em Minas Gerais, divididas em redes: CATAUNIDOS, CATAVALES, CATANORTE, Zona da Mata, REDESUL e REDESOL. Tem atuação também nos estados do Espírito Santo e Amazonas.

Em 1999, aconteceu, em Belo Horizonte, o 1º Encontro Nacional dos Catadores de papel. Nesse encontro, já se começou a germinar a necessidade de garantir os direitos dos catadores de uma forma de organização política, “as novas épocas não começam de repente”. No ano de 2001, aconteceu em Brasília o 1º Congresso Nacional e, nesse, fundaram o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Institui-se, então, um movimento político e social, que tem como objetivo, organizar os catadores e valorizar essa categoria, garantindo o protagonismo desses sujeitos.

Nesse congresso, foi lançada a Carta de Brasília, cujo documento expressava as necessidades e as lutas dos catadores. Entre os vários pontos da carta, destaca-se a solicitação de um projeto de lei que regulamentasse a profissão Catador de Material Reciclável. Esses homens e mulheres “estão construindo sua história e demarcando sua área de atuação,

conquistando também seu reconhecimento profissional, oficializada na CBO, no ano de 2002.” (MEDEIROS; MACEDO, 2005, p.65).

Para Laser (2011), ao se reconhecer o catador como categoria profissional, foi possível se ter a visibilidade dessas pessoas que vivem do lixo e quando não, no lixo. “Os catadores chegam aos dias atuais caracterizados como profissionais — “catador de material reciclável” — e protagonistas de um crescente e importante movimento político.” (PINHEL, 2013, p. 26).

No ano de 2003, aconteceu 1º Congresso Latino-americano de Catadores em Caxias do Sul – Rio Grande do Sul, que reuniu catadoras e catadores de diversos países. Foi divulgada, então, a Carta de Caxias, que difunde a situação dos catadores da América Latina unificando a luta entre os países. Nesse momento, o MNCR começou a mostrar sua força nacionalmente com as articulações regionais, passou a ter uma representatividade e um protagonismo internacional, a Rede Latino Americana.

Com a instituição do MNCR, os catadores se fortaleceram e aprofundaram coletivamente outros conhecimentos, saberes e habilidades na luta política para conquistar seus direitos.

Freire (2000) afirmava que gostava de ser gente porque, mesmo sabendo das condições ideológicas em que nos encontramos, há barreiras de difícil superação, na difícil tarefa de mudar o mundo, mas esses obstáculos não se eternizam e essa afirmação é perceptível na vida das catadoras e dos catadores. “Por sua história e capacidade de articulação, eles se fizeram presentes no debate sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos [PNRS]⁶, que os aponta como parceiros preferenciais na gestão desses resíduos.” (PINHEL, 2013, p.27 – nota nossa).

Outra conquista, depois de muitas mobilizações nacionais realizadas pelos Catadores, foi à criação do Conselho Interministerial de Inclusão Social dos Catadores (CIISC), em 2010, que visa à articulação e à coordenação das ações realizadas pelo governo federal para o apoio e fomento às Cooperativas e Associações de Catadores. Vale ressaltar que “esse processo de organização social e política dos catadores é fruto especialmente de um profundo trabalho de base, de formação dos catadores, visando a sua organização e constituição enquanto sujeitos sociais e políticos.” (MOURA; FARIA, 2011, p.25).

As lutas e bandeiras levantadas pelos catadores defendem o que Freire dizia, que as pessoas devem ser plenamente autônomas, sujeitos e não objetos da história. Essas ações de

⁶A PNRS será discutida no próximo subcapítulo desta dissertação.

luta por direitos demonstram o potencial de luta dos catadores. Ainda há muita por se fazer, pois o lixo tem se tornado um bem econômico de valor. O que antes não tinha valor passou a ser matéria de grande barganha. Há um cenário de muita disputa. Não se pode recuar diante do capital.

Questionam-se a eficiência dos empreendimentos de catadores. E ofertas mágicas, outras tecnologias, como a incineração são ofertadas aos gestores públicos como formas de gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos para atendimento à PNRS. E essas ofertas muitas vezes são concorrentes com os princípios e as diretrizes estabelecidas para a gestão dos resíduos, onde a redução, a reutilização e a reciclagem necessariamente devem preceder o tratamento e a destinação final ambientalmente adequada dos rejeitos. A tecnologia defendida pelos catadores é a que vai ao encontro com a lei, é a tecnologia da reciclagem popular. Através dessa, garante-se que o meio ambiente e seus recursos naturais sejam preservados e gera a inclusão social, garantindo trabalho e renda para mulheres e homens que vivem da catação e, através da qual, ainda é possível viver os princípios da Economia Solidária.

Os Catadores de materiais recicláveis, nesse contexto, têm muito a contribuir, pois no cotidiano de suas vidas, realizam trabalhos os quais permitem *catar os restos* descartados pela sociedade, e o que é considerado lixo torna-se matéria prima para esses trabalhadores. Além de fazer dessa atividade um meio de sustento para si e para seus familiares, podem contribuir com o meio ambiente, evitando que os resíduos sejam encaminhados para aterros, lixões, assim estarão também contribuindo para uma menor degradação do Planeta Terra. Ao realizarem esse trabalho, esses atores poderão ainda trazer elementos para que se cumpra a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

As experiências de empreendimentos de catadores de materiais recicláveis têm se mostrado em um processo denso de educação popular, no qual as dimensões educativas e organização política se desenvolvem de forma orgânica e complementar. Desse modo, essas dimensões se entrelaçam com o do Mundo do Trabalho, que vai ganhando contornos técnicos que leva ao entendimento da educação popular como estímulo à coletividade e qualificação das classes populares; qualificação científica e técnica (FREIRE, 1989).

Os aspectos derivados da organização popular de catadores ajuda a pensar em um processo de conhecimento coletivo, que é acumulado de modo sistemático, indispensável para o processo de resistência coletiva, mas, principalmente, de construção coletiva, na qual o conhecimento acontece com reflexão por meio dos que lutam, de modo que esses possam ensinar uns aos outros.

Ora, a potência presente nas práticas dos catadores, convida a todos a pensar na “estreita relação entre escola e vida política”, contudo, é importante, também, compreender a educação popular “como mobilização, e como organização popular para exercício do poder que necessariamente se vai conquistando, depois que entendo essa organização também do saber.” (FREIRE, 1989).

Essas mulheres e esses homens do “lixo” trazem consigo um potencial de luta e mudança social, ainda desconhecido por muitos e também por eles próprios. Dessa forma, pode-se dizer que o ato de catar o “lixo” é transformador no viés social, político e ambiental. E a história é testemunha de quanto a vida desses homens e mulheres é dura e cheia de conquistas e quão resistentes são. Pode se dizer que não há cansaço e sim coragem para todo dia começar novamente.

4.2 A resistência histórica

Há muitos anos, os catadores de materiais recicláveis, mulheres e homens, lutam pela sua sobrevivência nas ruas das cidades, catando o que para alguns é lixo e para eles, matéria prima de trabalho. “A presença de pessoas que vivem do comércio de materiais refugados data do início do processo de industrialização. No Começo do século XX, com o incremento da indústria gráfica, o papel já era reciclado”, conforme Pinhel (2013, p.17). Para o autor, a urbanização intensa e o estilo de vida alteraram de modo significativo a quantidade de resíduos gerados e mudou o tipo de lixo em quantidade, qualidade, volume e composição e, nesse novo contexto, aumentou significativamente a ação dos catadores nas ruas.

Estima-se que há atualmente um total de 800.000 pessoas, de acordo com dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA (2013, p.44), trabalham com a catação no Brasil. Basicamente essas mulheres e esses homens do “lixo” em seus processos de trabalho organizam-se da seguinte forma: catam, separam, transportam, acondicionam, prensam e, às vezes, beneficiam os resíduos com valor de mercado para reutilização ou reciclagem. E em alguns municípios, há algum convênio para participação, em parte ou todo, do serviço de limpeza urbana com a coleta seletiva.

Num contexto de exploração, de precarização do trabalho, de invisibilidade nas ruas das grandes e pequenas cidades, encontram-se essas (es) trabalhadoras (es). Ainda há muitos escondidos nos lixões. De um modo geral, estão organizados em associações e cooperativas que vivem e sobrevivem da coleta seletiva, quase sempre precarizada, pois os gestores municipais alegam que os custos no investimento da coleta são altos.

Nesse contexto, há ainda a sociedade civil, que, em geral, sabe muito pouco a respeito do lixo que produz e menos ainda sobre o trabalhador catador, que, em grande parte, está escondido atrás do lixo, quando não é visto como lixo, pois quase “sempre se enxergou o catador atrás do lixo”.

Quem nunca se deparou com uma mulher ou um homem arrastando um carrinho cheio de “lixo” pelas ruas? Quem não se questionou ao ver um ser humano puxando um carrinho com tanto “lixo” ou revirando as lixeiras nas calçadas? Quem ainda não se perguntou quem é esta pessoa, se tem família, moradia e qual o sentido de ficar puxando um carrinho nos morros e vias das cidades? Esses trabalhadores são os que estão visíveis, pois ainda existem os que estão invisivelmente em lixões garimpendo o lixo das cidades, como um modo também de produção de vida, de trabalho diário, pois quem tem fome tem pressa.

Os catadores com o seu trabalho estão contribuindo com a limpeza urbana da cidade e gerando renda para sustentar seus familiares. Ao recolher o que é jogado fora, esses sujeitos evitam que sejam aterrados recursos naturais e os fazem retornar ao processo produtivo, como matéria prima secundária para as industriais e, dessa forma, contribuem com o cuidado do meio ambiente e do futuro das gerações.

Por via da organização e mobilização resignificaram a sua autoestima e identidade, passando de miseráveis comedores de lixo a uma ocupação profissional, a de catador de material reciclável... São, pois, recicladores que reciclaram a sua própria vida... a sociedade de consumo... despreza o saber ecológico daqueles que transformam os restos do consumo em consumo sustentável de restos. (SANTOS, 2007, p.2).

Pode-se dizer que essas mulheres e esses homens são portadores de uma bagagem de conhecimento, adquirida no processo de conquista de sobrevivência da vida, pois organizados, se fortalecem e aprofundam coletivamente outros conhecimentos, saberes e habilidades na luta para conquistar seus direitos. E, nesse movimento de transformações, de reciclar vidas, vão despertando para o seu importante papel na sociedade e “assume[m] a luta contra normas arbitrárias, hierárquicas, opressões, discriminações, injustiças e desigualdades sociais com vistas à conquista de uma “democracia sem fim.” (ADAMS, 2007, p. 17).

Vale dizer ainda, que, entre tantas lutas dos catadores, está a participação na aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305/2010, aprovada no Congresso Nacional. Essa contém instrumentos importantes para a gestão dos resíduos sólidos urbanos. Prevendo obrigações compartilhadas para o Poder Público, a Sociedade Civil e as Empresas. E, nesse sentido, “a PNRS possui o potencial de reconfigurar as práticas de gestão,

à medida que introduz uma série de conceitos e obrigações a partir de uma visão abrangente da questão dos resíduos.” (OLIVEIRA; WIRTH, 2014, p.225).

É importante destacar que a Lei institui a responsabilidade compartilhada. Isso quer dizer que os geradores de resíduos: fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, o cidadão e titulares de serviços de manejo dos resíduos sólidos urbanos têm de se responsabilizar pelas embalagens pós-consumo. Esse tema na Lei denomina-se logística de reversa.

Na perspectiva de atacar a problemática dos resíduos já em sua geração, a política determina a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a logística reversa e o princípio do poluidor-pagador, que obriga o fabricante ou importador a responder por todo o ciclo de produção, incluindo o resíduo gerado pelo descarte da embalagem ou do próprio produto. (OLIVEIRA; WIRTH, 2014, p.226).

Nesse sentido, de acordo com a Lei, os grandes geradores de resíduos terão de recuperar, através de investimentos, o que atualmente chega até a sociedade para consumo. Esses investimentos teriam de ser preferencialmente com as organizações de catadores. No ano de 2014, foi apresentada pelo Compromisso Empresarial pela Reciclagem, com o apoio do MNCR e de 22 associações setoriais, uma proposição de Acordo Setorial de embalagens ao Comitê Orientador para a Implantação de Sistemas de Logística Reversa (Cori) — instituído pelo Decreto nº 7.404/2010. Esse acordo, se fosse concretizado, impulsionaria a organização das cooperativas e abriria um conjunto de oportunidades de investimentos que vão muito além do material que poderia ser recolhido e reciclado (DE SANT’ANA; LAMETELLO, 2014, p.38-39).

Dessa forma, conclui-se que ainda há muitos desafios, pois, mesmo com tantas conquistas e muito debate político, o atual cenário político não oferece aos pobres do Brasil boas perspectivas e a vida dos catadores se vê ameaçada novamente. Vários municípios têm ameaçado parar de investir nos programas de coleta seletiva, empresas incineradoras têm oferecido aos gestores públicos grandes milagres na gestão dos resíduos, as políticas de investimentos em ações sociais têm sofrido cada vez com mais cortes. Portanto, esse cenário demonstra que o capitalismo sempre cria e recria formas de se alimentar, retirando do povo o que eles têm de mais sagrado, o direito de viver com dignidade.

No próximo capítulo, será relatado o Projeto Novo Ciclo, uma forma de enfrentamento aos desafios criados pelo sistema capitalista, um jeito de poder driblar as injustiças do dia a dia e, por meio desse projeto, planejar as formas de gestão e de relação com

o poder público, sociedade civil e as outras organizações de catadores existentes no país, por meio da Rede Sul e Sudoeste MG.

5 NOVO CICLO E OS CATADORES DO SUL E SUDOESTE DE MINAS GERAIS

E Miguilim olhou para todos, com tanta força. Saiu lá fora. Olhou os matos escuros de cima do morro, aqui a casa, a cerca de feijão-bravo e são-caetano; o céu, o curral, o quintal; os olhos redondos e os vidros altos da manhã. Olhou, mais longe, o gado pastando perto do brejo, florido de são-josés, como um algodão. O verde dos buritis, na primeira vereda. O Mutum era bonito! Agora ele sabia. (João Guimarães Rosa, *Manuelzão e Miguilim*, 2001, p.149-152).

No ano de 2010, o INSEA e o MNCR, em parceria com a Fundação Banco do Brasil (FBB), por meio do Programa Cataforte⁷, realizaram um processo formativo dos catadores de Minas Gerais. Na região do Sul de Minas Gerais, capacitaram 130 lideranças de catadores, que representaram 27 associações e cooperativas de 23 municípios. Integrado ao processo formativo, realizaram um diagnóstico situacional dos empreendimentos, oficinas temáticas e visitas técnicas, o que resultou na elaboração do Plano Regional de Atuação em Redes. Os dados apontaram para um forte potencial de crescimento a partir de ações voltadas para a implantação de programas locais de coleta seletiva, melhoria da logística e da infraestrutura existente, possibilitou a geração de novos postos de trabalho, melhoria da renda e das condições de vida dos catadores.

Com base nesses estudos, o INSEA juntamente com o MNCR iniciou o diálogo com a Danone Brasil, para o apoio aos catadores da região, uma vez que a empresa tem duas plantas na região, nas cidades de Jacutinga e Poços de Caldas (MG). Essa parceria teve como referência o compromisso ambiental e social da empresa e a responsabilidade compartilhada na gestão dos resíduos sólidos urbanos. A iniciativa atende também ao novo Marco Legal da Política Nacional de Resíduos Sólidos — Lei nº12. 305/2010. Uma importante iniciativa para os municípios atender à nova legislação ambiental e uma importante contribuição ao desenvolvimento humano e social dos catadores de materiais recicláveis.

Para Amorim (2013),

[...] com o avanço da luta da organização dos catadores, vieram novas políticas públicas e demandas de capacitação em virtude da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. É preciso acelerar o ritmo de organização das cooperativas e associações e dar respostas inteligentes às demandas burocráticas e implicações políticas e sociais resultantes da nova

⁷ O Programa Cataforte foi uma iniciativa do Governo Federal para o fortalecimento de empreendimentos solidários de catadores. O Cataforte é uma parceria entre a Secretaria-Geral, Fundação Banco do Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Meio Ambiente, Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Petrobras e Banco do Brasil (BRASIL, 2016).

legislação, assim como seu impacto sobre o poder público. (AMORIM, 2013, p.7).

Diante disso, pode-se dizer que o Novo Ciclo é uma resposta inteligente às demandas burocráticas da Política e um passo capaz de contribuir na integração das ações entre o poder público, a sociedade e as organizações de catadores. O projeto objetivou possibilitar o processo organizativo dos catadores, tem como ações: 1) implantação e fortalecimentos dos programas de coleta seletiva solidária; 2) capacitação técnica dos catadores; 3) educação ambiental; 3) mobilização social; e 4) a constituição de uma Rede de associações e cooperativas da região.

Em abril de 2012, aconteceu o seminário de apresentação do Projeto Novo Ciclo na cidade de Poços de Caldas/MG com o objetivo de celebrar o início da parceria. O Seminário contou com a presença de catadores, técnicos das prefeituras, prefeitos da região e parceiros. Nesse evento, também os prefeitos dos municípios contemplados pelo projeto e pelo representante legal do INSEA assinaram um termo de cooperação técnica entre as partes que definia as responsabilidades de cada parceiro na implantação da coleta seletiva com inclusão dos catadores. A seguir as fotografias 1 e 2 registram o “Seminário de Lançamento do Projeto Novo Ciclo em Poços de Caldas/MG”.

Foto 1: Representantes da Danone Brasil, Prefeitura de Poços de Caldas, Governo Federal, INSEA e MNCR no Seminário de Lançamento do Projeto Novo Ciclo em Poços de Caldas/MG



Fonte: acervo da pesquisadora

Foto 2: Participantes do Seminário de Lançamento do Projeto Novo Ciclo em Poços de Caldas/MG



Fonte: acervo da pesquisadora

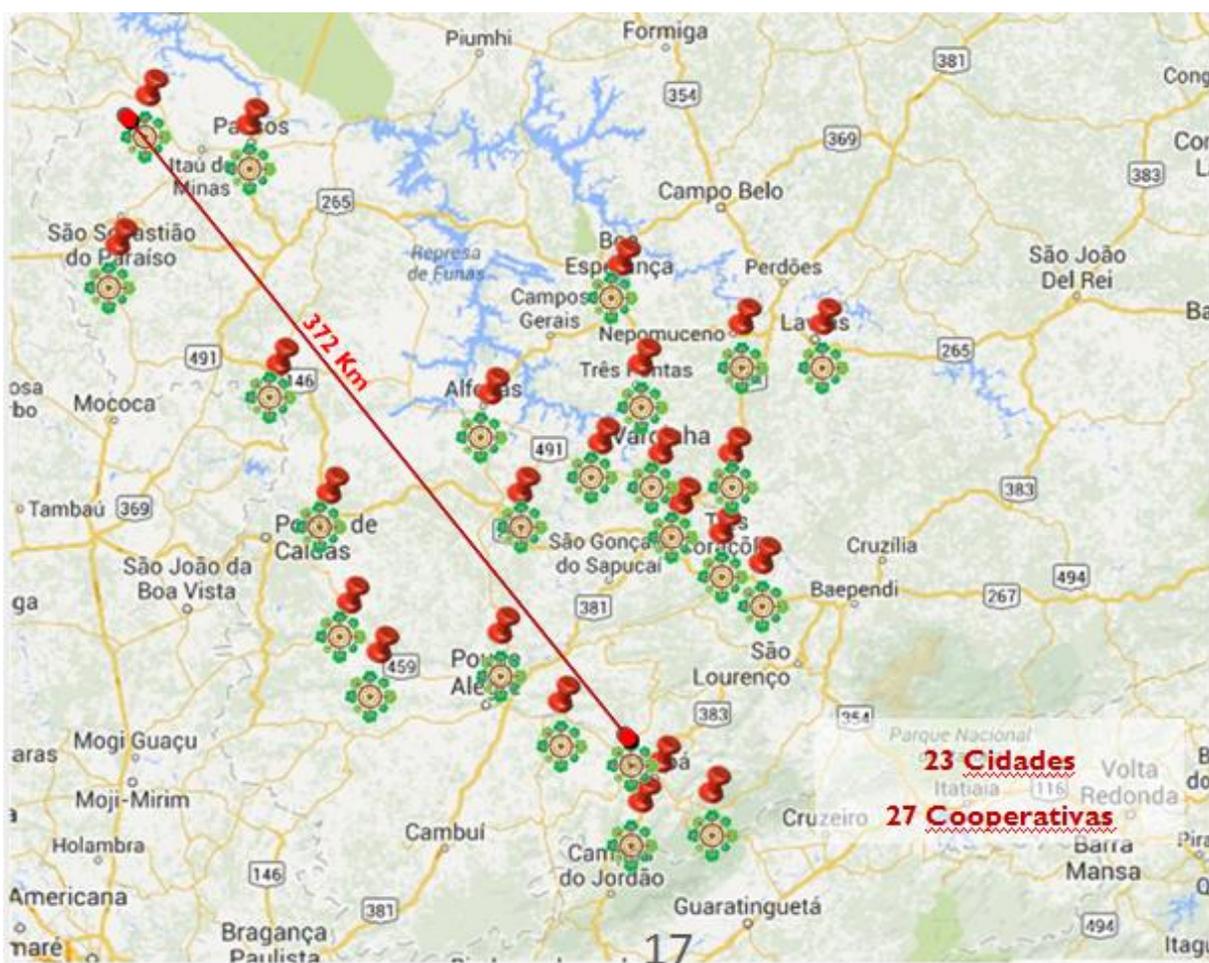
O prazo previsto para execução do projeto foi de quatro anos, teve seu início no ano de 2012 e seu término em julho de 2016. O Novo Ciclo teve toda uma dinâmica metodológica que aconteceu nos quatro anos de sua execução. Para execução das ações, planejaram fases de execução e, para cada fase, estabeleceram metas, que consistiram em expansão e revitalização da coleta seletiva, aumento da produtividade, aumento da renda e inserção de novos postos de trabalho para outros catadores e constituição de uma Rede de comercialização, conforme demanda dos catadores que também já havia sido apontada no diagnóstico realizado na execução do Programa Cataforte. A rede para os catadores representa uma estratégia no fortalecimento das ACs. Conforme diz Oliveira (2013),

uma das soluções apresentadas para buscar amenizar e até solucionar os impactos da questão social da reciclagem tem sido organizar os catadores em coletivos de produção. Isso como uma forma de conseguir disputar o mercado de produtos e serviços de destinação de recicláveis, e, como consequência dessa ação, poder superar as condições precárias que recobrem o trabalho e a vida dos catadores. (OLIVEIRA, 2013, p.45).

Participaram do Projeto 23 cidades do sul e sudoeste de Minas, com um total de 27 associações e cooperativas. Como forma de organização para atender todas as ACs, os

municípios foram divididos em 03 polos (Três Corações, Pouso Alegre e Poços de Caldas). Ficou definida a seguinte composição: 1) Polo Três Corações: Três Corações, Campanha, Eloi Mendes, Cambuquira, Lavras, Caxambu, Boa Esperança, Varginha; 2) Polo Pouso Alegre: Pouso Alegre, Cachoeira de Minas, Piranguçu, Machado, Piranguinho, Itajubá, Alfenas; e 3) Polo Poços de Caldas: Poços de Caldas, Guaxupé, São Sebastião do Paraíso, Jacutinga, Monte Sião, Passos, Cássia, como registra o mapa 1 abaixo.

Mapa 1: Regiões de localização das ACs do Sul e Sudoeste de Minas



Fonte: DANONEBRASIL (2016).

Nota: Mapa apresentado pelo técnico da Empresa Danone Brasil no Seminário Rotas Tecnológicas, realizado pelo Observatório da Reciclagem Inclusiva (ORIS) em 2016 em Belo Horizonte/MG.

Dividiram o projeto em 03 eixos de ação: 1) Gestão de Projeto; 2) Catadores; e 3) Poder Público. Para cada eixo, definiram metas por quadrimestre, conforme demonstrado no quadro 1 a seguir, que traz a Síntese do Plano de Rede Sul e os Milestones, que são os marcos do projeto dentro do espaço de tempo mencionado.

Quadro 1: Síntese do Plano de Rede Sul –Milestones do Programa Cataforte

Síntese do Plano de Rede Sul – Milestones do Programa Cataforte			
	Gestão do Projeto	Catadores	Poder Público
1 Quadrimestre	Oficina de planejamento/alinhamento projeto com toda equipe	Celebração convenio com os prefeitos das 22 cidades + Danone + Insea	Formalização dos Fóruns Gestores Municipais - Bloco 1 (11 municípios que já possuem coleta seletiva)
	Treinamento da equipe do Projeto na Metodologia INSEA de organização de Catadores	Lançamento do sistema de trabalho em polos, evento de lançamento 1 em cada Polo, participação das Cooperativas de Catadores dos 22 municípios,	Criação da equipe executiva (Bloco 1) - grupo de gestores responsáveis pelas ações do programa no município (equipe cedida pela prefeitura para executar as ações propostas para o programa)
	Início da assistência técnica: Revalidação parcial do Diagnostico das Cooperativas	oficialização da agenda de trabalho dos polos e conceito de redes	
2 Quadrimestre	Continuidade da revalidação parcial do diagnóstico dos empreendimentos	2 encontros entre os polos e oficialização da agenda de trabalho da futura rede do sul de minas - Bloco de capacitações: Associativismo e cooperativismo, coleta seletiva (mobilização, aspectos gerais) , Liderança	Formalização dos Fóruns Gestores Municipais do Bloco 2 (11 municípios que não possuem coleta seletiva) e Criação da equipe executiva (Bloco 2) - grupo de gestores responsáveis pelas ações do programa no município (equipe cedida pela prefeitura para executar as ações propostas para o programa)
	Sistematização dos dados		Capacitação dos 11 Fóruns Gestores Municipais do Bloco 1 - Bloco de capacitações: Capacitação da equipe executiva: coleta seletiva, alinhamento de conceitos
3 Quadrimestre	Diagnóstico social dos catadores	2 encontros entre os polos (um com representantes dos polos e um com catadores): avaliação dos avanços e discussão do Cronograma de trabalho do segundo ano.	Capacitação dos 11 Fóruns Gestores Municipais do Bloco 2 - Bloco de capacitações: coleta seletiva, alinhamento de conceitos
	Levantamento de temas a serem trabalhados nos próximos treinamentos em grupo (e do nº de catadores que já participaram do treinamento do Cataforte)		Acompanhamento de reuniões realizadas pelo Forum Gestor (Relatório com o número de reuniões realizadas em cada município): Ao menos 2 reuniões realizadas por cada Fórum Gestor (blocos 1 e 2)
			:cronograma para implantação (bloco 2) ou revitalização (bloco 1) dos programas de coleta seletiva municipais.
			Bloco de capacitações: temas relacionados a coleta seletiva: abordagem de catadores, metodologia para diagnósticos , social e operacional.

Continuação

Síntese do Plano de Rede Sul–Milestones do Programa Cataforte			
4 Quadrimestre	Diagnóstico sobre geração de resíduos e Diagnóstico de avaliação dos programas de coleta seletiva nos municípios que os possuem (planejamento da execução das ações para melhorias)	6 encontros nos polos (dois em cada pólo) e um encontro entre os pólos (com representantes):elaboração e discussão do estatuto da rede	Acompanhamento de reuniões realizadas pelos Foruns Gestores (Relatório com o número de reuniões realizadas em cada município). Ao menos 2 reuniões realizadas por cada Fórum Gestor - Planos de mobilização e de coleta seletiva dos municípios do Bloco 1 elaborados e continuidade da elaboração do cronograma de implantação da coleta seletiva nos municípios do Bloco 2
		Ao menos duas visitas em cada cidade da Assistência técnica local (Relatório com o número de encontros realizados em cada município) - discussão do estatuto da rede nos empreendimentos: encaminhamentos para alterações para fechamento nos encontros dos polos	
5 Quadrimestre	Assistência técnica local e equipe técnica (Relatório com o número de encontros realizados em cada município) - Alinhamento de conceitos para elaboração de indicadores de desempenho para encaminhamento e renovação/continuidade da segunda etapa do projeto	3 encontros nos polos (um em cada pólo) e 2 encontros entre os polos (um com representantes dos polos e um com catadores): Aprovação do estatuto da rede e encaminhamento para formalização da rede sul.	relançamento dos Programas de Coleta Seletiva do Bloco 1 (11 municípios)
			Previsão (data estipulada para a próxima etapa do projeto) do lançamento da coleta seletiva nos 11 municípios do Bloco 2

Fonte: INSEA (2011).

Conforme é possível observar no quadro 1 acima, organizaram o projeto de acordo com seu objetivo. Contrataram técnicos sociais e catadores mobilizadores, que semanalmente estiveram nas ACs acompanhando e assessorando a execução das atividades propostas. Constituíram fóruns Lixo e Cidadania nos municípios, com o intuito de debater o tema da gestão dos resíduos sólidos urbanos na cidade. Elaboraram estratégias junto aos fóruns, para retiradas de catadores que ainda estavam em lixões e para todas as atividades relacionadas à implantação e ou revitalização de programas de coleta seletiva. Realizaram ações de mobilização social, para a implantação ou revitalização de programas de coleta seletiva, com a participação direta dos catadores, foram de porta a porta, levaram panfletos, apresentaram-se em programas de rádio e buscaram motivar as pessoas a fazerem parte desse projeto. Desenvolveram atividades de capacitações nas bases de cada empreendimento e constituíram fóruns municipais para discussão da gestão de resíduos nos municípios.

Elaboraram um diagnóstico de geração de resíduos, que tinha como objetivo contribuir nos programas de expansão ou implantação de coleta seletiva, e também o diagnóstico das ACs, para fazer o levantamento dos KPI's (eficiência do catador, renda,

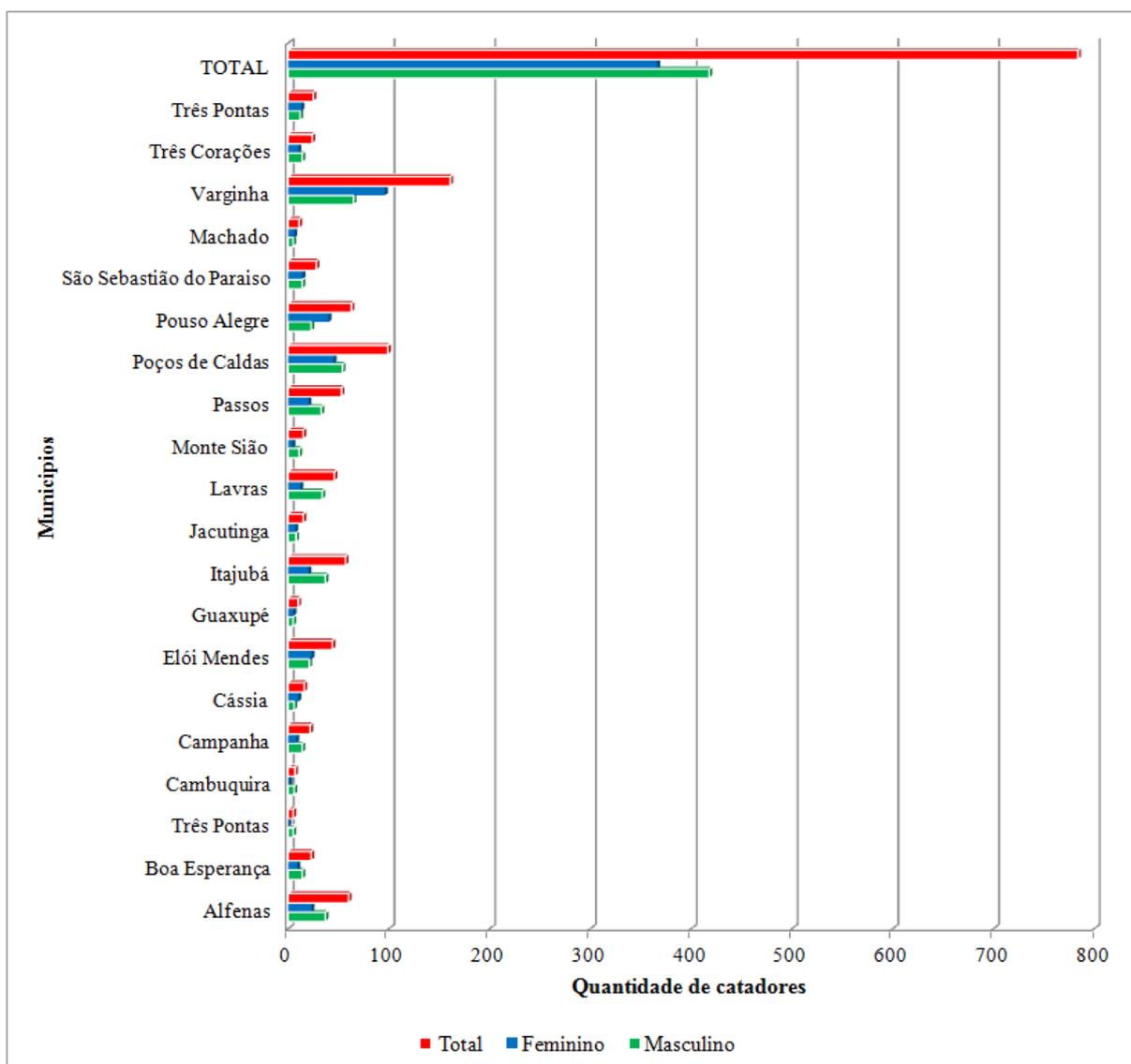
número de catadores, produção de material e faturamento). Realizaram, também, os diagnósticos que permitiram saber o perfil dos catadores quanto ao sexo, à escolaridade e à idade. Abaixo segue o quadro 2 e o gráfico 1 com a apresentação do quantitativo de catadores quanto ao sexo.

Quadro2: Quantitativo de catadores quanto ao sexo

Perfil dos catadores quanto ao sexo			
Município	Masculino	Feminino	Total
Alfenas	37	23	60
Boa Esperança	14	9	23
Três Pontas	5	0	5
Cambuquira	6	1	7
Campanha	14	8	22
Cássia	6	10	16
Elói Mendes	21	23	44
Guaxupé	5	5	10
Itajubá	37	20	57
Jacutinga	8	7	15
Lavras	34	12	46
Monte Sião	11	4	15
Passos	33	20	53
Poços de Caldas	54	45	99
Pouso Alegre	23	40	63
São Sebastião do Paraíso	14	14	28
Machado	5	6	11
Varginha	65	96	161
Três Corações	14	10	24
Três Pontas	12	13	25
TOTAL	418	366	784

Fonte: INSEA (2012).

Gráfico:2 Representação dos catadores quanto ao sexo



Fonte: INSEA (2012).

Conforme se observa no quadro 2 e no gráfico 2, o número maior de catadores no Projeto Novo Ciclo são homens, uma diferença de 52 catadores a mais. Como essa pesquisa foi de observação participante, a pesquisadora constatou que, apesar dos homens serem maioria, as mulheres estão mais à frente da gestão. Em muitas ACs, são elas que estão na prensa e também vão para a rua fazer a coleta. O IPEA declarou em referência aos dados do Censo de 2012 do IBGE, uma pesquisa em que consta que o maior número de catadores são homens, conforme matéria publicada no site do MNCR no dia 21/03/2014. Porém essa pesquisa foi contestada por uma catadora durante apresentação no encontro com a Presidenta Dilma Rousseff, em São Paulo, no final de 2013, com a seguinte fala da catadora Marilza Aparecida: “somos 70% da categoria, somos mulheres negras e chefes de família.” Segundo a matéria, a pesquisa concluiu que 400 mil trabalhadores se declaram como Catadores de

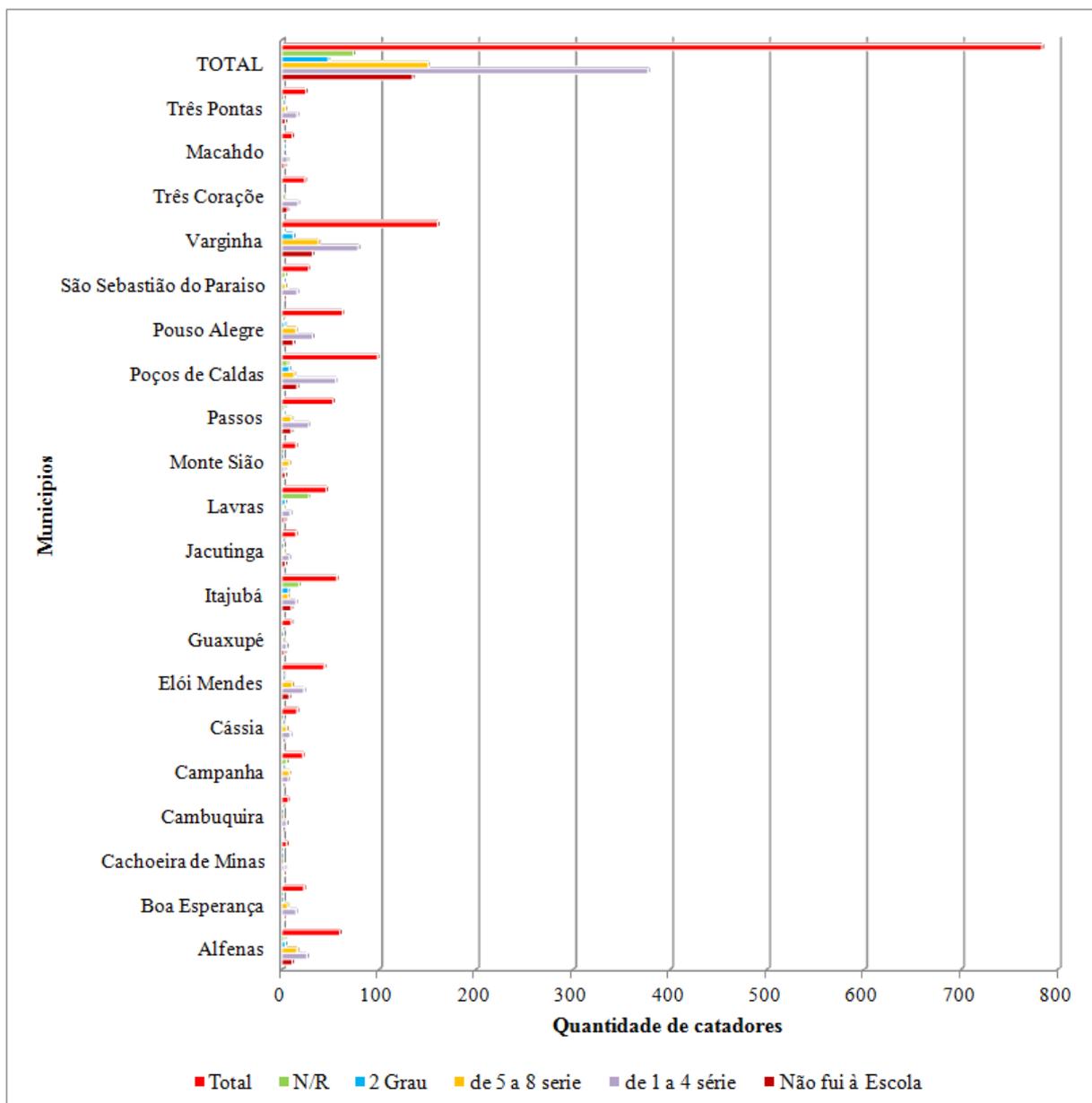
Resíduos, as mulheres representariam 31,1% desse total. Abaixo o quadro 3 traz o perfil dos catadores quanto ao grau de escolaridade.

Quadro 3: Quantitativo de catadores quanto ao grau de escolaridade

Perfil dos catadores quanto ao grau de escolaridade						
Municípios	Nunca foi à Escola	De 1^a à 4^a série	De 5^a à 8^a série	2^o Grau	N/R	Total
Alfenas	11	26	16	4	3	60
Boa Esperança	2	15	6	0	0	23
Cachoeira de Minas	2	3	0	0	0	5
Cambuquira	1	5	0	0	1	7
Campanha	1	7	8	1	5	22
Cássia	1	9	5	1	0	16
Elói Mendes	8	23	11	1	1	44
Guaxupé	3	5	1	0	1	10
Itajubá	10	15	7	7	18	57
Jacutinga	4	8	2	0	1	15
Lavras	3	9	2	4	28	46
Monte Sião	4	3	8	0	0	15
Passos	10	28	10	2	3	53
Poços de Caldas	16	56	13	8	6	99
Pouso Alegre	12	32	15	3	1	63
São Sebastião do Paraíso	2	16	4	2	4	28
Varginha	32	79	38	12	2	161
Três Corações	6	17	1			24
Machado	3	6		2		11
Três Pontas	4	16	4	1	0	25
TOTAL	135	378	151	48	74	784

Fonte: INSEA (2012).

Gráfico 3: Quantitativo de catadores quanto à escolaridade



Fonte: INSEA (2012).

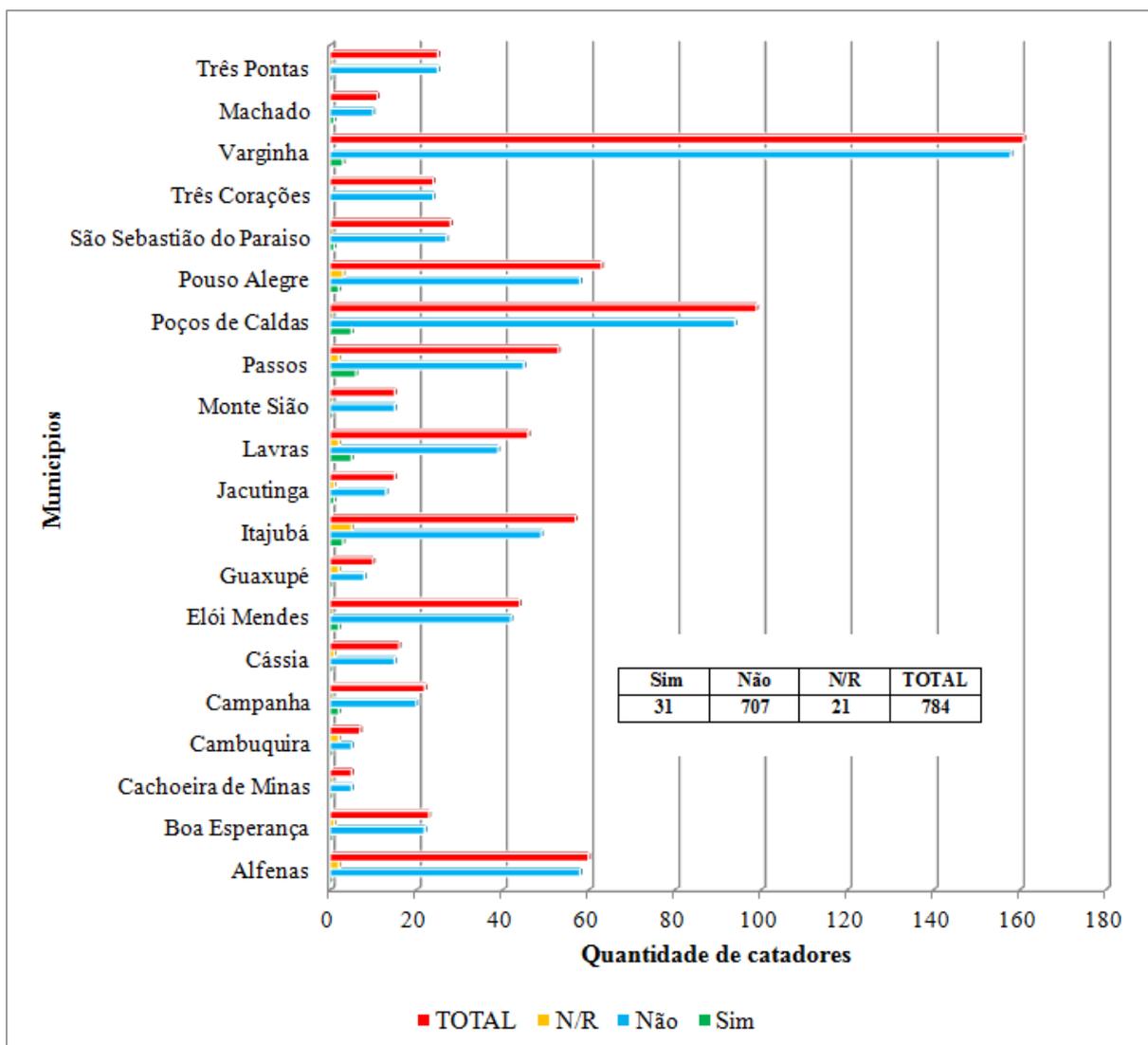
Em relação à escolaridade, constata-se que praticamente metades dos catadores não terminaram o ensino fundamental. Isso comprova que a Educação no Brasil sempre esteve a serviço da classe dominante e que as políticas educacionais, de um modo geral, foram e continuam sendo excludentes. Os pobres precisam optar pelo estudo ou pelo trabalho, e como estudo não compra alimento e a necessidade de combater a miséria é imediata, o estudo é segunda opção ou, na maioria das vezes, não é prioridade. Gadotti (2008, p.11), citado por Braga (2014, p.16), afirma que “é preciso reconhecer que as nossas altas taxas de analfabetismo são decorrentes da nossa pobreza.” A seguir o quadro 4 e o gráfico 4 trazem o perfil dos catadores em relação ao fato de estarem estudando.

Quadro 4: Quantitativo de catadores que estudam

Perfil dos catadores que estudam				
Municípios	Sim	Não	N/R	TOTAL
Alfenas	0	58	2	60
Boa Esperança	0	22	1	23
Cachoeira de Minas	0	5	0	5
Cambuquira	0	5	2	7
Campanha	2	20	0	22
Cássia	0	15	1	16
Elói Mendes	2	42	0	44
Guaxupé	0	8	2	10
Itajubá	3	49	5	57
Jacutinga	1	13	1	15
Lavras	5	39	2	46
Monte Sião	0	15	0	15
Passos	6	45	2	53
Poços de Caldas	5	94	0	99
Pouso Alegre	2	58	3	63
São Sebastião do Paraíso	1	27	0	28
Três Corações		24		24
Varginha	3	158		161
Machado	1	10		11
Três Pontas	0	25	0	25
TOTAL	31	707	21	784

Fonte: INSEA (2012).

Gráfico 4: Quantitativo de catadores que estudam



Fonte: INSEA (2012).

Quadro5: Quantitativo de catadores que têm vontade de voltar a estudar

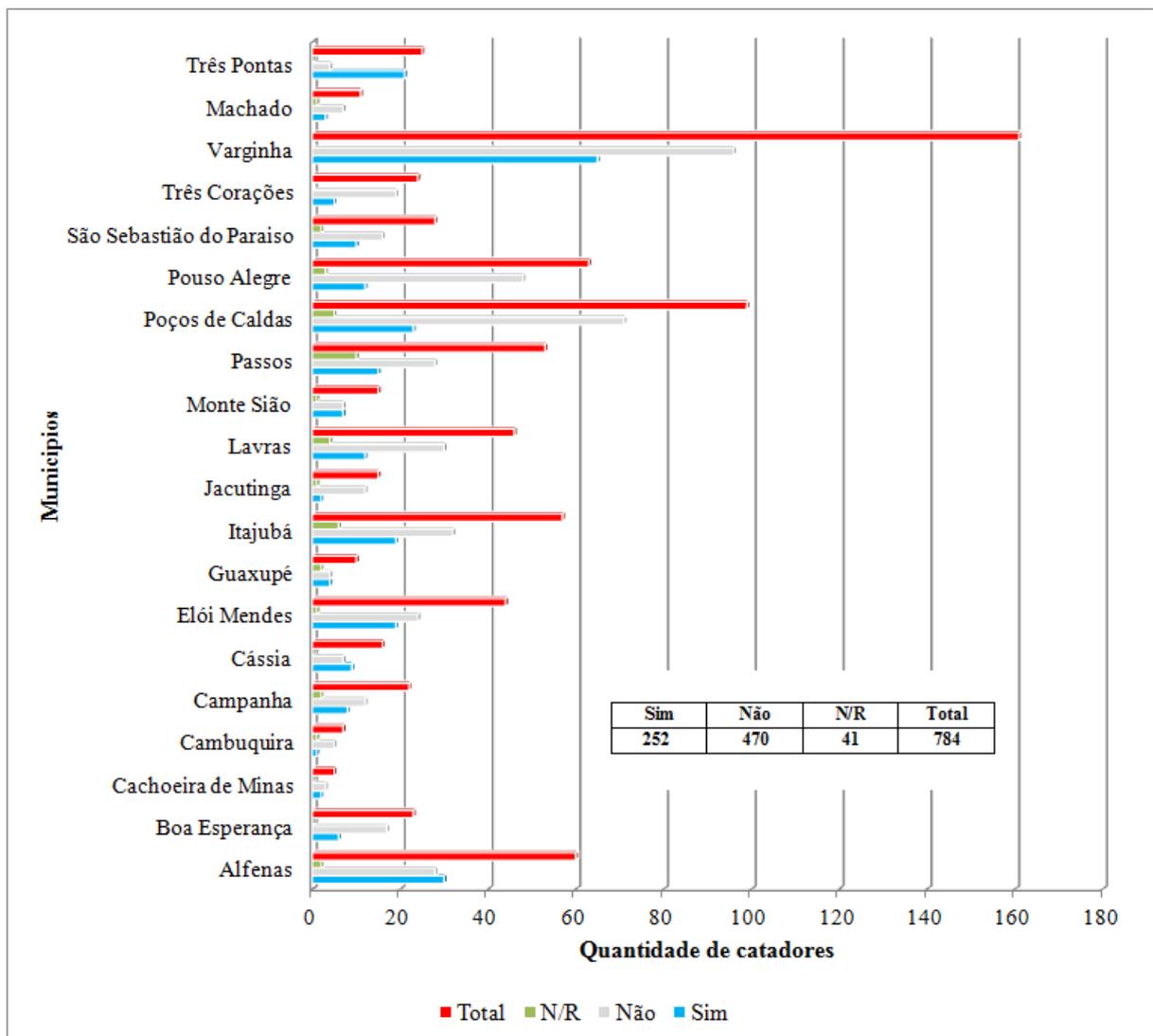
Quantitativo de catadores que têm vontade de voltar a estudar				
Municípios	Sim	Não	N/R	Total
Alfenas	30	28	2	60
Boa Esperança	6	17	0	23
Cachoeira de Minas	2	3	0	5
Cambuquira	1	5	1	7
Campanha	8	12	2	22
Cássia	9	7	0	16
Elói Mendes	19	24	1	44
Guaxupé	4	4	2	10
Itajubá	19	32	6	57
Jacutinga	2	12	1	15
Lavras	12	30	4	46
Monte Sião	7	7	1	15

Continuação

Quantitativo de catadores que têm vontade de voltar a estudar				
Municípios	Sim	Não	N/R	Total
Passos	15	28	10	53
Poços de Caldas	23	71	5	99
Pouso Alegre	12	48	3	63
São Sebastião do Paraíso	10	16	2	28
Três Corações	5	19		24
Varginha	65	96		161
Machado	3	7	1	11
Três Pontas	21	4	0	25
TOTAL	252	470	41	784

Fonte: INSEA (2012).

Gráfico 5: Catadores que têm vontade de voltar a estudar



Fonte: INSEA (2012).

O quadro 5 e o gráfico 5 confirmam o que já foi dito em relação ao quadro 4. Observa-se que há uma porcentagem de 90,2% de catadores que não estão estudando. Em relação aos que querem, desejam estudar, há um número significativo. Esses dados lembram a necessidade de se buscar meios para que esses consigam voltar à escola. Uma vez que o sistema regular de ensino não consegue manter esse público nas escolas, é necessário que projetos futuros com o tema Educação de Jovens e Adultos para catadores seja considerado como um KPI's. A seguir, a figura 2 sintetiza os resultados alcançados dos KPI's.

Figura 2: Resultados alcançados dos KPI's



Fonte: DANONE BRASIL, 2016.

Nota: Mapa apresentado pelo técnico da Empresa Danone no Seminário Rotas Tecnológicas, realizado pelo Observatório da Reciclagem Inclusiva (ORIS) em 2016 em Belo Horizonte/MG.

A figura 2 mostra que foi possível organizar a coleta seletiva dentro das cidades e, por isso, aumentar o volume de material enviado às ACs, melhorando a eficiência e a renda dos catadores. Logo, evidencia-se que foram positivos os resultados alcançados.

Conforme é possível observar, no quadro 1, nas ações desenvolvidas, os catadores tiveram várias capacitações específicas, tanto nas bases como nos Polos. Nos encontros acontecidos nos Polos, os catadores trocaram experiências e compartilharam o cotidiano das bases. Outra ação muito importante para os catadores foi a constituição da Rede. Para a constituição dessa, realizaram várias capacitações e toda a metodologia utilizada foi feita coletivamente, assim os catadores puderam entender todo o procedimento político e

burocrático para a constituição de uma rede. Em uma das entrevistas, a pergunta estava orientada em relação as conquistas durante o projeto e uma catadora respondeu o seguinte:

Uai,(...), a conquista foi realmente assim, formalizar a rede mesmo. Mesmo não estando com o CNPJ. Foi os grupo assumi o papel do trabalho, da organização dos documentos das base. Hoje elas tá recebendo o bolsa reciclagem que se resulta na organização da documentação. É os grupos ta sabeno compartilhá, né, os pontos positivos e os negativos. Então assim, a gente tem o grupo da Rede, que ele fez uma venda, deu uma coisa diferente na hora, ele passa pros companheiro, dum lado ou do outro, ele passa, e fala, e busca, né, entende o que pode acontecê, o que pode melhorá (...).Quando eu falo crescimento, as venda, eu falo disso tudo: renda, coleta seletiva, do fundo rotativo que agregô catadores informais, né, dentro das bases, com melhor preço, com melhor qualidade e com o entendimento de como é um trabalho em conjunto, mesmo ele estando catando lá fora (Luênia, catadora mobilizadora – Ação Reciclar).

O Projeto Novo Ciclo marcou diferença na vida e na história dos catadores do Sul e Sudoeste de Minas Gerais, toda a sua metodologia propiciou uma maior interação e troca entre os catadores da região e também a sociedade civil teve a oportunidade de poder conhecer e entender mais a respeito desse trabalho. Os fóruns instituídos nas cidades também foi um espaço de debate importante. Os catadores puderam se colocar mais diante do poder público nas negociações para implantação dos programas de coleta seletiva. A dedicação dos técnicos e catadores mobilizadores e de toda a coordenação do projeto também foi importante para que o projeto pudesse acontecer. Vale dizer que esse projeto venceu o 2º lugar na categoria “Preservação e Proteção dos Recursos Naturais do XIII Prêmio LIF⁸ 2014”, obteve a “1ª posição no “Convergences Awards 2015”⁹ e também recebeu o “VII Prêmio Hugo Werneck de Sustentabilidade & Amor à Natureza, categoria “Melhor Exemplo em Resíduos”¹⁰.

Nesse trabalho, há ainda muitos desafios pelos quais lutar. Há conquistas, mas há também retrocessos. Pode se dizer que “o movimento social dos catadores define-se pela associação entre reciclagem e cidadania, viabilizando a inclusão social por meio da geração

⁸ O Prêmio LIF trata-se de um Prêmio da Câmara de Comércio Brasil-França. O nome LIF faz homenagem aos ideais da Revolução Francesa (Liberdade, Igualdade e Fraternidade). Existe desde 2002, com o objetivo de dar visibilidade às ações de sustentabilidade em âmbito nacional. A entrega do XIII Prêmio LIF aconteceu durante o VI Fórum de Sustentabilidade, que será realizado no dia 12 de setembro de 2014, em São Paulo, onde ocorreu a apresentação do caso e divulgação no Guia de Sustentabilidade publicado pelo prêmio LIF. (INSEA, 20-14).

⁹“Convergences Awards 2015”é um prêmio que visa promover os objetivos do milênio e reduzir a pobreza em países desenvolvidos e em desenvolvimento. A cerimônia de premiação foi realizada durante o Fórum Mundial Convergences, em Paris. (DANONE..., 2015).

¹⁰“Com o temaMudanças Climáticas – Qual a sua contribuição?, o VII PRÊMIO HUGO WERNECK reconheceu este ano pessoas, projetos e instituições que desenvolvem ou desenvolveram iniciativas sustentáveis que contribuem para reduzir os efeitos do aquecimento global bem como o enfrentamento das mudanças climáticas potencializadas pela ação humana.” (PROJETO..., 2016).

de renda com o trabalho de catação de material reciclável.” (LIMA; OLIVEIRA, 2008, p. 243), no trabalho dos catadores, cata-se recicláveis e também salva-se vidas.

A PNRS foi um marco na luta dos catadores, mas infelizmente sua aplicabilidade não é ainda como desejada. Os processos são morosos e burocráticos. Portanto, continua sendo necessário investir na luta por políticas públicas e leis que deem o reconhecimento justo a esses trabalhadores que há tantos anos fazem da catação o meio de subsistência para suas vidas e de suas famílias.

No próximo subcapítulo, será relatada a experiência das catadoras e dos catadores das Acs pesquisadas. Será possível constatar o antes e o depois do Novo Ciclo. Pode-se confirmar que esse projeto foi muito importante na vida dos catadores, trazendo para eles ferramentas que possibilitaram uma maior inserção junto à sociedade e ao poder público local.

5.1 Antes e depois: possibilidades de Novos ciclos

Através dos depoimentos dos participantes, percebe-se que o Projeto Novo Ciclo foi importante na história dos catadores do sul e sudoeste de Minas Gerais.

Quando indagados em relação à execução do Projeto, os relatos confirmam que esse contribuiu para que eles fizessem mudanças significativas tanto em suas vidas pessoais como no trabalho. Pode-se afirmar, pelos depoimentos, que o projeto propiciou aprendizados importantes nas trajetórias de seus empreendimentos: “aprendemos a discutir as coisas, resolver as coisas pacificamente, correr atrás... a gente aprendeu muito.” (Dona Maria, catadora da ACAMPA).

As perguntas que nortearam a pesquisa foram às seguintes: Quais as mudanças o Projeto Novo Ciclo trouxe em suas vidas e na Associação? Como era antes e como está agora? Quais os aprendizados? Outra questão que orientou a pesquisa foi o trabalho associado como um lugar de troca de saberes, um espaço educativo e também a autogestão como um processo em construção que propicia aprendizados.

As entrevistas forneceram dados nos quais se pode analisar o quanto é possível contribuir com resgate da cidadania desses sujeitos dos empreendimentos econômicos solidários e possibilita a eles o resgate do que lhes foi tirado, a consciência de direitos e também de sujeitos possuidores de muitos saberes, por meio do acompanhamento técnico sistemático e das atividades formativas.

A economia solidária é um movimento que contribui para que o olhar esteja voltado sempre para frente, fazendo acreditar na utopia de outro mundo possível. Para Freire (1980),

“utópico não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante. Por esta razão a utopia é também um compromisso histórico” (FEIRE, 1980, p. 27). Mas não se pode negar que, ao mesmo tempo, é um grande desafio pensar e construir novas formas de se relacionar, trabalhar e consumir, diante das mazelas das políticas neoliberais que cada dia mais sabotam as conquistas das trabalhadoras e trabalhadores na luta por seus direitos. Segundo Frigotto (2004, p.277), “não há mais a necessidade de um grande número de trabalhadores estáveis para que o capital prossiga.” Isso leva a crer que o desemprego e a rua são o destino de uma grande parte de mulheres e de homens do mundo do trabalho.

Diante dessa realidade, pergunta-se, uma vez desempregados e na rua, que caminhos tomar? Morrer de fome ou lutar pela vida? Para Frigotto (2004, p. 281), a realidade mostra que “os trabalhadores não querem morrer — o ser humano quer viver — se organizam sem muita ideologia, por uma questão de necessidade de produzirem, das mais diversas formas, sua sobrevivência física.” Portanto, as alternativas são as formas de resistência e de enfrentamento desse cenário excludente para que a miséria não os derrote.

Buscamos afirmar uma outra alternativa para os excluídos, para os desempregados: a de se unirem de forma associada e tentarem, cooperativamente, produzir sua vida econômica, sociocultural, política e educacional. A educação, a formação profissional, nesse contexto, vão além de sua vinculação com o trabalho produtivo, ainda que sejam uma dimensão a ele associada. Trata-se de uma educação para a cidadania ativa e desenvolvimento das múltiplas dimensões do ser humano (criança, jovem ou adulto) e, portanto, de um direito subjetivo. (FRIGOTTO, 2004, p. 277).

Essas experiências alternativas se mostram válidas e necessárias para a construção de uma sociedade justa e solidária, uma vez que o modelo neoliberal exclui e não tem em conta os menos favorecidos e vai além. Entretanto, elas também podem transformar os sujeitos para o desenvolvimento da cidadania ativa, como afirma Frigotto (2004), fazendo com que haja pessoas engajados na luta pela transformação social.

A forma de união associativa dos “excluídos” do mercado formal de trabalho, na busca por sobrevivência e na produção de vida digna, pode fazer mudanças significativas na vida desses sujeitos. Embora não estejam apartados do sistema capitalista e toda a formação recebida é dada por esse sistema, ou seja, os sujeitos estão marcados pelos aprendizados que esse sistema “ensina”, e faz crer na normalidade da exclusão e a competição e o individualismo são “princípios” base desse modelo econômico vigente.

Por vezes, o ideal do trabalho cooperativo vem carregado de idealismo e de certo romantismo. Para que esse trabalho dê certo, é preciso também gerar renda, pois a luta é, sobretudo, por sobrevivência, isto é, não passar fome. Os empreendimentos econômicos solidários enfrentam desafios para se firmarem como um grupo sólido, que tenham viabilidade econômico-financeira e que dêem conta de que os sócios se apropriem e se sintam também donos, portanto, precisam de acompanhamentos técnicos que os auxiliem no como coordenar e gerenciar o negócio. A gestão administrativa é muitas vezes problema: 1) as relações entre os sócios são em sua grande maioria conflituosas; 2) a luta por reconhecimento dos direitos é tensa; 3) a luta contra o capital é desigual; e 4) o processo de tomada de consciência do coletivo é lento.

Diante disso, uma das tarefas mais necessárias para aqueles que se colocam a serviço de um projeto de libertação é a preparação de grupos populares capazes de se constituírem como agentes conscientes e críticos de todo o processo de mudanças sociais (PEIXOTO FILHO, 2004, p.35, apud BARREIRO, 1980, p.20). Por isso, a importância da participação dos técnicos sociais, universitários, intelectuais, educadores populares e outros, conscientes do seu papel nessa tarefa de ofertas de ferramentas inovadoras no processo de mudança, uma vez que, como afirma Brandão (1982, p.9-10), “o conhecimento coletivo, possibilita no recriar de dentro para fora formas concretas dessas gentes, grupos e classes participarem do direito e do poder de pensarem, produzirem e dirigirem os usos de seu saber a respeito de si próprios.”

Logo, ressalta-se o valor de uma metodologia participativa nessa tarefa formativa dos empreendimentos econômicos solidários para que eles não sejam apenas reprodutores do modo de produção capitalista e sim, fazedores de novos modos de trabalho e atuação social, política, econômica e ambiental. Freire, em seu livro *Educação e Mudança* (2014), reflete sobre o compromisso do profissional com a sociedade e este não é um compromisso qualquer de uma pessoa qualquer, mas da “ontologia do ser sujeito do compromisso”, e diz que:

a primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir. É preciso que seja capaz de, estando no mundo, saber-se nele. Saber que, se a forma pela qual está no mundo condiciona a sua consciência deste estar, é capaz sem dúvida, de ter consciência desta consciência condicionada. Quer dizer, é capaz de intencionar sua consciência para a própria forma de estar sendo, que condiciona sua consciência de estar. Se a possibilidade de reflexão sobre si, sobre seu estar no mundo, associada indissolivelmente à sua ação sobre o mundo, não existe no ser, seu estar no mundo se reduz a um não poder transpor os limites que lhe são impostos pelo próprio mundo, do que resulta que este ser não é capaz de compromisso. É um ser imerso no mundo, no seu estar, adaptado a ele e sem ter dele consciência. (FREIRE, 2014, p.19).

No trabalho associado, assim como em todas as modalidades de trabalho, em graus diferenciados, há uma série de atividades que precisam ser realizadas. Em uma empresa, o gestor foi capacitado para administrar sua empresa e conta com profissionais, que, de um modo geral, têm capacitação específica nas áreas de contabilidade, administração financeira e outras áreas. Esses profissionais irão, sob a ordem do gestor, realizar os procedimentos necessários para que a empresa possa obter o sucesso e o lucro esperados. Nas cooperativas e associações da economia solidária, não se encontra o mesmo perfil de pessoas. Elas não têm a capacitação técnica necessária para a administração do negócio conforme as exigências do sistema capitalista contemporâneo e, portanto, ao mesmo tempo em que trabalham, **aprendem, se capacitam** e buscam soluções, com o auxílio de técnicos externos que possam contribuir nesse processo de gestão.

A economia solidária prima pelo princípio da **autogestão**. Esse princípio demanda **aprender** a gerenciar juntos, em um coletivo. Todos com direito a voto e voz. Dessa forma, o **aprendizado é coletivo** e é um **processo em construção**. Não há patrão. Todos são donos. Ainda que com pouca ou nenhuma formação técnica, precisam colocar “ordem na casa”, cuidar das contas, planejar a produção, a venda, os preços, etc.. Para Verardo (2012, p.21), a “autogestão como alternativa de trabalho e renda pressupõe existência de um constante processo educativo para a autonomia.” O autor afirma ainda que a autogestão é uma forma de organização coletiva em que se combinam:

a cooperação do conjunto das (os) trabalhadoras (es) nas atividades produtivas, serviços e administração. **É o poder de decisão coletiva**¹¹sobre questões relativas ao negócio e ao relacionamento social das pessoas diretamente envolvidas. A autogestão caracteriza-se, antes de tudo, como um **processo em construção** no qual o trabalho e a relação entre as pessoas devem resgatar a dimensão humana das pessoas que produzem e decidem. (VERARDO, 2012, p.11 – nota e grifos da pesquisadora).

Uma vez que a autogestão é um processo em construção, é preciso compreender que ela acontece dentro do capitalismo e este não permite processo, pois “*tempo é dinheiro*”. Dessa forma, é preciso fazer esse enfrentamento do formar-se para a autogestão, mesmo nessa condição adversa que é o tempo dos capitalistas, pois a filosofia da economia solidária passa pela construção de valores que não são os que esse sistema econômico vigente impõe.

¹¹É importante frisar que a autogestão conta com o poder de decisão e transparência do coletivo para que ela aconteça, do contrário, esse princípio não é exercido e o que predomina pode ser o “princípio” da heterogestão, em que um manda e outros obedecem ao aprendido pelo sistema capitalista. E que também ela é um processo em construção.

Diante disso, não se pode negar a importância da capacitação e da formação técnica, uma vez que não é possível operar fora desse sistema que culturalmente já fez “encarnar” nos sujeitos o “princípio” do dono do negócio, aquele que foi capacitado para dar ordens e, portanto, é quem tem o saber nas mãos. Singer (2002) considera ser fundamental que os trabalhadores da economia solidária adquiram capacitação democrática, participativa, responsabilidade e solidariedade.

O perigo de degeneração da prática autogestionária vem, em grande parte, da insuficiente formação democrática dos sócios. A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. (SINGER, 2002, p. 21).

Segundo o autor “aprende-se a obedecer e temer os superiores desde os bancos escolares, num processo educativo que prossegue a vida inteira” (SINGER, 2002, p.21) e as pessoas não são naturalmente inclinadas à autogestão, como também não o são para a heterogestão e poucas pessoas optariam por passar a vida recebendo ordens. A autogestão é uma modalidade de gestão que se diferencia do sistema capitalista, que prima pela heterogestão. Para Singer (2002), heterogestão parece tornar empresas capitalistas competitivas e lucrativas, e isso é o que os seus donos almejam e a autogestão vai ao encontro de tornar as empresas solidárias (SINGER, 2002, p.23).

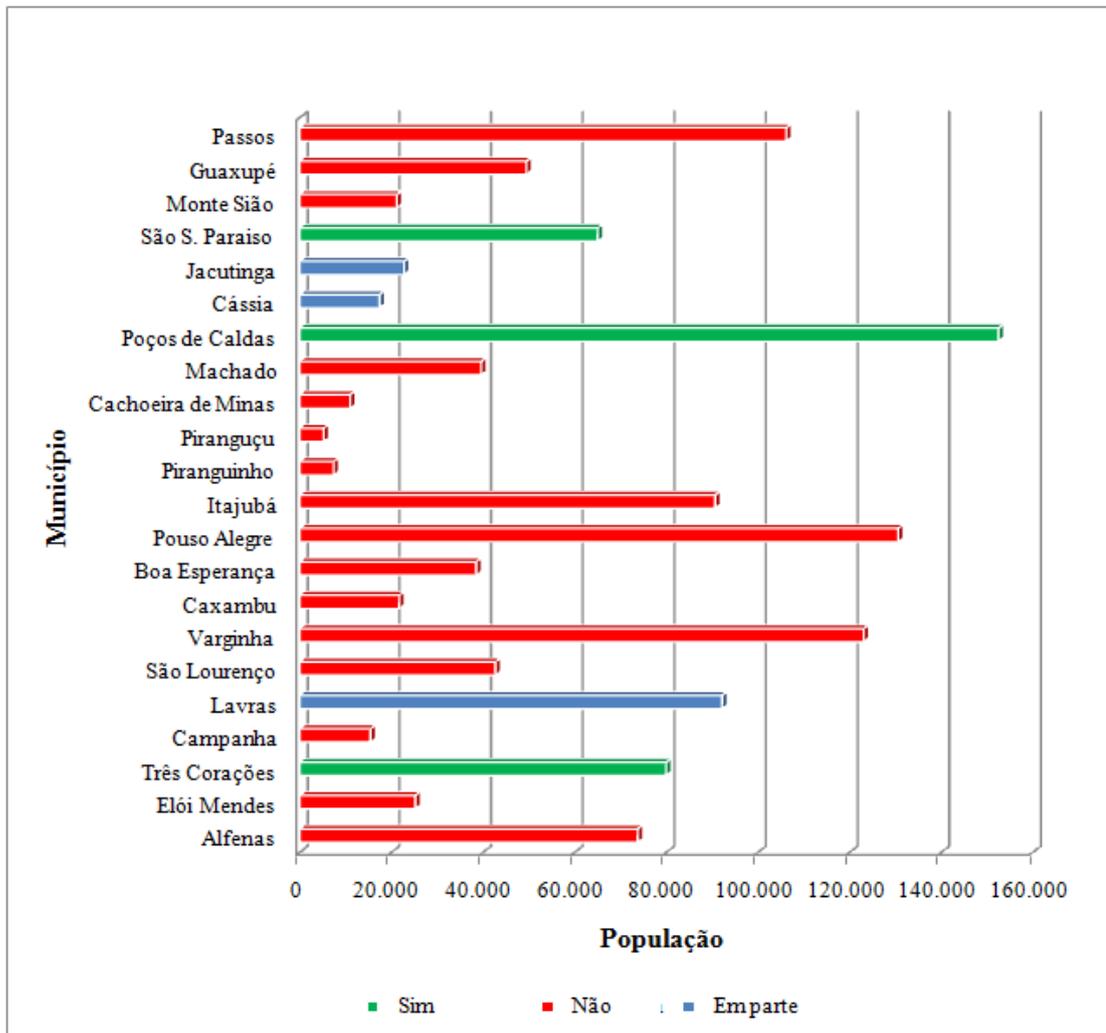
Portanto, avalia-se que é possível realizar mudanças e seguir fazendo proposições de projetos que tenham em conta a construção de outro mundo possível, mas é necessário ter consciência que isso é um processo e este é formativo e não acontece dentro de um tempo determinado. Logo, é preciso acreditar nos passos dados no caminho e nas sementes lançadas ao longo da estrada e que projetos sociais que têm englobam a participação de todos os envolvidos são extremamente importantes.

5.2 A final, o que tem de educativo no projeto Novo Ciclo?

No início do Projeto Novo Ciclo, a relação das cidades com os catadores era, de um modo geral, de desconhecimento e de invisibilidade deste sujeito *catante* de “lixo”, tanto pelo poder público como pela sociedade civil, e quiçá para alguns catadores também. Grande parte dos municípios, participantes do Projeto, conforme demonstração do gráfico 6 a seguir, não tinha programas de coleta seletiva e os catadores encontravam-se praticamente “misturados”

entre o lixo. Pois, “essa atividade laboral ainda é, muitas vezes, compreendida pelo seu lado negativo: os catadores são vistos pela população da cidade e mesmo pela própria administração pública municipal como pessoas que sujam a cidade, mexendo no lixo e espalhando-o pelas calçadas.” (KEMP; CRIVELLHARI, 2008, p.12).

Gráfico 6: Situação dos municípios, em relação ao programa de coleta seletiva, no ano de 2012



Fonte: INSEA (2012).

A situação demonstrada no gráfico 6 acima mostra o desconhecimento do poder público não só em relação ao trabalhador catador, mas também em relação à questão ambiental. Em algumas cidades, a relação dos gestores públicos com os catadores não era amigável. Houve caso de município em que o prefeito disse *ter vontade de colocar os catadores junto com o lixo no caminhão compactador e compactar tudo junto e depois aterrar*. Essa situação descrita da realidade em que se encontravam os catadores do Projeto

Novo Ciclo não é uma ação isolada. De um modo geral, essa é a forma como os gestores públicos têm se relacionado com os catadores no Brasil e também em outros países da América Latina. Para Barros e Pinto (2008),

[...] condenados a viver às margens do sistema de acumulação capitalista, tais pessoas são vistas como não-cidadãs, uma vez que desnecessárias ao sistema: não produzem, não consomem e ainda são estigmatizadas pelo fato de que a marginalidade e a precariedade de suas condições de vida são muitas vezes interpretadas como resultantes de uma vontade individual de não trabalhar, e não como uma imposição do sistema produtivo, cada vez mais seletivo e excludente. (BARROS; PINTO, 2008, p.65-66).

Os catadores de recicláveis com o trabalho que realizam **ensinam** que se precisa economizar os recursos naturais e, portanto, o trabalho realizado por eles tem um grande valor social, econômico e ambiental: “A gente explica pros outros o que tem valor e o que não tem, o valor do serviço também, do meio ambiente e tem muita gente que não dá valor no serviço do que tira lá do meio ambiente.”(Catadora da ATREMAR). Quando perguntados o que têm aprendido nesse trabalho, percebe-se o quão educativo é esse lugar que muitas pessoas consideram apenas como um espaço cheio de “lixo”. Os catadores de recicláveis sabem de: 1) Educação ambiental: “tem muita gente que não dá valor no serviço. No que tira lá do aterro. Já pensou se isso fosse jogado nos corgo, no rio... É um serviço que tá ajudando o meio ambiente.” (Seu Paulo, Catador da ATREMAR); 2) Pela experiência de trabalho desenvolvem o conhecimento da identificação dos materiais que têm suas propriedades na física e química: “com muitos poucos dias eu peguei o jeito. Triava, separava e não sabia nem o nome. Eu aprendi isso aí. É trem demais. Isso aí foi novo pra mim. Eu aprendi isso. Eu comecei assim... a querer demorar um pouquinho nos nomes do material, mas foi com o tempo eu acostumei. **HOJE EU SEI.** É muita separação, né. Mas hoje eu peguei. Agora acho fácil, muito fácil! Então é uma coisa, que é o que falo, manda muito é a idéia das pessoa, né. (Sr. Nivaldo, Catador da ATREMAR). A exemplo, a figura 3 traz a complexidade na identificação dos tipos de materiais recicláveis e os catadores têm o conhecimento de todos e muitas vezes, para não dizerem os nomes científicos desses, “criaram” nomes que identificam cada um, como por exemplo: “bonito”, “liso”, “ondulado”, “filé”..., entre outros.

Figura 3: Símbolos para a identificação de alumínio reciclável, papel reciclável, papel reciclado, vidro reciclável e aço

						
PET	PEAD	PVC	PEBD	PP	PS	OUTROS

A identificação de materiais poliméricos segue um código internacional (GIOVANNETTI, 1995). Nesse código os símbolos são constituídos por um elemento comum, formado por três setas inseridas em um triângulo e apontadas em sentido horário, e um código numérico. Abrange os seguintes polímeros: 1 Polietileno Tereftalato (PET); 2 Polietileno de Alta Densidade (PEAD); 3 Policloreto de Vinila (PVC); 4 Polietileno de Baixa Densidade (PEBD); 5 Polipropileno (PP); 6 Poliestireno (PS); e 7 outros.

Fonte: SINEPE/PR, 2017.

3) Sabem de mobilização social: “A gente explica pra eles o que recicla o que não recicla.” (Joice, catadora da ACAMTC); 4) Conhecem sobre a importância dos Programas de Coleta seletiva: “O problema que a sociedade não reconhece também é porque não tem como fazer uma campanha 100%, que o caminhão não dá conta. Porque se fizé uma campanha 100%, aí isso aqui transborda. Pra isso precisamos de mais gente, mais caminhão, mais recursos. Melhorou bastante, mas teria que melhorar mais.” (Joice, catadora da ACAMTC). Enfim, observa-se que o conhecimento desenvolvido pelos catadores acontece na prática do dia a dia, a experiência é aprendizado.

Nota-se também a solidariedade que acontece na troca entre eles, um catador ensina ao outro. Há uma comunhão nessa relação de troca, mesmo que por vezes seja sem nenhuma consciência do ato em si, mas é um valor importante de destacar, uma vez que ela difere do processo de treinamento do capitalismo que produz competição e coloca as pessoas umas contra as outras no espaço de trabalho: “Os próprios catadores, ali no momento que a gente tava fazendo o processo de trabalho, **aquilo que a gente não sabia eles ensinava**, falava sobre as questões dos materiais. **O próprio grupo foi ensinando**. (Evaldo, Catador mobilizador – grifos da pesquisadora). O seu Paulo **me ensinou a trabalhar** na prensa. (Catadora da ACAMTC).

Para Freire (2005), as palavras do Povo estão grávidas de mundo, “a pesquisa do que chamava de universo vocabular nos dava assim as palavras do Povo, grávidas de mundo.” (FREIRE, 2005, p.20). Os catadores, de um modo geral, dizem com profunda convicção que são capazes de *gestar* este trabalho e que fazem melhor o serviço que uma empresa contratada. Observa-se nas palavras ditas, por eles, o **valor** e o **direito** ao trabalho e também que por meio desse, gera-se renda para a subsistência dessas mulheres e desses homens que vivem da catação. Freire (2014) diz que, “quando o homem compreende sua realidade, pode

levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la...” (FREIRE, 2014, p.38).

Os depoimentos abaixo dizem dessa capacidade de gestão, de reconhecimento do direito ao trabalho, ou seja, da compreensão da realidade e as respostas a esses desafios nomeados pelos catadores:

vamos dizer assim Renataaa, eles num aceitava que o município teria que ter uma coleta seletiva que fosse gestada, é.... a gestação fosse dos catadores. **Eles falaram que o catador não tinha estrutura de gestação.** Que a gestação¹² teria que ser feita pelo Poder Público. Eu falei que não concordava e que o catador tinha gestação sim. Foi aonde o prefeito falou que por isso que não dava para conversar com o catador, que o catador era barraqueiro. (Dona Maria, Catadora da ACAMPA).

(...)todas as vezes que ocê vai conversá com o prefeito, com o secretário de meio ambiente ou com o secretário de finanças, a primeira coisa que ele te fala é assim: a associação tem que andar com suas próprias pernas. E aí eu até disse pro secretária de finanças a última vez que eu tive lá para conversá com ele: **porque a empresa privada, que faz a sua coleta de lixo, ela recebe milhões e vocês num fala pra ela que ela tem que andá com suas própria perna?** E porque que um catador que tá ali, fazendo um trabalho social, ambiental é que recebe uma mixaria pra fazê isso e ocê tem que falá pra mim que a gente tem que andá com as nossa próprias perna? A gente tem gasto. A gente tem gasto com combustível, com depreciação do caminhão, com escritório, a gente gasta pra fazer a coisa rodá e o mínimo que o catador recebe é pegá aquele material que foi coletado. Ele é vendido e comercializado pra tirá a renda dele. (Catador Mobilizador da ATREMAR).

Eles qué que a gente tenha equipamentos todos, da coleta, qué que a gente tenha todos os custos né... não é todos, mas é uma parte grande. Eles pensa assim (Catadora Mobilizadora – Poços de Caldas).

Esses depoimentos deixam em evidência o pensamento da administração pública em relação aos catadores e se pode observar também que eles, os catadores, sabem muito bem do valor de seus trabalhos. Kemp e Crivellari dizem que:

grande parte da administração pública municipal ainda age de maneira a desconhecer a importância da atividade desenvolvida pelos catadores de material reciclável, chegando às vezes a coibir e mesmo impedir suas atividades, ao repassar para a iniciativa privada a gestão da coleta seletiva dos municípios. (KEMP; CRIVELLARI, 2008, p. 12).

A CF/88 assegura os direitos sociais ao povo. Em seu Art. 6º: encontra-se que são

¹²As diversas vezes que a catadora relatou que eles podiam ser responsáveis pela gestão da coleta, ela usou a palavra *gestação*. A pesquisadora teve vontade de intervir e corrigir, querendo “impor” sua experiência e saber. Mas compreendeu que ao dizer *gestação*, a catadora tinha profundo entendimento do que dizia.

direitos sociais à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção, à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados. Mesmo com uma lei que assegura direitos sociais, essa ainda precisa ser reivindicada e, em várias situações por meio de luta, caso contrário, não se assegura o direito de poder viver com dignidade. Pela narrativa dos catadores, quando retrata a relação com o poder público na luta pelo direito ao trabalho e outros catadores que abordam o tema, **direitos**, observa-se que o projeto contribuiu para que eles começassem a entender seus direitos e a lutar por eles, e não abaixar a cabeça diante das ameaças das instituições que os desqualificam e que não levam em conta os seus trabalhos, além dos tratarem apenas como beneficiários programas sociais, como se esses os desqualificassem para ir e vir na sociedade como um cidadão de direitos.

A gente consegue mais defender o direito nosso que num é só nosso, mas de todos. (Rosiene, Catadora da ACAMPA).

(...) a gente entendeu que a gente podia mandar no negócio da gente e **não abaixar a cabeça pro poder público** como que tava acontecendo (Eunice, Catadora da ACAMPA)

Eu falei com ele, Sr prefeito, Sr secretário, o catador tem a sua gestão sim, vocês sabem trabalhar dentro da área de vocês, mas esta área aqui é nossa. (Dona Maria, Catadora – ACAMPA).

O projeto contribuiu muito com esta questão de direito e eu falo que hoje o processo que a gente tá passando e que a associação passou num período agora desse ano, eu sou prova disso. Porque muitas das vezes eu tava aqui na luta sozinho, mas eu parti para briga política mesmo e vontade porque lá na ponta no projeto eu aprendi isso, que a gente tinha que lutar pelos nossos direitos, que a gente tinha que brigar, eu consegui aqui dentro mesmo da Acamar, pegar 90% dos catadores e sair para discussão política e ir para rua, ir para a câmara e discutir os nossos direitos. **Eu aprendi muito no projeto** essa questão de briga política, **de lutar pelos nossos direitos** (Evaldo, Catador mobilizador da ACAMAR).

(...) hoje a gente não aceita mais, a gente não é um lixeiro, lixeiro é o que cata lixo, **EU SÔ CATADOR**. A gente não é lixeiro, primeiro falava e a gente ficava quieto, hoje a gente tem resposta. Não! Eu num sô lixeiro. A gente sofria realmente muita discriminação, principalmente aqui em Pouso Alegre. Muitas vezes a gente sofria discriminação por ser catado. (Eunice, Catadora da ACAMPA).

Na continuidade da conversa com os catadores em relação ao entendimento por seus direitos, perguntou-se caso o poder público não quisesse mais manter o convênio com as associações o que eles fariam. Percebe-se, pelos depoimentos, que esse trabalho é muito

importante para os catadores. Eles sabem do impacto que o trabalho realizado por eles tem na cidade. No livro *Pedagogia do Oprimido*, Freire (2005) reflete que quem sente a opressão pode dizer melhor que qualquer outra pessoa sobre ela e, dessa forma, é capaz de lutar para sair dela ou não deixar que a opressão o massacre, “quem melhor que os oprimidos para entender o significado terrível de uma sociedade opressora?” (FREIRE, 2005, p.34). E Ele continua a reflexão acentuando que, por esse motivo, eles compreendem bem a necessidade de libertação. “Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de suas busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela.” (FREIRE, 2005, p.34).

Vou para rua! Vou pra frente da prefeitura, **vou reivindicar o direito do catador**. Isso, eu já fiz esse ano. Muita discussão, muita briga porque o prefeito que tava, o antigo, ele não pagou a ACAMAR e eu fui pra câmara de vereadores, eu fui pra TV, fui pra mídia e se hoje ele falasse que não iria eu iria fazer a mesma coisa, eu iria chamar a atenção da população ia pra frente e ia buscar o direito dos catadores. **Isso é direito nosso**. Ha cinco anos atrás eu num faria isso. Esse projeto me propiciou isso, essa coragem e também esse **conhecimento de saber que isso é direito nosso**.(...) Então hoje eu iria, se falasse que não vai mais apoiar a associação de catadores. vou pra frente. Vou fazer manifestação, vou buscar ajuda de estudante, vou buscar ajuda da população e vou chamar o grupo para que a gente possa ir para frente e **cobrar os nossos direito**. (Catador mobilizador da ACAMAR).

Nóis ia conversar com ele¹³. Não! Tirar a coleta não! Aqui para todos são o ganha pão. E também a coleta seletiva tá protegendo o meio ambiente. Se jogar tudo lá no aterro, como que fica? Mal ta aterrano o que já joga lá. Se jogá o material da coleta seletiva, vai virá uma coisa sem jeito. **Ele acha bom acabá com o meio ambiente, como um prefeito, quase dono da cidade?**(Joice, Catadora da ACAMTC).

Lutaríamos para manter a ACAMPA. Ia falar com o prefeito né, igual foi com a recicla alegre, ia para a porta da casa dele. No caso aqui somos mais, acho que a maioria com certeza iria para a porta da prefeitura, arrumaria parceiros para tentar ajudar a gente. (Catadora da ACAMPA).

A gente pode começar a dialogar e debater as leis municipais. É hora da gente debater, começar a discutir, porque a coleta seletiva já é uma lei, está dentro do planejamento municipal. (Catadora da ACAMPA)

...a gente foi apropriano, né, desses conhecimento de levantar a cabeça; de andar atrás de outros parceiros dentro do município e de entender que existia uma Política né, que tava vino. Aí, que tinha o Movimento, uma bandeira e que essa bandeira dava respaldo para o nosso trabalho, para nossa autonomia, né, pra tudo que a gente precisava desenvolver dentro do município. (Catadora Mobilizadora – Ação Reciclar).

¹³Aqui a catadora refere-se ao prefeito.

A pesquisa mostra que, quando estimulados, os sujeitos são capazes de fazerem processos de aprendizado e inclusive de resgate do que eles já sabem. Percebe-se também que as atividades formativas contribuem para que esses sujeitos, associados nas cooperativas e associações, possam sair do lugar de submissão o qual foram colocados e a educação popular tem uma grande contribuição nesse processo, pois ela propicia a possibilidade de uma visão mais crítica da realidade, sair da alienação e permite ao sujeito poder olhar além do previsível, fazer a leitura do que está nos interstícios dos acontecimentos. Peixoto (2004) acrescenta que é preciso formar para uma atitude crítica diante do processo de exploração e dominação, e isso possibilita ainda oferecer elementos que possam subsidiar na luta por emancipação e as lutas podem ser formativas. As atividades formativas possibilitam a conscientização dos sujeitos.

Essa carga alienante é sacudida quando a pessoa se envolve em lutas emancipatórias, que desafiam a ordem vigente: greves, manifestações de protestos, reuniões de comunidades eclesiais de base, ocupações de terra visando à reforma agrária e muitas outras. Irmanar-se com os iguais, insurgir-se contra a sujeição e a exploração constituem experiências redentoras. Quando reiteradas, modificam o comportamento social dos sujeitos [...] As lutas emancipatórias alteram as instituições, introduzindo práticas democráticas e banindo autoritárias. (SINGER, 2002, p.22).

As catadoras e os catadores das associações e cooperativas pesquisadas trazem o aspecto do avanço da consciência e do aumento da vontade de construir e elaborar maneiras de trabalhar mais libertadoras, mais integradoras, mais coletivas. É possível perceber a ampliação de “leitura de mundo” nesse processo de **conscientização** da realidade dentro da luta cotidiana como mostra os depoimentos. Segundo Freire (2014, p.41), “o desenvolvimento de uma consciência crítica que permite ao homem transformar a realidade se faz cada vez mais urgente.” O autor afirma ainda que, na medida em que os homens, dentro da sociedade, vão dando conta de responder aos desafios do mundo, eles fazem história pela sua própria atividade criadora. Para Freire (1980), conscientização é:

tomar posse da realidade; por esta razão, e por causa da radicação utópica que a informa, é um afastamento da realidade. A conscientização produz a desmitologização. É evidente e impressionante, mas os opressores jamais poderão provocar a conscientização para a libertação: como demitologizar, se eu oprimo? Ao contrário, porque sou opressor, tenho a tendência a mistificar a realidade que se dá à captação dos oprimidos, para os quais a captação é feita de maneira mística e não crítica. (FREIRE, 1980, p. 29).

Conforme Freire (1980), o processo de conscientização incide em “desvelar” a realidade, conhecê-la e não se deixar enganar pelos mitos que mantêm a estrutura dominante. Os relatos das associadas da ACAMTC e ATREMAR, abaixo, demonstram a importância desse processo de saber o que acontece na associação e também desse processo de conscientização que coloca os catadores em outro patamar na gestão:

A situação era crítica. A gente **não sabia** quanto que dava, né Terezinha? Ela fala tudo, num esconde nada da gente o que vai fazê. É isso que melhora muito. Agora melhorô muito. Melhorô no dinheiro. As vendas. As vendas melhorô muito. E tudo que a Fabiana vai fazê ela mostra pra gente. Ela fala tudo, num esconde nada da gente o que vai fazê, é isso que melhora muito. Eu tô muito feliz agora (Graça, catadora da ACAMTC).

— Por isso que a muié passo nós pra trás, nós num sabia nada. (Nesse momento, houve muitos risos).

— Passô pra trás porque oéis num perguntava.

— Uai, mais nós num sabia. Mas como que nós ia perguntá.

— Ceis tinha medo.

— Ela num era transparente.

— Ceis num pode tê medo de perguntá, entendeu?

— Quando ela viu que tinha gente querendo ajudar, gente que entendia, ela tento tirá.

— Quem batia de frente quela era a Conceição. Ela batia de frente cum ela.

— Era mêmo. Num vinha recicrage. Oéis num pedia nota, num exigia nota, num pedia nada. É por isso que as veis num ganhava muito

— Ela falava que tinha curso não sei aonde. Nós num sabia nem quanto que a carga dava. Nós ficava com medo. Hoje a gente sabe tudo. Quanto que dá a carga. Hoje nós sabe de tudo. Sabe quanto que dá a carga. (Diálogo entre duas catadoras, Graça e Joice da ACAMTC).

A ACAMTC passou por uma mudança significativa na gestão. A presidente, que estava quando o Projeto teve início, não informava nada aos catadores. A relação com os associados era de patrão e empregado. A diretoria era composta praticamente pela família. Com a execução do projeto essa realidade mudou, foi realizado um processo em que os catadores conseguiram transformar essa realidade e tomassem consciência do que estava acontecendo na associação. Nessa fala, a catadora relata o antes e o depois da mudança de coordenação. Quando a catadora diz, “ela fala tudo”, refere-se à transparência da nova presidente. O relato da ACAMTC mostra a importância do processo de conscientização. De conhecer a realidade para poder transformá-la.

Nóis recebia era no escuro. Não via o peso (kg) das coisas. Ia pagá e chamava um por um. (Seu Valmir, catador da ATREMAR).

Duas ou três pessoa ia recebê sem nós vê. Eu briguei muito por isso, mais não adiantô. (Marilei, catadora da ATREMAR).

AGORA NOIS RECEBE NO CLARO (Seu Valmir, catador da ATREMAR).

A gente tem notícia do que acontece. Porque hoje a Eveline, diz tudo para nós, mostra as notas, conversa com as pessoas de portas abertas. Então isso é muito importante porque não tem nada escondido. (Marilei, catadora da ATREMAR).

A ATREMAR no início do Projeto tinha uma relação com o poder público que era totalmente assistencialista. A retirada era de R\$200,00 (duzentos reais) mês e recebiam uma cesta básica e algumas caixas de leite: “o ganho é melhor, antes recebia uma caixinha de leite, uma cesta básica. Agora cê compra o que cê qué e na cesta básica não” (Seu Paulo, catador da ATREMAR). Os catadores coletavam o material em 20 bairros, puxavam o carrinho: “era difícil, tinha dia que istorava o pneu. Quando istorava o pneu, tinha de colocar um carrinho dentro do outro. E era muito difícil” (Seu Paulo, catador da ATREMAR). O horário de almoço, geralmente era entre 15 e 16 horas da tarde: “Enquanto não fazia toda a coleta, não voltava para almoçar. Tinha dia que 4 horas da tarde e às vez não dava nem tempo de almoçar.” (Marilei, catadora da ATREMAR). Quem fazia a gestão da associação era uma técnica da prefeitura, que não era clara na prestação de contas: “Não sabia o que estavam vendendo, quanto vendiam. Colocava tudo no caminhão e vendia. O barracão era aberto no domingo, sem nós, não comunicava nada” (Marilei, catadora da ATREMAR). Em várias atividades formativas, a técnica não permitia que os catadores participassem, alegando que eles não sabiam ler. A partir do início do projeto, ampliou-se a coleta seletiva para 60% do município. Os catadores mudaram para um galpão maior e também mudaram a forma de gestão, começaram a participar mais e também a participar das atividades formativas. Todas as semanas começaram a fazer reuniões para decidirem questões relacionadas ao trabalho: “Esse negócio da reunião num foi oceis que começô?” (Sr. Evandro, catadora da ATREMAR). “Na época do outro galpão, não tinha reunião, foi depois do INSEA que isso começô e aí, nós foi aprendeno, aprendeno, aprendeno” (Marilei, catadora da ATREMAR).

A transparência na gestão é importante para o desenvolvimento das Associações, pois melhora as atividades do trabalho, possibilita a confiança e ainda o sentimento de pertença. As falas confirmam que o processo de **autogestão** é importante na construção da identidade grupal, mesmo sendo uma atividade que custa e que cause ainda resistência. Esta é compreensível, uma vez que a importância das decisões serem tomadas no coletivo não foi

aprendido em nossa sociedade. Portanto, observa-se que os catadores se sentem donos do espaço em que estão:

O que a maioria decide é aquilo que vai ser agora. Tem que ter a participação de todos. (Marilei, catadora da ATREMAR).

Aqui é até melhor que se tivesse numa empresa. Porque a carteira assinada numa empresa é só para constar mais ou menos; mas tudo que uma empresa tem de fazer, aqui tão fazendo. Na empresa tem registro de carteira, férias, 13º. Na empresa tem regra. Aqui falta fazer o regime interno. Aqui nós num tem chefe. Aqui todo mundo é dono né. Cê ele¹⁴ fala hoje ceis num vai trabalhar, a gente não trabalha...(Joice, catadora da ACAMTC).

Eu não tinha transparência com o grupo como eu tenho hoje. Não é que eu fazia errado, não é que eu tinha intenção de prejudicar os companheiros não. Mas hoje não, hoje a transparência da gente é bem clara. A prestação de contas todo mundo vê, acompanha a prestação de contas. (Dona Maria, catadora da ACAMPA).

Os conflitos são parte das relações grupais e como a autogestão é uma prática de gestão de um processo em construção, lidar com os conflitos é uma forma de formação e aprendizado. Esse é um problema que os grupos enfrentam e, portanto,

constituir trabalho solidário e de autogestão significa trabalhar as diferenças pessoais e as distintas funções profissionais. As diferenças técnicas e profissionais, ao invés de servirem de privilégio, devem constituir complementaridade necessária às atividades coletivas. (VERARDO, 2012, p.29).

A construção de regras nas associações deve reconhecer que esse processo autogestionário nem sempre é ameno, pois geralmente é trabalhoso. Mas é preciso ser encarado como um processo formativo, uma vez que a autogestão se dá na construção coletiva. Todos têm direito a voz e ao voto, essa é uma tarefa que é preciso ser tratada e resolvida entre todos e “um dos pontos fundamentais da Economia Solidária e das atividades autogestionárias é superar a divisão que separa os que sabem, decidem e mandam dos que produzem e obedecem.” (VERARDO, 2012, p.29). Pode-se ver, pelos depoimentos abaixo, que esse processo não é simples e demanda atividades formativas e mediação, para que essa atividade passe de uma atividade conflituosa para uma atividade mais comprometida e vista como função de todos:

¹⁴ Qualquer catador (a).

O trabalho em grupo, a gente sabe que tem problemas. Muitos conflitos para fazer esse processo andar. Trabalhar em grupo não é fácil, você precisa que as pessoas entenda, precisa também de quem tá na frente, depende muito da liderança. Eu falo que hoje em pouco tempo a gente conseguiu fazer uma mudança muito grande aqui na Acamar de entendimento de grupo. A gente tem muitos conflitos, mas eu dentro do Projeto aprendi muita coisa voltado para esta questão de trabalhar em equipe, de trabalhar em grupo e eu trago isso para o pessoal, hoje eu sinto a mudança. (Evaldo, catador mobilizador).

Os associados, então eles que fazem a regra. Eu vejo isso, a liberdade de poder decidir de que forma eu posso fazer. De que jeito. Numa empresa você tem que cumprir hora, tem que cumprir regras. Claro que dentro da associação também você tem que cumprir, mas você tem a liberdade de poder dizer, hoje eu tenho que fazer isso e não vou poder voltar e o grupo junto decidindo ali que tá bacana então cê pode fazer. Você chegar no horário e poder ir pagar uma conta. Eu preciso ir no dentista... você vai, você volta. E também a diferença de dizer eu tô trabalhando pra mim eu numtô trabalhando para alguém, tô fazendo o meu trabalho e lutando em prol daquilo que é meu, acho que a diferença é isso, é cê tê o seu próprio negócio, mas não sozinho, num coletivo. (Evaldo, catador mobilizador dar ACAMAR).

É importante saber que o trabalho em grupo é um trabalho difícil, porque o ser humano é diferente e aí dentro da solidariedade você tem que procurar entender muito o outro, tem pessoas idosas, tem pessoas que as vezes tem dificuldades né em certos trabalhos, mas que ele desenvolve outro, então é assim entender que se ele não consegue fazer uma triagem bem, mas se ele consegue fazer uma articulação ou se ele consegue lá no administrativo, ou se ele consegue no picote de papel, de documento, então assim tem vários trabalhos que ele pode fazer dentro da base. Então é a gente, os grupos entendê realmente isso e buscá com que todos desenvolva todo o trabalho dentro do empreendimento, cada um dentro daquele perfil que ele tem. (Luênia, Catadora Mobilizadora de Poços de Caldas)

Nos depoimentos dos catadores de que pelo trabalho e no trabalho é possível construir aprendizados, é possível trocar aprendizados. Portanto, o trabalho é um espaço educativo, local de aprendizados, espaço de tecer outras possibilidades na construção de outras formas de produzir e se relacionar no trabalho. Quando se fala no trabalho como princípio educativo, abarcam-se todas as formas de aprendizados que se pode vivenciar nesse espaço. Aprender a relacionar-se, a importância de uma gestão organizada, aprender a cuidar do espaço, afazer negociações em relação às vendas, entender dos direitos e lutar por eles, entre tantas questões importantes que podem ser citadas.

São aprendizados que vão além do que o convencional diz do processo educacional em um processo formal. Freire (1996) disse que não bastava ensinar a ler que Eva tinha visto a uva. É mais que isso, Eva precisava entender do contexto histórico, político e social no qual ela estava inserida. Não é possível afirmar que o projeto tenha conseguido fazer com que os

catadores chegassem a esse grau de entendimento, mas que foi possível contribuir para que as mulheres e os homens do Novo Ciclo elaborassem novos ciclos em suas vidas, os depoimentos das pesquisas apontam esta afirmação. No que diz respeito ao trabalho como princípio educativo, Picanço e Tiriba (2004) disseram que, “no processo dialético de fazer, pensar, criar e recriar o mundo, também para os tecelões da economia popular solidária, o trabalho é princípio educativo e, ao mesmo tempo, [...], é possível fazer germinar embriões de uma nova cultura do trabalho” (PICANÇO; TIRIBA 2004, p.29). É isso que pode se confirmar nas falas dos catadores nos depoimentos abaixo, nos quais demonstram que no e pelo trabalho, suas vidas e seu dia a dia vão sendo modificados, tecidas novas formas de relacionar-se e de ver a suas vidas e dos companheiros de trabalho e isso é uma forma de germinar outro mundo possível.

Pra mim não foi uma experiência não, foi um aprendizado. Aprendê que eu não sabia perder. E uma lição maior, é Renata, porque eu tive esta perda que eu tive com a prefeitura, mas a hora que eles não tinham mais recursos eles que correram atrás de mim, para voltar a este convênio. Aprendi a ser paciência, porque quem espera sempre alcança. (Dona Maria, catadora da ACAMPA).

Eu aprendi o que é reciclar. Tudo a gente jogava no lixo né(Joice, catadora da ACAMTC)
A gente aprende mais, vai trabalha no grupo, vai aprendendo no dia a dia. (Graça, catadora da ACAMTC).

Hoje eles conseguiram assim, um avanço através do Novo Ciclo Renata, muito grande. Hoje aqui mudou, eu como responsável não conseguia, de jeito nenhum. Eu não conseguia fazer a prestação de contas direito, eu tinha essa dificuldade. Eu consegui aprende. (Dona Maria ACAMPA).

Eu hoje minha visão é muito maior. (Dona Maria, catadora da ACAMPA)

Eu aprendi muito. Quando eu comecei a trabalhar aqui eu não sabia o que, que era a reciclagem. Num sabia separar nada. Nem conhecia o que era. (Fábia, catadora da ACAMTC).

Assim, as perguntas que orientaram essa temática do trabalho como espaço educativo esteve ligada também com a questão de conscientização. O trabalho educa? O trabalho pode criar um nível de consciência que provoque mudanças possibilitando essa nova cultura do trabalho associado? A hipótese que orientou esta dissertação foi de que a experiência vivenciada pelos catadores no projeto Novo Ciclo propiciou uma mudança nas formas de relações no trabalho, com o poder público, com a sociedade civil e também na relação entre seus pares de trabalho, na troca de experiências e de buscas de estratégias para enfrentamento

das dificuldades do cotidiano. Não é possível mensurar o quanto as relações educativas propiciaram mudanças, o quanto contribuíram para modificar o processo de trabalho dos associados. Mas é possível dizer que houve aprendizados. É possível dizer que houve uma mudança na consciência dos sujeitos.

Na informalidade de conversas no galpão, dois catadores disseram o seguinte: “Eu para aprender levei três anos.” (Sr Valmir, catador da ATREMAR) e “Faz doze anos e tem coisa que ainda não sei.” (Marilei, catadora da ATREMAR). O processo de aprendizado é lento. Leva-se tempo para entender, refletir. O conhecimento é também construído com a experiência, com o tempo, não surge de um momento para o outro.

Nesse sentido, o processo educativo dos catadores do Projeto Novo Ciclo está engatinhando na formação de grupo que busca se entender enquanto classe trabalhadora. O ter feito parte deste projeto já foi o início de um grande passo para tal e para maiores mudanças futuras. A vida dessas pessoas foi marcada e não será a mesma. Para Picanço e Tiriba (2004, p.29), “é possível fazer germinar embriões de uma nova cultura do trabalho.” Portanto, a semente foi lançada e, mesmo que condições adversas futuras possam ser empecilho na vida dessas mulheres e homens do Novo Ciclo, o que foi vivido e aprendido ficará, novos modos de forjar o trabalho com os princípios da economia solidária foi germinado.

Por fim, é importante ressaltar que, apesar dos desafios, a história das catadoras e dos catadores do Novo Ciclo serviu como espaço de aprendizado e de mobilização de trabalhadores antes invisíveis aos olhos das cidades em que estão inseridos. E que esse projeto, ao longo de suas caminhadas, mesmo que lentamente, servirá de apoio nos momentos futuros que possam ser difíceis, especialmente no atual contexto político pelo qual passa o país.

5 CONCLUSÕES

Esta pesquisa verificou quais foram as mudanças propiciadas às catadoras e aos catadores a partir da participação no projeto Novo Ciclo. Buscou-se também observar como acontece a autogestão, a cooperação e a solidariedade no trabalho associado e, por fim, analisou-se como se deu o processo formativo no trabalho e nas atividades de capacitação do Novo Ciclo, ao se levar em conta a dimensão educativa da economia solidária e da educação popular.

O percurso metodológico desta pesquisa, bem como as conversas com as catadoras e os catadores, a entrevista semiestruturada e também o acompanhamento da pesquisadora enquanto técnica no projeto participando das capacitações permitiram afirmar que: com o Novo Ciclo, foi possível criar um vínculo entre a sociedade civil, o poder público e os empreendimentos de catadores. E ainda, que, nesses quatro anos, observou-se que um *novo ciclo* aconteceu no trabalho dessas mulheres e desses homens que sobrevivem da coleta do material reciclável no Sul e Sudoestes de Minas Gerais.

O estudo feito apontou que a experiência contribuiu na construção de processos de emancipação social, bem como oportunizou novos olhares, vivências e experiências. Constatou-se também, entre os envolvidos no Projeto, disposição para o diálogo e as trocas de saberes construídos no dia a dia do trabalho coletivo e da luta política. Percebeu-se que as ações desenvolvidas por esses catadores envolvidos no Projeto Novo Ciclo têm propiciado experiências de resgate à cidadania e de apropriação sociopolítica sobre modos de vida e trabalho.

Pode-se dizer que essas mulheres e esses homens que ficam “escondidos” entre o “lixo”, muitas vezes confundidos com o lixo, estão reciclando suas vidas e, nesse exercício, vivenciam o poder de livremente se expressarem, cujas opiniões são respeitadas e pesam no destino do coletivo nesse movimento de reciclar e transformar vidas. São mulheres e homens despertando para o importante papel que desempenham na sociedade, assumindo a luta contra opressões, discriminações, injustiças e desigualdades sociais, bem como lutas contra normas hierárquicas e arbitrárias.

Os processos organizativos e sociopolíticos desencadeados pelas organizações de catadores ajudam a pensar em um processo de conhecimento e de construções coletivas que é acumulado de modo sistemático, indispensável para o processo de resistência. Nesse sentido, a potência presente nas práticas dos catadores desse Projeto convida a pensar a economia popular solidária e sua importância, bem como compreendê-la enquanto possibilitadora de

mobilização e organização popular para o exercício do poder. Ainda nesta reflexão, esses processos educativos e sociopolíticos tornam-se também um convite a pensar e discutir o protagonismo dos sujeitos frente às transformações decorrentes.

A pesquisa aponta o quão formativo foi a participação dos catadores em todas as atividades executadas. Nos depoimentos, de um modo geral, aparece a palavra aprender. Disseram por várias vezes que “aprenderam muito”; que perceberam o valor do catador e que não são lixeiros; relatam que entenderam a responsabilidade deles com o meio ambiente. Diante disso, vale ressaltar que, na maioria das vezes, esses sujeitos são excluídos, considerados lixo, por não terem a “leitura” que o sistema capitalista exige. Ainda há muitos passos para serem dados. A atual conjuntura política, econômica e social tem retirado os direitos, dos trabalhadores, que foram conquistados ao longo dos anos à custa de muita luta. O trabalho dessas mulheres e desses homens, catadores de recicláveis, que já corriam perigo por não terem a visibilidade idealizada pelo modelo de tipo de trabalho que esse sistema exige, nesse momento, é muito mais intenso, com as ameaças de incineração que ronda o trabalho desses sujeitos. Portanto, é preciso que a sociedade atente para e se empenhe na continuidade de manutenção dos direitos adquiridos.

Outro ponto importante a destacar é a questão do reconhecimento dos direitos. Este estudo assinala que as atividades formativas contribuíram para que os catadores entendessem dos seus direitos. Quando indagados em relação aos direitos, muitos disseram que eles têm direito à coleta seletiva, que há uma Lei. Portanto, falar em Educação Popular como forma de contribuir com as pessoas na formação para os direitos é muito importante. A metodologia proposta pela educação popular é exatamente a de colaborar para que aja uma consciência de direitos. Contribuir para que saibam que não é possível que uns sejam beneficiados em detrimento de outros.

Em relação à constituição da Rede Sul Sudoeste MG, os catadores relatam ter sido de suma importância. Atuar em rede é hoje uma forma de trabalho que promove a cooperação mútua, tanto na comercialização dos resíduos quanto na prestação de serviços. Além de agregar valor aos produtos beneficiados, o que permite melhor negociação com a indústria transformadora. Também a interação com outras Redes, existentes, é um fator de avaliação positiva, pois isso tem permitido a troca de experiências e novas vivências e a construção de outras articulações. Todos esses aspectos confirmam que os impactos gerados na vida dos catadores foram positivos e formativos.

Percebe-se que a construção de outras relações, princípios e valores de solidariedade nesse espaço de trabalho associado é transformadora e é uma semente na construção de outro

mundo que se diferencia do que a sociedade capitalista coloca como valor. O trabalho associado pode produzir um processo de emancipação social, que possibilita desenvolver novos sentidos, maneiras de pensar e ver a vida e de se relacionar com o mundo. Há uma disposição para o diálogo e para as trocas de saberes, construída no dia a dia do trabalho, de modo que as experiências vão oferecendo condições de fortalecimento do trabalho coletivo e da luta política.

O projeto teve metas quantitativas, precisava-se medir os KPI's de tempos em tempos para avaliar se esses estavam sendo cumpridos conforme planejado. É importante enfatizar que muitas vezes, em projetos, não se tem conhecimento dos processos grupais e esses acontecem de formas diferenciadas dos resultados que se pretende medir numericamente. Um sujeito que antes não conseguia falar em público, porque sempre esteve escondido no meio do lixo, quando começa a ter coragem de dizer, simboliza muito e, logo, isso não é mensurável. Dessa forma, esta pesquisa aponta outros KPI's que não se quantificam, que não se mensuram: as mudanças na vida das pessoas.

Com a pesquisa, identificou-se o déficit na escolaridade dos catadores e a falta de desejo de muitos de voltarem a estudar. É preciso considerar esses fatores. A educação no Brasil privilegia apenas uma parcela, e os que não conseguem estudar serão os primeiros excluídos no mundo do trabalho. Portanto, a pesquisa aponta também para propor um projeto que, além de medir os resultados numericamente (KPI's) — não que estes não sejam importantes, afinal a renda é um diferencial na vida das pessoas —, busque tomar conhecimento de outros processos que esses sujeitos vivenciam na vida.

Assim, o que leva a apostar na economia popular solidária não é a relação construída com base na distinção e na separação da lógica do modelo capitalista. Sua proposta tem como uma das principais metas a ampliação no usufruto das benesses do desenvolvimento, de modo que tais benefícios não se restrinjam apenas aos “capazes” de uma acumulação do capital e remetam ao princípio basilar de organização da vida social e desenvolvimento material e humano. A construção da identidade e a legitimação de uma “outra economia”, sua abordagem sociológica e jurídica, são urgências colocadas para os empreendimentos econômicos solidários, bem como a discussão sobre solidariedade e eficiência em um contexto de desigualdade e concorrência muitas vezes desleal, sem contar o risco da reprodução do modelo de gestão capitalista.

Por fim, a proposta formativa da educação popular na economia solidária tem um papel importante para o mundo do trabalho, pois os valores e os princípios propostos contestam a lógica da ordem econômica e social vigente e buscam contribuir para a

emancipação de pessoa. Freire dizia da ampliação de leitura de mundo que faz com que os sujeitos tenham uma visão do todo, ou seja, do contexto social, econômico e político. Assim, é preciso que haja no país investimentos comprometidos com o desenvolvimento do seu povo. A miséria humana é produzida, logo, é dever de todos contribuir com a sua erradicação.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Telmo. *Educação e Economia (popular) Solidária: mediações pedagógicas do trabalho associado na associação dos recicladores de dois irmãos, 1994-2006*. 2007. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação do Vale do Rio Sinos. São Leopoldo, 2007.

_____. Educação Popular e o centro de formação em economia solidária – CFES/SUL. 36ª REUNIÃO NACIONAL DA ANPEd – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia-GO. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt06_2644_texto.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2017.

AMORIM, D. Prefácio. In: PINHEL, J.R (Org.). *Do Lixo à Cidadania Guia para a Formação de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis*. São Paulo: Peirópolis, 2013. P. 6-8.

ANANIAS, Patrus. Prefácio. In: KEMP, Valéria Heloísa; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi (Org.). *Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

ANDRADE, Heloisa Schmidt de; DE FARIA, Carlos Aurélio Pimenta; FIGUEIREDO, Gladston. A trajetória histórica e organizativa da população em situação de risco de rua de Belo Horizonte: A construção de um movimento cidadão. In: KEMP, Valéria Heloísa; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi (Org.). *Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

ANTUNES, Ricardo L.C. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed., 10 reimpr. Ver. e ampl. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

ARGUMEDO, Alberto Manuel. Em busca de uma metodologia de ação institucional: uma experiência de pesquisa e planejamento participativo nos sertões do Canindé. *REPENSANDO a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.189-222.

ARROYO, João Claudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. *Economia Popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário*. 1.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. (Coleção Brasil Urgente)

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. Nota pública da ANPEd sobre a Medida Provisória do Ensino Médio MP do Ensino Médio. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/nota-publica-da-anped-sobre-medida-provisoria-do-ensino-medio>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

BARROS, V. A.; PINTO, J. B. M.. Reciclagem: trabalho e cidadania. In: KEMP, Valéria Heloísa; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi (Org.). *Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BORDA, Fals Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Pesquisa Participante*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense s.a, 1982.

BRAGA, Ana Carolina. *O desafio da superação do analfabetismo no Brasil: uma análise do Programa Brasil Alfabetizado no município de Araraquara/SP*. 2014. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara, 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1985.

_____. *Pesquisa Participante*. Campinas: Unicamp, 1999. (Pesquisas).

BRASIL. Constituição Federativa do Brasil de 1988. Brasília, Distrito Federal: Brasil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 mar. 2017.

_____. Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Trabalho e Emprego, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-4764-2003_54820.html>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. Decreto nº 7.404, 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos,...*Diário Oficial da União*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7404.htm>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. Decreto nº 99.519, 12 de setembro de 1990. Institui a comissão do programa nacional de alfabetização e cidadania. *Diário Oficial da União*. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%2099.519-1990?OpenDocument>. Acesso em: 02 fev. 2017.

_____. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 05 ago. 2016.

_____. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral,*Diário Oficial da União*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-norma-pe.html>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

_____. Ministério do Trabalho. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Anexo I. Termo de referência para implantação dos centros de formação em economia. FÓRUM EJA. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/termodereferenciacefs.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

_____. Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 16 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal.*Diário Oficial da União*. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

_____. Secretaria de Governo. CATAFORTE. Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/pro-catador/cataforte>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Departamento de Estudos e Divulgação – DED. Termo de Referência para implantação dos centros de formação em economia solidária - CFES1. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/termodereferenciacefs.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária –SIES – Disponibiliza nova base de dados. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF80808148EC2E5E014A394E2F856F5C/Acontece%20SENAES%202013%20-%20n34%20ed%20especial.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

_____. Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária. Atlas da Economia Solidária o Brasil,2005. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

CÁRITAS Brasileira. Quem somos. 2013. Disponível em: <<http://caritas.org.br/quem-somos-e-historico>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

CÊA, G. S. dos S.; LUZ, A. S. da. Empreendedorismo e educação: reflexões sobre um velho sonho liberal. *Revista Espaço acadêmico*, Maringá, n.63, ago./2006. Disponível em:<<http://www.espacoacademico.com.br/063/63cealuz.htm>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

COAN, Marival. Educação para o empreendedorismo como estratégia para formar um trabalhador de novo tipo: IX ANPED SUL. SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL. 2012. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Trabalho_e_Educacao/Trabalho/09_20_00_2780-6586-1-PB.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2017.

COMO funciona o sistema educacional brasileiro. Organização e a Estrutura Federativa. Ensino superior indígena. Disponível em:<<https://ensinosuperiorindigena.wordpress.com/index/sistema-educacional/>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

COSTA, Beatriz. Para analisar uma prática de Educação Popular. Educação Popular. *CEI–Supl.* 17, p. 4, 1977. Disponível em: <http://www.koinonia.org.br/protestantes/uploads/novidades/Suplemento-CEI_17.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2017.

COSTA, Bianca Aparecida Lima. *Entre teoria e prática: a experiência da economia solidária no Brasil a partir de uma abordagem internacional*. 2013. 219f. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

DANONE BRASIL. Seminário Rotas Tecnológicas, realizado pelo Observatório da Reciclagem Inclusiva (ORIS) em 05 de julho de 2016 em Belo Horizonte/MG. Disponível em: <<http://www.insea.org.br/oris-promove-workshop-sobre-residuo-urbano>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

_____. Sustentabilidade. Disponível em: <<http://corporate.danone.com.br/br/ descubra/sustentabilidade/abordagem-negocios/fundo-ecosystem/#.WZ1uYfiGOM8>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

DANONE conquista-1o-lugar-no-premio-internacional-convergences. Engarrafador Moderno. 15/09/2015. Disponível em: <<http://engarrafadormoderno.com.br/sustentabilidade/danone-conquista-1o-lugar-no-premio-internacional-convergences>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

DIAZ, Leonela Inés Relys; SOUZA, Ester Maria de Figueiredo. Entrevista - Alfabetização: Método “Yo, si puedo”. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 5, n. 6, p. 81-88, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/305/339>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

DUBEUX, Ana.; MEDEIROS, Alzira.; VILAÇA, Mônica.; SANTOS, Shirley. A concepção de economia solidária que orienta nossa ação. In: _____. *A construção de conhecimentos em economia solidária: sistematização de experiências no chão de trabalho e da vida no Nordeste*. Recife: F&A. Gráfica e Editora Ltda, 2012. 288p.

ECONOMIA solidária. Disponível em: <<http://conceito.de/economia>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

FÁVERO, Osmar. MEB – MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE primeiros tempos: 1961-1966 - Nota do editor. In: V ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Évora, Portugal, de 5 a 8 de abril de 2004. Disponível em: <http://www.forumeja.org.br/files/meb_historico.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. Os movimentos de cultura e de educação popular dos anos 60. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/educar/40horas/favero_paulo_freire_primeiros_tempos.pdf>. Acesso em: 08 set. 2016.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Teoria e Prática em Economia Solidária: problemática, desafios e vocação, *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 7, n. 1, jan.-jun. 2007.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1985.

_____. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989.

_____. *Conscientização, teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

_____. *Educação como prática da liberdade*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e terra Ltda, 1976.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

_____. *Pedagogia da Indignação. Cartas Pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____; NOGUEIRA; Adriano. *QUE FAZER: teoria e prática em educação popular*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A ideologia que embala a galinha dos ovos de ouro. In: TIRIBA, Lia. PIKANÇO, Iracy (Org.). *Trabalho e educação na era do pós-emprego: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária*. Aparecida, SP: Ideais& Letras, 2004.

_____. Prefácio. In. TIRIBA, Lia. *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia da produção associada*. Rio Grande do Sul, Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2001. (Coleção Fronteiras da Educação)

GADOTTI, Moacir. Prefácio. In.: FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Tradução Lilian Lopes Martin. 36. ed. ver. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GAIGER, Luiz Inácio. A Economia Solidária na Contramarcha da Pobreza. *Sociologia, Problemas e práticas*, n. 79, p. 43-63, 2015.

_____. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In. SINGER, Paulo; SOUZA, André Ricardo de (Org.). *A economia solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

GOLDEMBERG, José. O repensar da educação no Brasil. *Estud. av.* v. 7, n. 18, São Paulo, May/Aug. 1993. Disponível em: Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141993000200004>. Acesso em: 02 abr. 2017.

IANNI, Octavio. O Mundo do Trabalho. *São Paulo em Perspectiva*, v. 8, n. 1, p. 2-12, jan./mar. 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2015/ IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 108p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>>. Acesso em 01/04/2017>. Acesso em: 01 abr. 2017.

INSTITUTO NENUCA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Diagnóstico e plano de atuação em rede. Relatório 2011.

_____. Projeto Novo Ciclo ganha prêmio. 2014. Disponível em: <<http://www.insea.org.br/projeto-novo-ciclo-ganha-premio-lif-2014/>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

_____. Relatório de atividades nos municípios do Sul de Minas. Projeto Novo Ciclo: Período 2012 a 2013.

LAMRANI, Salim. Cuba ou globalização da solidariedade Solidários na luta contra o bloqueio midiático: programa “Yo, sípuedo” 02/06/2013. Disponível em: <https://convencao2.009.blogspot.com.br/2013/06/cuba-ou-globalizacao-da-solidariedade_2.html>. Acesso em: 02 abr. 2017.

LAZARINI, Ademir Quintilio. A relação entre capital e educação escolar na obra de Dermeval Saviani: apontamentos críticos. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94563/287704.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

LESER, Silvia. Catando e Transformando a vida: Experiências associativas e cooperativas nas periferias. In: ZANIN, Maria.; GUTIERREZ Rafaela Francisconi. (Org.). *Cooperativa de Catadores: reflexões sobre práticas*. São Carlos, SP: Claraluz, 2011.

LIMA, F. P. A; OLIVEIRA, F. G. Produtividade técnica e social das associações de catadores: Por um modelo de reciclagem Solidária. In: KEMP, Valéria Heloísa; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi (Org.). *Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

MANCE, Euclides André. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MARX, Karl. *O capital*. 1986. Vol. I, Parte III, Cap. VII. Arquivo Marxista na internet. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/vol1cap07.htm>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

MCCHESENEY, W. Robert. Introdução. In: CHOMSKY, Noam. *O Lucro ou as pessoas: Neoliberalismo e ordem global*. Tradução Pedro Jorgensen Junior. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

MEDEIROS, L.F.R; MACEDO, K. B. “Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?”. *Psicologia & Sociedade*; v. 18, n. 2, p. 62-71, mai./ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n2/08.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

MÉSZÁRIOS, István. *A educação para além do capital*. 2.ed. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

MORAES, Vinicius de. O operário em construção. Poesias avulsas. Disponível em: <<http://www.viniciusdemoraes.com.br/pt-br/poesia/poesias-avulsas/o-operario-em-construcao>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

MOURA, F., C.F.C, FARIA, M.S. Catadores de Resíduos Recicláveis: Autogestão, Economia Solidária e Tecnologias Sociais. In: ZAIN, M.; GUTIERREZ, R.F (Org.). *Cooperativa de Catadores: reflexões sobre práticas*, São Carlos, Clara Luz, p. 4, 2011.

MULHERES são maioria entre catadores organizados em cooperativas. Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. 21/03/2014. Disponível em: <<http://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

OLIVEIRA, Cristiano Benites; WIRTH, Ioli Gewehr. A Política Nacional de Resíduos Sólidos e os modelos de gestão. In: INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. *Catadores de Materiais Recicláveis: um encontro nacional*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331_livro_catadores_ca_p_9.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2016.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. *Revista de Antropologia*, USP, v.53, n. 2, Jul.-Dez. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/viewFile/111579/109656>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de; OLIVEIRA, Miguel Darcy de. Pesquisa Social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Pesquisa Participante*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense s.a, 1982.

"OS MISERÁVEIS" do Brasil: desigualdade social não é prioridade do governo. Uol. Internacional. 04/02/2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/le-monde/2016/02/04/os-miseraveis-do-brasil-desigualdade-social-nao-e-prioridade-do-governo.htm>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

PEIXOTO FILHO, José Pereira. *A travessia do popular na contradança da educação*. Goiania: Ed. da UCG, 2003.

PICANÇO, Iracy; TIRIBA, Lia. O trabalho como princípio educativo no processo de produção de uma “outra economia”. In: _____ (Org.). *Trabalho e educação na Era do pós-emprego: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidaria*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004. p.281.

PINHEL, J.R. O catador de materiais recicláveis. In: _____ (Org.). *Do Lixo à Cidadania Guia para a Formação de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis*. São Paulo: Peirópolis, 2013. p. 27.

PROJETO Novo Ciclo da Danone conquista Prêmio Hugo Werneck. POCOSCOM, 2016. Disponível em: <<http://www.pocoscom.com/?p=7456>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*. A formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

ROSA, João Guimarães, Campo Geral. *Manuelzão e Miguilim*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2001. p. 149-152.

RUMMERT, Sonia Maria. Gramsci, trabalho e educação. Jovens e adultos pouco escolarizados no Brasil atual. Educa/Unidade I&D de Ciências da Educação/NEDDATE – Núcleo de Estudos, Documentação e dados sobre Trabalho e Educação. *Caderno Sísifo 4*, 2007.

SADER, Emir. Prefácio. In. MÉSZÁRIOS, István. *A educação para além do capital*. Tradução Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

SAIBA o que é KPI's e entenda sua importância para análises em marketing digital. Internet Innovation. Disponível em: <<https://www.internetinnovation.com.br/blog/saiba-o-que-e-kpi-e-entenda-sua-importancia-para-analises-em-marketing-digital/>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

SANT'ANA, Diogo de; METELLO, Daniela. Reciclagem e Inclusão Social no Brasil: Balanço e Desafios. In: INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. *Catadores de Materiais Recicláveis: um encontro nacional*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331_livro_catadores.pdf>. Acesso em: 22 out. 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Visão. Lixo e cidadania*. Centro de Estudos Sociais. Portugal: Laboratório Associado Universidade de Coimbra, 2007. p.2.

SAVIANI, Demerval. Desafios da Construção de um sistema nacional articulado de educação. *Trab. Educ. Saúde*, v. 6 n. 2, p. 213-231, jul./out.2008. Disponível em: <<http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r206.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

_____. Trabalho e educação: Fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, v.12, n.34, jan./abr. 2007.

SEGUNDO, João Joaquim de Melo Neto. Prefácio. In: ARROYO, João Claudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. *Economia Popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário*. 1. Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. (Coleção Brasil Urgente)

SILVA, Mari Ozamira da Silva e. *Refletindo a pesquisa participante no Brasil e na América Latina*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 1991.

SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS PARTICULARES DE ENSINO.SINEPE/PARANÁ. Simbologia de identificação de materiais. Disponível em: <<http://www.planetareciclavel.com.br/simbologia/simbologia.html>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André R. (Org.). *Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUSA, João Paulo Aguiar de. Analfabetismo no Brasil: História, realidade e preconceito. XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, realizado em Águas de Lindóia/SP – Brasil, de 20 a 24 de novembro de 2012. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/POSTER\[834\]ABEP2012.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/POSTER[834]ABEP2012.pdf)>. Acesso em: 01 abr. 2017.

STRECK, Danilo R. José Martí e a educação popular: um retorno às fontes. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.34, n.1, p. 11-25, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v34n1/a02v34n1.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

TIRIBA, Lia. *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia da produção associada*. Rio Grande do Sul, Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2001. (Coleção Fronteiras da Educação)

_____; FISCHER, Maria Clara Bueno. Saberes do trabalho associado. In: CATTANI, Antonio D.; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luis Inácio; HESPENHA, Pedro. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Editora Almedina, 2009. p.293-298.

TORREZAN, Rosiane Morais. Educação Popular e pesquisa qualitativa: considerações sobre a utilização dos métodos da pesquisa-ação e da pesquisa participante na educação. BOLETIM GEPEP – Ano I, v. 01, n. 01, p. 25-35, dez. 2012. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/grupos/gep/3a.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

TOZONI-REIS, Marília Freitas. de Campos. A Pesquisa e a Produção de Conhecimentos. *Cadernos de Formação: Formação de Professores*. Educação, Cultura e Desenvolvimento, UNESP. PROGRAD, v. 03, p. 111-148, 2010. Disponível em: <<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/195/3/01d10a03.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

UNESCO. Relatório de monitoramento global da educação 2016 – Resumo. Educação para as pessoas e o planeta: Criar futuros sustentáveis para todos. 1. ed., UNESCO, 2016. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002457/245745POR.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

VERARDO, Luigi. Autogestão. In: *Pedagogia e Autogestão: Reflexões e socialização da experiência do projeto CEFES-CO*. Brasília, DF: Cooperativa Catarse – Coletivo Comunicação/Ministério do Trabalho e Emprego, 2012. p.11-31.

VERDEJO, Miguel Expósito. *Diagnóstico rural Participativo*. Una guía práctica. Proyecto Comunicación y didáctica. Centro Cultural Poveda. 2003. Disponível em: <http://www.inducar.pt/cp/ow_userfiles/plugins/forum/attachment_44_507eea1fe8529.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.

_____. *Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP*. Brasília: MDA, Secretaria da Agricultura Familiar, 2006. Disponível em: <<file:///home/chronos/u-d3af8a1fe94abcc8436043fbabd52837ae58c508/Downloads/GUIA%20PR%C3%81TICO%20DRP%20OUTRA%20REFER%C3%8ANCIA.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

APÊNDICES

Apêndice A - Roteiro semiestruturado das entrevistas para Associações de catadores

1. Identificação:

- Nome:
- Idade:
- Grau de escolaridade:
- Há quanto tempo está no empreendimento:

2. Linha do tempo:

- Recordar quando o Projeto Novo Ciclo começou a ser executado no município, o que aconteceu?
- Como era o grupo antes do início do projeto e depois?
- Quais foram às expectativas

3. Aspectos relacionados à gestão e autogestão:

- Em relação ao trabalho, como vocês vêm o trabalho?
- Como são as decisões e a transparência dentro da associação?

4. Aspectos relacionados ao trabalho como princípio educativo:

- O que vocês consideram que aprendem no espaço de trabalho e o que ensinam?
- Em relação aos nomes dos materiais, foi difícil saber o nome de todos?
- Com vocês se ajudam neste processo de troca de aprendizados?
- Se fosse para sair da associação, vocês sairiam? Por quê?

5. Aspectos relacionados às mudanças percebidas pelo Novo Ciclo

- O que aprenderam com o Novo Ciclo que foi muito importante?
- Quais foram às mudanças no grupo e na vida pessoal e de trabalho de vocês a partir da execução do projeto?
- E a relação com o Poder Público, como era antes e agora?
- E a relação com a sociedade civil, como era e agora?

6. Aspectos relacionados aos direitos

- O que vocês entendem por direitos? Quais são os direitos de vocês?

7. Aspectos relacionados à consciência e o poder de luta

- Se o Gestor Público dissesse que iria encerrar a parceria com vocês, como vocês se posicionariam?

Apêndice B- Roteiro semiestruturado das entrevistas com os catadores mobilizadores

1. Identificação:

Nome:

Idade:

Grau de escolaridade:

Há quanto tempo está no empreendimento:

2. Quanto tempo está como catador
3. Como foi a entrada para trabalhar no Novo Ciclo
4. Quais eram as expectativas
5. Com o projeto Novo Ciclo o que você passou a perceber com mais clareza
6. O que significa ser catador mobilizador
7. O que aprendeu e o que considera que ensinou
8. Qual é, em sua opinião, a importância do Novo Ciclo para os catadores do Sul e Sudoestes de Minas Gerais
9. E quando não tiver mais INSEA e Danone acompanhando, como será?
10. Fale de você antes do Novo Ciclo e depois
11. Aponte as principais conquistas, resultados e desafios

Apêndice C- Fotografias das associações e cooperativas do Novo Ciclo

**Foto 3: Reunião de Formação planejamento
Rede Sul Sudoeste de Minas Gerais– Três Pontas**



Fonte: acervo da pesquisadora

Foto 4: Reunião de formação catadores da Associação ATREMAR – Três Pontas (MG)



Fonte: acervo da pesquisadora

Foto 5: Formação de classificação por tipos de materiais



Fonte: acervo da pesquisadora

**Foto 6: Almoço com representantes das ACs em dia de reunião
Rede Sul e Sudoeste de Minas Gerais**



Fonte: acervo da pesquisadora

Foto 7: Confraternização de Natal com os catadores e familiares



Fonte: acervo da pesquisadora

Foto 8: Venda de carga pela Rede Sul e Sudoeste de Minas Gerais



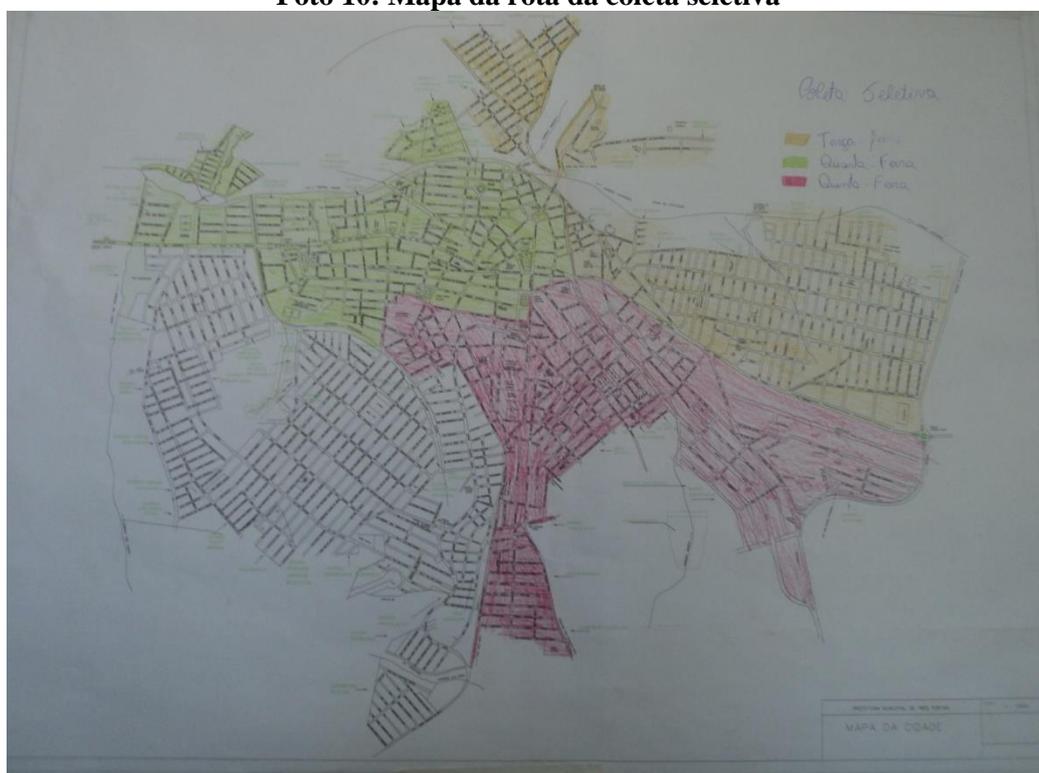
Fonte: acervo da pesquisadora

Foto 9: Reunião Secretaria de Obras para conhecer a rota da coleta seletiva



Fonte: acervo da pesquisadora

Foto 10: Mapa da rota da coleta seletiva



Fonte: acervo da pesquisadora

Foto 11: Material da coleta seletiva da ACAMTC – Associação de Catadores de Três Corações (MG)



Fonte: acervo da pesquisadora

Foto 12: Catadoras da ACAMPA – Associação de catadores de Pouso Alegre (MG)



Fonte: Acervo da pesquisadora

Foto 13: Reunião com os catadores da cidade de Campanha (MG)



Fonte: acervo da pesquisadora

Foto 14: Catadores ACAMAR – Lavras (MG)



Fonte: acervo da pesquisadora

**Foto 15: Lançamento do Programa de Coleta Seletiva nas cidades mineiras
Cambuquira e Itajubá**



Fonte: acervo da pesquisadora

Foto 16: Capacitação para constituição da Rede Sul Sudoeste MG



Fonte: acervo da pesquisadora

Foto 17: Bandeira que simboliza os catadores de matérias recicláveis



Fonte: acervo da pesquisadora

Foto 18: Primeira Edição do *Jornal Novo Ciclo*



Fonte: acervo da pesquisadora